

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Estratégia e Impacto do III Fomento no Desenvolvimento das Colónias – Caso do Plano CALABUBE, em Cabinda (1972-1974).

José Marcos Mavungo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em «Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais: Análise e Gestão»

Orientador Científico:
Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

outubro de 2019

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Estratégia e Impacto do III Fomento no Desenvolvimento das Colónias – Caso do Plano CALABUBE, em Cabinda (1972-1974).

José Marcos Mavungo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
«Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais: Análise e Gestão»

Orientador Científico:
Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

outubro de 2019

DEDICATÓRIA

À Minha Esposa e aos Filhos,

Por tudo o que representam para a Minha Vida

Aos Meus Pais, Aos Meus Avós

Que São Uma Verdadeira Dádiva,
e Me Mostraram o Caminho da Vida

AGRADECIMENTOS

Devo antes de mais nada agradecer ao programa de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, especialmente nas pessoas do orientador da pesquisa o Prof. Dr Rogério Roque Amaro pela dedicação, paciência e confiança que nunca me regateou, a disponibilidade e o sentido crítico, as estimulantes conversas que fomos mantendo; e ao Prof. Dr José Manuel Henriques que, além da longa e robusta aprendizagem científica e ética que me proporcionou, apoiou este projeto desde seus primeiros rascunhos.

Sou grato à Dra Ana Gomes, Pe Hermínio, Pedro Neto, Suzana Gaspar, Maria Manuela Serrano, Eduardo Pedro Welsh, e Dra Odete que, nos momentos mais difíceis, estiveram sempre ao meu lado, para nos ajudar e nos encorajar e dizer que frente é o caminho. Graças a vossa rede de solidariedade, eu e a minha família conseguimos superar os momentos de provação nestas terras lusas.

Desejo agradecer ao Pároco e cristãos da Paróquia São Francisco Xavier, em especial a Dra Maria da Graça Nunes e o casal Fortes, que, desde a nossa chegada Portugal, se aproximaram da minha família, para o apoio nos momentos difíceis.

Também, gostaria de agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, especialmente a Sara Bernardo, Afonso Borga, Mariana Pessanha, Teodomiro Correia e Teresa Rodrigues, cujo apoio e amizade estiveram sempre presentes em todos os momentos destes dois anos no Iscte-iul.

Por último, desejo agradecer à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram, em especial à minha irmã Sabina Chibinda, ao Padre Raúl Tati, Advogado Francisco Luemba, Afonso Buma e António Paca Panzo, Sérgio Lucaga, margarida Lucanga e Teresa Loureiro, pelo apoio e amizade neste ano em que concionei a presente tese.

RESUMO

Os Planos de Fomento, em especial o Plano Calabube (1972-1974) foram concebidos em contexto político ideológico autoritário e em desarmonia com as ideias humanistas e da descolonização do Pós-II Guerra Mundial (ONU), tendo por objetivo fundamental participar da industrialização da Metrópole e das colónias e lutar contra a descolonização.

Sob o impulso da missão civilizadora, o IIPF é um instrumento de planificação eurocentrada que, em 1968-1973, apostará na experiência regional, para trazer estabilidade e desenvolvimento a continentes, cujas populações eram incapazes de dominar o ambiente em que viviam. Assim sendo, o Plano Calabube se apresentará como panaceia para os problemas sociais, económicos e políticos de Cabinda de então, um período marcado, de um lado, pela fragilidade das infraestruturas sociais, culturais e económicas, e do outro lado, pelas reivindicações emancipalistas dos Cabindas e pelas ações armadas de dois movimentos angolanos de libertação – UPA/FNLA e MPLA.

Entre 1972-1974, o Plano CALABUBE erguerá infraestruturas sociais e económicas que contribuirão de forma significativa na elevação do nível de vida das populações locais. Porém, a «missão civilizadora dos autóctones» ficará impregnada de constrangimentos coloniais, entre os quais o «condicionalismo industrial», cuja existência tinha como único propósito enriquecer a metrópole, e a «hegemonia cultural» que se empenhará ao máximo para destruição da experiência local.

Por todas estas razões, no dia 11 de novembro de 1975, o território de Cabinda não detinha símbolos de modernismo (fábricas siderúrgicas) e as estruturas económicas e sociais eram extravertidas, de dimensão insuficiente e dependentes, sem base de apoio duradoura e sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Colónias, Metrópole, Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional, Subdesenvolvimento, Dependência, Intervenção Social, Mudança, Planos de Fomento, Plano CALABUBE.

ABSTRACT

The Development Plans, in geral, and the Calabube Plan (1972-74), in particular, were designed in ideological and authoritarian political context in contradicção with humanistic ideas and decolonization of the post-World War II (UN) with main objective of participating in the industrialization of the metropolis and the colonies and fight against the decolonisation.

Under the impetus of the civilizing mission, the IIPF is a Eurocentered planning instrument which in 1968-1973, would bet on regional experience, to bring stability and development to the continent, whose populations were incapable of mastering the environment in which they lived. Thus, the Calabube Plan presents itself as a panacea for the social, economic and political problems of Cabinda back then, a period marked, on the one hand, by the fragility of infrastructures and social, cultural and economic, and on

the other hand, the claims of cabindans emancipalistas and by armed actions of Angolan movements of liberation - UPA/FNLA and MPLA.

Between 1972-74, the Calabube Plan raised social and economic infrastructures that have contributed significantly in raising the level of life of local populations. However, the "civilizing mission of autochthonous" will be steeped in colonial constraints, among which the "conditionality", whose existence had as its sole purpose to enrich the metropolis, and "cultural hegemony" that is committed to the destruction of local experience.

So, on 11 November 1975, the territory of Cabinda did not hold symbols of modernism (mills) and the economic and social structures were externally oriented, insufficient dimension and dependents, without enduring and sustainable base/Foundation.

KEY-WORDS: Colonies, Metropolis, Development, Regional Development, Underdevelopment, Dependency, Social Intervention, Change, Development Plans, CaLaBuBe Plan.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CALABUBE – Cabinda, Lândana, Buco-Zau e Belize.

CCR-Comissão Consultiva Regional

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEIC – Centro de Estudos e Investigação Científica.

CEPS – Centro de Estudos Políticos e Sociais.

CES – Conselho Económico Social.

CIPIE - Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica

CCSC – Cadernos do Comando Sector de Cabinda

CMAE - Concelho de Ministros para os Assuntos Económicos

CODAP – Centro de Orientação e Desenvolvimento Agropecuário

CRC – Comité Revolucionário de Cabinda

CTCMC – Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Cabinda.

DAF – Direção de Agricultura e Florestas

DSAF - Direção dos Serviços de Agricultura e Florestas

DSIEN - Direção de Serviços de Integração Económica Nacional.

DSEPA – Direção dos Serviços de Economia da Província de Angola

DSP - Direção dos Serviços de Planeamento

DPSPI - Direção Provincial dos Serviços de Planeamento e Integração

e.g. – *exempli gratia*, «por exemplo».

ed. rev. – Edição Revista
EEP – Espaço Económico Português
GOP – Grandes Opções do Plano
IIA - Instituto de Investigação Agronómica
INALD – Instituto Nacional do Livro e do Disco
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPF – Primeiro Plano de Fomento
IIPF – Segundo Plano de Fomento
IIIPF – Terceiro Plano de Fomento.
JAEA – Junta Autónoma de Estradas de Angola.
JIU – Junta de Investigação do Ultramar
FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
MIAA – Missão dos Inquéritos Agrícolas de Angola.
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
NEA – Nova Editorial Angolana
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica
OIT– Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
op. cit.- Obra citada
org.- Organizador
orgs - Organizadores
PI – Plano Intercalar
PIB – Produto Interno Bruto
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPNA – União das Populações do Norte de Angola
PF – Plano de Fomento
UPA – União dos Povos de Angola
PDA – Partido Democrático de Angola
PIB – Produto Interno Bruto
SPIED - Serviços do Planeamento e Integração Económica do Distrito
STPC - Secretariado Técnico da Presidência do Conselho
TE´s – Tropas Especiais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Problemática

O Objeto e Âmbito de Estudo

A Hipótese Central

Dificuldades e Metodologia de Investigação

Divisão do Trabalho

CAPÍTULO I: CONTEXTO E DETERMINANTES DOS PLANOS DE FOMENTO

I.1. O Contexto do II Pós-Guerra e a Questão Colonial

I.2. Determinantes dos Planos de Fomento

I.3. O III Plano de Fomento e o Desenvolvimento das Colónias.

I.4. A Colonização e As Estruturas de Desenvolvimento das Colónias.

CAPÍTULO II: QUADRO TEÓRICO - CONCEPTUAL

II.1. O Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Crescimento Económico e Mudança.

II.2. Política, Plano, Programa e Projeto.

II.3. Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Local – Modelos e Paradigmas

CAPÍTULO III: ENQUADRAMENTO E CARATERIZAÇÃO DA REGIÃO DE CABINDA.

III.1. Contexto: Angola – Dinâmicas Sociais, A Realidade Compósita Angolana E a Questão de Cabinda.

III.2. Espaço, População e Paisagem Organizacional de Cabinda

III.3. Situação Social, Económica e Cultural de Cabinda antes do Plano Calabube.

CAPÍTULO IV: O PLANO CALABUBE E TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS E SOCIOCULTURAIS DE CABINDA

IV.1. Plano CALABUBE – Participação das Populações, Objetivos e Meios de Ação

IV.2. Realizações e Transformações Sociais e da Vida Socioeconómica de Cabinda.

IV.3. A Filosofia Colonial do Estado e as Transformações Socioculturais do Plano Calabube.

CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Este trabalho incide sobre os planos de Fomento na indução de mudanças no império colonial português. Sendo uma abordagem relacionada com acontecimentos e processos históricos marcantes do império colonial português e possivelmente diferente daquele comum nos Estudos de Desenvolvimento em Portugal, normalmente baseados em temáticas e casos exemplificativos da atualidade do desenvolvimento, esta tese considera duas grandes dimensões do passado colonial: a intencionalidade de desenvolvimento e o impacto nas estruturas do tecido social e económico das colónias.

A este nível, corremos um risco, na medida em que é provável cair em uma abordagem fundada numa conceção instrumental de um passado imperial, cuja seriedade de estudo não passa de buracos teóricos e se acomoda com narrativas unívocas e com generalidades que se querem passar por generalizações, oferecendo um simples exercício de síntese historiográfica. No entanto, penso que este risco pode constituir um delineamento necessário, se o tomarmos como uma tentativa de dar algum contributo neste cenário.

Problemática

O contexto do pós-II Guerra Mundial e as dinâmicas políticas e ideológicas que lhes estavam associadas redundaram na cristalização internacional de ideários vários, mais precisamente a nível da exploração e redefinição de um modelo de desenvolvimento territorial das colónias, que acabaram por justificar a justeza e a necessidade dos planos de fomento e os projetos de desenvolvimento regional a estes associados.

Nesta senda, os planos de fomento como instrumentos governamentais de intervenção social, nacional e internacional, que visam a provocação de mudanças dentro das “sociedades devastadas pelo longo conflito”, dos “países recentemente emancipados” e dos “territórios dependentes”, comporta muitas vezes elementos contraditórios de eficácia documentada e de ineficácia mais ou menos visível dos resultados destas intervenções.

Referindo-se ao caso português, Manuela Silva (1984, p.27) escreve:

“O planeamento tal como ocorreu em Portugal foi uma atividade a meio caminho entre o discurso de legitimação (de um certo projeto de desenvolvimento que contemplasse a melhoria das condições de vida, o progresso social e a correlação das desigualdades) e uma prática de gestão das contradições internas próprias do processo de desenvolvimento de uma economia atrasada em contexto capitalista”.

Mas, embora as ideologias de então deslegitimassem a colonização, Portugal continuou apostado na ideia de civilizar as populações autóctones, apoiando-se na teoria de “simbiose do homem luso com os povos tropicais” (Freire, 1960, p.74; Freire, 1961, p.88). Por esta razão, desde 1953, os planos de fomento incluíam os investimentos do Estado no Ultramar, que eram verbas crescentes e significativas.

No entanto, o processo de colonização levanta questões que vão ser discutidas mais adiante, sendo um dos resultados da expansão do capitalismo como forma de dominação dos outros continentes ou povos. Neste processo, as estruturas de poder constituídas, mantidas e/ou consentidas pelo colono configuraram uma paisagem organizacional e institucional em que as forças exógenas, induzidas pelas lógicas da “colonização”, acabaram por criar a subversão dos quadros tradicionais desenvolvimento, e, por

consequente, suprimir as práticas sociais de conhecimento que contrariassem o projeto colonial da civilização colonial.

Nesta nossa tese, vamos nos interrogar sobre o quadro geral e as motivações na gênese dos planos de fomento, a sua execução, monitorização e avaliação dos projetos, indo à busca da sua metodologia e lógica de ação, entendida como parte explicativa do seu sucesso ou insucesso quando associado à realidade social.

A par disso, a paisagem organizacional e a questão da intervenção múltipla, tomam em conta a análise do (s) envolvimento (s) e os objetivos comuns ou diversificados existentes no seio das diferentes intervenções. Importa também perceber nesta tese onde começa e onde termina a participação nos projetos de intervenção.

Objeto e Âmbito de Estudo

O nosso objetivo neste estudo é examinar a estratégia e o impacto dos planos de fomento na transformação das sociedades coloniais, através do exame das suas lógicas próprias e do potencial operativo de funcionamento, quer discursivas quer instrumentais, com repercussões nas transformações da sociedade, tanto em termos culturais – comportamentos económicos, saber-fazer, trocas sociais e culturas, quanto na humanização das paisagens – transformações da estrutura geográfica da região, desenvolvimento das regiões e localidades.

A fim de dar um melhor contributo para o estudo das questões que se colocam nos nossos dias sobre este impacto, seleccionou-se, para este trabalho, o caso do plano Calabube, que foi implementado entre 1972 e 1974, em Cabinda. Para o efeito, nos interrogaremos sobre a paisagem organizacional cabindense de desenvolvimento, tendo em conta a teorização sobre a lógica e o papel dos projetos de intervenção, e introduzindo procedimentos metodológicos adotados que permitam ver quem beneficiou efetivamente com o Plano Calabube.

Especificamente, pretende-se de forma a facilitar o estudo proposto, enfatizando as estratégias de intervenção colonial e o seu impacto como agente de inovação em terras ultramarinas, o grau de participação da população local na formulação e implementação dos projetos, as lógicas, as transformações sustentáveis operadas nas colónias, em particular no território de Cabinda.

Nesta senda, o tema de desenvolvimento deste nosso estudo assume uma matriz cultural, com o intuito de aproximar o trabalho a uma aplicação prática, ao examinar um facto histórico, efetuando a sua emersão na realidade de então. Nesta senda, como questão de fundo será abordado de que forma os Planos de fomento, em particular o Plano Calabube elaborado em contexto colonial operaram mudanças na vida das populações de territórios dependentes.

Assim, a delimitação do espaço em estudo aparece na continuidade do processo de aprendizagem que iniciamos com outros trabalhos científicos anteriores.

Hipótese Central

O mecanismo do fomento económico das colónias, que mantinha a sua base de influência nas colónias, tinha como base relações institucionais de dependência – que expressa subordinação à ideia do desenvolvimento da Metrópole, enquanto remetia para uma missão civilizadora dos autóctones.

Neste caso, tendo a pesquisa analisada as circunstâncias históricas dos planos de fomento, em especial do Plano Calabube, e observado que a utilização das suas componentes, isto é, a sua execução dos modelos coloniais de desenvolvimento padroniza e traz mudanças palpáveis, a hipótese levantada por esta investigação é que: a implementação dos planos coloniais de desenvolvimento ocasiona crescimento económico e mudanças sociais e estruturais na vida das populações de territórios dependentes.

Na nossa abordagem pretendemos demonstrar que, a partir de certas circunstâncias históricas, pode-se procurar a construir os modelos suscetíveis de explicar as mudanças sociais e económicas que elas ocasionam. Melhor dizendo, na nossa abordagem do caso em estudo, seremos conduzidos a nos interrogar em que medida as mudanças no espaço territorial de Cabinda de então são atribuídos ao Plano Calabube.

Por esta razão, nos interrogaremos sobre a dimensão do impacto do Projeto «Plano Calabube» em contexto colonial e geográfico cultural africano, em particular cabindense, isto é, se o projeto em si, enquanto instrumento exógeno de ação formatado em contexto colonial e com lógicas próprias, foi causador de transformações socioeconómicas e culturais substanciais para as populações autóctones, entre 1972 e 1974.

E ainda, se as organizações coloniais envolvidas nestas comunidades locais foram ou não catalisadoras de certas mudanças, que tipos de influências discursivas e da operacionalidade sofreram e quais as repercussões destas mudanças nos nossos tempos.

Dificuldades e Metodologias de Investigação

A elaboração deste tema, como é evidente, não foi tarefa fácil, pelo facto de haver escassos estudos versados na área de economia do desenvolvimento sobre os Planos de Fomento, a maioria dos estudos tendo sido levado a cabo por historiadores. E o agravante, é que existe muita falta de registos, análises estatísticas e outros dados.

No caso de Cabinda, a temática deste território já foi abordada por outros autores nacionais e internacionais, baseados quer nos aspetos político-jurídicos e sociológicos (Vicente, S. 1996; Milando, 2013a; Luemba., F, 2008; Maia, C. e Kolb, R. (2016) quer em aspetos históricos (Pinto, A.O., 2006; Tati., R., 2013; Tati, R., 2017). Sucede que estes estudos nunca se preocuparam pelo fenómeno da intervenção do governo português no desenvolvimento de Cabinda. Além disso, o Plano Calabube será interrompido bruscamente, em 1974, pela Revolução dos cravos, sem poder realizar muitos empreendimentos planificados.

Estas considerações apesar de terem condicionado em muito a elaboração da tese, dado o prazo de acabamento para a entrega da mesma, o seu melhoramento não deixa de constituir uma pretensão do autor para ser continuado no futuro e, ser, portanto, um empreendimento a cumprir. Em todo o caso, porém, vamos recorrer a indicadores e tendências observáveis, para as amostra da população em que nos foi possível recolher

medidas quantificáveis de variáveis e inferências; e, nos casos em que não nos foi possível obter medidas numéricas para testar as hipóteses, vamos nos socorrer de conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados e nas opiniões dos autores que examinaram os mesmos.

Por outro lado, as dificuldades da nossa tarefa foram também devido às diversificadas fontes de informação primárias e secundárias que, completando-se, permitem atingir os objetivos em vista. Como selecionar esta imensa bibliografia? Que obras e referências bibliográficas tratar com deferência? Que autores privilegiar? Como evitar o tendencialismo de ótica, ou seja, a procura de autores com os quais nos identificamos em termos de abordagem e de discurso?

Diante destas questões com que se deparam todos os investigadores, procurou-se pela interdisciplinaridade na abordagem dos temas, tomando a economia do desenvolvimento como área privilegiada, exatamente por se tratar de uma temática associada à política de desenvolvimento e devido à pluralidade dos autores e suas origens académicas e profissionais.

Nesta perspectiva, a presente investigação alicerçou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, dada à necessidade de uma abordagem para tornar inteligível um projeto de desenvolvimento do passado. Pois que, o nosso estudo, enquanto exercício analítico e tentativa de apreensão da problemática em estudo reclama por um modelo conceptual e operacional, bem como por uma análise da estrutura social e cultural do caso em estudo, cujas fontes são obras de autores e escritos oficiais (documentos escritos emitidos por entidades públicas) e não oficiais (imprensa, revistas, etc.).

Nesta senda, vai ser subsidiado por alguma literatura atual sobre análises conceptuais, explicações sobre o contexto dos planos de fomento, as estratégias participativas e argumentações em sua defesa. A análise conceptual do conceito de desenvolvimento, da estrutura organizacional e planeamento e financiamento dos planos de fomento, da componente estratégica operacional colonial, da dinâmica participativa, da paisagem organizacional vai permitir-nos compreender o quadro teórico e explicativo do sucesso ou insucesso dos planos de fomento, e, por conseguinte, do Plano Calabube.

Ademais, por uma necessidade de contextualização do nosso caso de estudo e em função da necessidade de uma melhor apreensão do conteúdo concreto que se atribui à expressão “território de Cabinda”, procuraremos destrinçar várias realidades históricas, sociais, políticas e culturais deste espaço territorial, como elementos determinantes e parte da paisagem organizacional do Plano Calabube. Esta opção nos permitirá perceber se o projeto, enquanto instrumento de ação formatado e com lógica colonial, é causador de determinadas transformações locais.

A pertinência desta opção consiste no facto de ela esclarecer até que ponto os esforços tendentes a uma contextualização estratégica e operacional colonial dos projetos de desenvolvimento têm sido ou não condicionados por racionalidades que se situam fora dos contextos locais nos quais estes mesmos projetos são implementados.

As fontes usadas foram principalmente secundárias, se bem que os relatórios e outros documentos possam ser fontes primários. Conferimos prevalência sobre as obras de autores contemporâneos mais atualizados em termos discursivos, embora livros de há

vinte anos ou mais, tratem de questões atuais, mostrando que entre a teoria e a ação colonial de desenvolvimento a distância temporal pode ser muito significativa. E valerem documentos e relatórios oficiais cujos dados se encontram na Assembleia da República, no Arquivo Geral do Exército, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional, Torre do Tombo e na Assembleia da República.

Os autores que abordaram os planos de fomento são na sua maioria historiadores; e aqueles nos Estudos de Desenvolvimento são autores provenientes sobretudo das Ciências sociais (com destaque para Economia, Antropologia e Sociologia) e podem eles próprios – através das suas obras – reconhecidos como autores situados em épocas e visões diferentes, o que nos permitiu identificar o processo evolutivo dos conceitos e teorias.

Além da pesquisa bibliográfica, foram feitas entrevistas a investigadores e personalidades afetas ao Plano Calabube entre 1971 e 1974, cujas memórias e opiniões se revelaram frutuosas, não só como meio de comparação com os elementos recolhidos, mas também como aferidoras de atitudes e de comportamentos ou ações de que era necessário comprovar ou verificar o seu grau de fiabilidade.

Certo a temática desta tese não constitui novidade no panorama da produção científica sobre o desenvolvimento, já que o fenómeno tem assumido maior significância desde 1945, com o fim da II Guerra Mundial, a nova realidade que propicia um profundo debate sobre o fenómeno colonial, conferindo-lhe nova orientação. Porém, mesmo assim, o nosso estudo pode contribuir para assuntos que, embora já discutidos, continuam a ser problema, nomeadamente no estudo e análise dos diversos casos de falhas sucessivas do tão propalado desenvolvimento do império colonial português, em forma de projetos.

No caso de Cabinda, o conhecimento dos projetos das políticas e dos projetos de desenvolvimento deste território, no contexto colonial português, contribuirá certamente para conferir um farol nos esforços de adequação das atuais estruturas de apoio ao desenvolvimento local e respetivos programas e políticos.

Aliás, e como bem o afirmou Ferreira (1985, p.9), “se queremos inovar, temos de partir daquilo que fomos, do que somos e do que desejamos ser”. E a necessidade de refletir sobre a herança se impõe como uma necessidade, sobretudo pelos poucos os livros que abordam a problemática dos planos de Fomento do governo português para o desenvolvimento das colónias.

Divisão do Trabalho

Estruturamos o trabalho em quatro capítulos principais, para além da introdução e da conclusão:

A Introdução apresenta o resumo, a problemática, o objeto e âmbito de estudo, a hipótese central, as dificuldades encontradas, a metodologia de investigação e as divisões do trabalho

O Capítulo I Examina o contexto e determinantes dos Planos de Fomento, centrando-se nos problemas surgidos no Pós-II Guerra, entre os quais a problemática da descolonização e a questão da educação e do desenvolvimento das colónias.

O Capítulo II Reflete sobre as conceções de desenvolvimento, subdesenvolvimento, crescimento económico e mudança. Aborda a temática de política, plano, programa e projeto. E, finalmente, examina os conceitos de desenvolvimento regional e desenvolvimento local – Modelos e Paradigmas.

O Capítulo III Apresenta o enquadramento e a caracterização da região de Cabinda, destacando o contexto - dinâmicas sociais, realidade compósita angolana e a Questão de Cabinda -, o espaço, a população e a paisagem organizacional. Também, este capítulo aborda a situação social, económica e cultural de Cabinda antes do Plano Calabube.

O Capítulo IV. Aborda o Plano Calabube e as Transformações Socioeconómicas e Socioculturais de Cabinda, entre 1972 e 1974: examina a participação das populações, os objetivos e meios de ação; avalia as realizações e transformações sociais e da vida socioeconómica de Cabinda; e explica a filosofia colonial do Estado e as transformações socioculturais.

Conclusões e limitações do Estudo, que vai apresentar uma análise crítica dos resultados, ao mesmo tempo referindo as limitações do estudo, dá sugestões críticas para uma possível investigação futura.

CAPÍTULO I: CONTEXTO E DETERMINANTES DOS PLANOS DE FOMENTO

Os Planos de Fomento do Governo Português, em particular a sua vertente regional e colonial, estão estreitamente ligados a um contexto bem determinado, o Pós-Guerra. Para além da sua dependência político-ideológica, que suscita debates e reações de confronto político-jurídico em torno da questão colonial, o fim da Segunda Guerra terá também um grande impacto nos planos do desenvolvimento de Portugal e das colónias.

No primeiro ponto deste capítulo, examinaremos o contexto do pós-guerra e a questão das colónias; em seguida, no segundo ponto, abordaremos os determinantes dos Planos de fomento; no terceiro ponto, passaremos em revista os Planos de Fomento e o desenvolvimento das colónias; e, no quarto ponto, nos interrogaremos sobre a colonização e as estruturas de desenvolvimento.

1.1 O Contexto do Pós-Guerra e a Questão Colonial

Com o fim da II Guerra Mundial, o período entre a década 40 e princípios dos anos 70 diz respeito a uma nova ordem internacional ao abrigo dos princípios da ONU, na qual as novas afirmações idealistas são marcadas pela promoção «do progresso e da paz entre os povos» (Amaro, 2003: 35), que se traduziram em inúmeras afirmações e declarações solenes, entre as quais o famoso «Ponto Quatro» da declaração do Presidente Truman (1949), que foi o primeiro programa dos Estados Unidos de apoio ao desenvolvimento.

Neste novo quadro estratégico mundial, os Estados Unidos da América saíram “como potência muito destacada alicerçada num poderio material e anímico que ofuscava o de todos os Estados” (Alves, 1988, p.18), conferindo-lhe assim um papel preponderante na tomada de decisões cruciais no plano internacional para a construção da nova ordem mundial pacífica; e a União Soviética se distinguiu na posição de superpotência mundial em paralelo com os Estados Unidos da América, pelo seu enorme potencial militar e pelo caráter revolucionário do marxismo leninismo, a força imprimida à sua expansão em várias partes do mundo. Estamos, portanto, perante os dois arquétipos de referência mais «pura» das sociedades industriais – o capitalismo liberal e o socialismo real. A sociedade capitalista liberal privilegia desproporcionalmente a dimensão individual da existência humana, em detrimento da coletividade e do meio ambiente; e a sociedade socialista valoriza exageradamente a componente coletiva e ambiental.

Neste contexto, «a afirmação do Keynesianismo, como novo paradigma da ciência económica» (Amaro, 2003:34), implicou o princípio da regulação através da intervenção do Estado, cujo papel ganhará, por conseguinte, grande relevo. Trata-se de um quadro em que a lógica de intervenção Estatal se confronta com um desenvolvimento desumano e injustiças estruturais: «aos avanços extraordinários em vários domínios científicos, alargando os horizontes do conhecimento da humanidade» (Amaro, 2003: 96) não corresponderam, no entanto, uma alteração significativa dos padrões do desenvolvimento total e integral do homem. Na verdade, é possível constatar, nestes chamados «anos dourados» ou «trinta gloriosos»: «o aparecimento de várias formas de mal-estar social» (Amaro, 2003: 101) e de «novas doenças» (Amaro, 2003:103), em todo o mundo; e a persistência de «diversas formas de «mal-estar» e «carência absoluta» (Amaro, 2003: 100) em vários Países do Terceiro Mundo.

Por outro lado, a conferência de paz, organizada em fevereiro de 1945, na cidade de São Francisco, USA, e que culminou com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) condenava o colonialismo como prova a Carta das Nações Unidas, assinada na altura por 50 países, excluindo os que haviam feito parte do eixo que reuniam ideologias autoritárias, englobando o nazismo e o fascismo.

Note-se, o domínio europeu sobre o mundo estava desmoronado, o que deu origem ao forte processo de descolonização, que se fez sentir nesta conferência. Apoiado pelos EUA, este processo sustentava que a Europa deveria desfazer-se do seu passado colonialista, conferindo independência aos países africanos. Esta situação consolidou o movimento anticolonialista. Por conseguinte, começou a articular-se, nos anos 40 e 50, uma resistência multifacetada contra a dominação colonial, impulsionada pela descolonização que se havia iniciado, primeiro na Ásia e, depois, na África.

No caso de Cabinda, consta que, em 1948, o “recém-ordenado sacerdote, Manuel Franklin da Costa¹, seria portador dum memorando endereçado pelos descendentes e representantes dos príncipes e governadores de Cabinda – signatários do tratado de Simulambuco – ao Governo português, na pessoa de Salazar, chefe do regime” (Luemba, op. cit., P. 118). O memorando pedia o fim da vigência do Tratado de Simulambuco por incumprimento das cláusulas do mesmo pela parte portuguesa, o que constitui a primeira iniciativa a contestar a soberania portuguesa². E, em 1960, face ao silêncio manifestado por Salazar, será enviado um outro memorando ao poder colonial, exigindo “a desconexão administrativa de Cabinda do complexo administrativo e económico com Angola e o início dum processo de reformas conducente à independência do território” (id., p.119).

No tocante à situação laboral, a nível da OIT, foi aprovada, na 26^a Conferência do Trabalho, em abril e maio de 1944, uma declaração sobre «Política Social nos Territórios Dependentes³» (Monteiro, 2018, p.35), que levou esta organização a expandir o alcance da sua intervenção em territórios coloniais, onde os autóctones se encontravam “numa posição jurídica (e política e social) diminuída face à dos cidadãos de pleno direito” (id., p.13). Por conseguinte, foram recomendadas “novas políticas sociais, considerando o impacto da guerra e as consequências da grande depressão no mundo colonial” (id., p.35).

Outro aspeto digno de referência é a problemática do capital humano. Com efeito, na sequência das grandes mudanças que se davam com o pós-guerra, a nível mundial, constatou-se um “sistema de acomodação do sistema educativo às realidades sociais e económicas” (Campos, 2011, p.1) que surgiam neste período. No caso português, e.g., o crescimento económico que “conheceu nesta fase, acompanhado de uma abertura da

¹ Antigo Arcebispo resignatário do Lubango, Manuel Franklin da Costa é natural de Cabinda e faleceu em Luanda, em julho de 2003. Os propósitos do memorando de 1948 não foram do agrado das autoridades portuguesas. Começou aí a perseguição ao Padre Manuel Franklin da Costa, futuro arcebispo, que, na segunda metade da década de 60, acabará sendo desterrado pra Braga por um período de 10 anos sob a custódia da PIDE-DGS.

² Na sua obra «O 4 de Fevereiro e o Início da Guerra Colonial», Irene Pimentel sublinha que, “em 1953, separatistas angolanos fundaram o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA), o primeiro partido político a reivindicar a independência de Angola”.

³Na 26^a Conferência Internacional do Trabalho, organizada de abril a maio de 1944, a questão colonial foi denominada sob epígrafe de «territórios dependentes».

economia portuguesa e adesão a organismos internacionais como a OCDE e a EFTA, revelou o atraso educacional do país e a carência em matéria de qualificação em recursos humanos” (id.). Entretanto, e de acordo com Rosaleen Smyth (2004, p. 419), “the 1950s, when community development programmes were being implemented, was also the era of burgeoning African nationalism, with the former being constrained by the latter⁴”.

Em consequência, a manutenção do capital humano, e seu aumento através “da educação, formação, melhoramento das suas competências e prevenção da doença constituem fatores imprescindíveis para vencer a pobreza” (Gonçalves, 2009, p.13). É assim que, a OCDE organizará em novembro de 1959, em Haia, a «Conferência sobre as técnicas de previsão das necessidades futuras em matéria do pessoal científico e técnico», onde, pela primeira vez no espaço daquela conferência internacional, se admitiu a existência de uma interdependência positiva entre a mão-de-obra qualificada e o crescimento económico. O colóquio da Haia será seguido da Conferência de Washington sobre «As políticas de crescimento económico e de investigação no ensino».

Estas duas conferências tiveram um impacto decisivo na rápida expansão do sistema escolar verificada na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá durante a década de 60. É assim que, face aos novos desafios económicos mundiais e regionais propiciados pelo Pós-Guerra, o Estado Novo operará mudanças que se refletirão no discurso político, “passando o debate a concentrar-se na importância do combate ao analfabetismo e no prolongamento da escolaridade obrigatória” (Campos, op. cit, p.2).

Estas temáticas em debate, levantavam também questões sobre a necessidade de implementação de um ensino adaptado ao meio regional ultramarino para assegurar a rentabilidade capitalista da exploração imperial. A este respeito, Carnoy falará de “to colonise the colonial intellect”.⁵ (Ap. Whitehead, 2007, p.161); pois, como bem o afirmou Clive Whitehead (2007, pp.161-162): “qualquer política certamente seria refletida tanto em declarações oficiais para o efeito e em ampla evidência de esforços por funcionários coloniais”⁶. Nesta perspetiva, escreve Rosaleen Smyth (op. cit, p.419)⁷: “community development at its broadest was about involving people in a community in educating themselves to improve the circumstances of their lives through health, agriculture, civic education and mass literacy schemes”.

Numa conjuntura de Guerra-fria, Portugal inseriu-se no bloco capitalista liderado pelos EUA, que tinha grandes influências na ONU, aproveitando assim as circunstâncias históricas que lhe permitissem maior liberdade de mercado e probabilidade de usufruir da ajuda monetária. Porém, dado que esta instituição repugnava o colonialismo, por defender o direito à autodeterminação dos povos na Carta das Nações Unidas, o bloco ocidental não estava satisfeito com a questão colonial portuguesa.

⁴ Tradução do autor: “a década de 1950, quando programas de desenvolvimento comunitário foram sendo implementados, também foi a época de florescimento do nacionalismo Africano, com os primeiros sendo estrangido por este último”.

⁵ Tradução do autor: “colonizar o intelecto colonial”.

⁶ Tradução do autor: “qualquer política certamente seria refletida tanto em declarações oficiais para o efeito e em ampla evidência de esforços por funcionários coloniais”

⁷ Tradução do autor: “o desenvolvimento da comunidade era essencialmente um processo de envolvimento das pessoas dentro das comunidades, educando-as com vista à melhoria das suas vidas condições de vida através da saúde, agricultura, agricultura, educação cívica e de regimes de alfabetização”

Também, “os vários debates internacionais por ocasião da redação de documentos como a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou a Convenção sobre o Genocídio, abriram espaço para a contestação e reivindicação de que os princípios que estas incorporavam fossem aplicados às sociedades coloniais” (Monteiro, op. cit., p.31).

Por outro lado, a constituição do movimento dos não alinhados, em especial a partir da Conferência de Bandung em 1955, e os novos mecanismos de inspeção, as crescentes pressões dos intelectuais ao serviço da ONU e de algumas organizações anticolonialistas, as agitações sociais e políticas em várias colónias obrigaram “a concessões por parte de várias administrações coloniais” (id.), que acabaram por conferir independência a muitos países africanos.

Apesar da pressão internacional, Portugal e algumas potências europeias não manifestaram a predisposição de ceder as independências pacificamente. Salazar continuava a fazer do império colonial uma empreitada proveitosa e produtiva (ainda que de modo irregular). Entretanto, a mística imperial colonial começava a revelar-se ultrapassada e por isso Oliveira Salazar procura soluções que devolvam ao Império Português a sua mística, recusando ceder às pressões internacionais protagonizadas principalmente pela ONU e por algumas organizações anticolonialistas.

É assim que a mística do império, que, na década dos anos 30, fora um dos pilares do Estado Novo, acabará por ser substituída pela ideia da «singularidade da colonização portuguesa», inspirada na teoria do sociólogo Gilberto Freire (1900-1987), designada como teoria luso-tropicalismo, que sustenta a existência de uma civilização original que se ergueu sobre os alicerces que advieram da expansão portuguesa por zonas tropicais do mundo e do modo particular dos portugueses de se relacionar com as populações indígenas.

Com efeito, nas suas inúmeras obras, o autor refere à uma “civilização luso-tropical” (Freire, 1960b, p.74; Freire, 1961, p.88) criada “na simbiose do homem luso com os povos tropicais, que deu origem a “práticas fraternas de assimilação” (Freire, 1960, p.69). A teoria do autor garante ainda o não interesse económico dos portugueses sob as colónias, e que a presença destes em África era uma manifestação de extensão, a outros continentes, da histórica missão civilizadora de Portugal, explicada, por exemplo, pela “falta de contestação indígena à presença portuguesa” (Freire, op. cit, p.74). A teoria luso-tropical serviu de algum modo para atenuar o carácter opressivo que a governação portuguesa assumia nas colónias.

Deste modo, tornava-se evidente o contraste com a colonização praticada até aos anos 40: entre 1932 e 1940, um colonialismo típico, no qual o «trabalho indígena» como «mão de obra forçada» “era normalmente acompanhado de um corteja de violências várias”(Monteiro, op. cit., p.16). Na sua essência, este colonialismo consistia na produção de produtos de base e no desencorajamento do desenvolvimento do sector industrial. E, nos inícios dos anos 50, o conceito de província ultramarina não se coadunava mais com as formas tipicamente coloniais de exploração dos territórios africanos, na sequência da consolidação do movimento anticolonial, da efervescência social e políticas nas colónias e do alastramento da violência organizada, como no caso da Argélia.

Assim, face às pressões internacionais e as efervescências das elites africanas dos anos 50, o fenómeno económico das colónias passou também a constituir uma preocupação do Governo Central, no âmbito da alteração da política económica e social colonial. Salazar entendeu assim ser um imperativo categórico demonstrar à comunidade internacional que o Governo Central se empenhava no fomento económico das suas “províncias ultramarinas” e, assim, legitimar este novo conceito de colónias. Na lógica de Salazar, a incrementação do colonato e a industrialização das províncias ultramarinas seriam fatores consideravelmente decisivos para o desenvolvimento da economia da metrópole, ao mesmo tempo que, como acima, referi, legitimava o novo entendimento das colónias.

Por todas estas razões, o Governo de Salazar vai tentar renovar a imagem do país, sustentando a “especificidade multicultural” portuguesa e dirigindo as suas atenções para o fenómeno económico das colónias, como que a empreender um recuo estratégico.

Nesta senda, promoveu inúmeras atividades de pesquisa, em vista a justificar a singularidade civilizacional do homem português em regiões tropicais⁸. Por outro lado, introduziu algumas modificações na Constituição que não implicam transformações substanciais: O Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de João Belo (1926)⁹ e o Ato Colonial de 1930¹⁰ integram a Constituição de 27 de junho de 1951, na qual as «colónias» tornam-se «Províncias ultramarinas». Nesta nova Lei orgânica, o artigo 158º passa a proclamar que «a organização económica do país deve integrar-se na organização económica geral da Nação portuguesa¹¹».

Por conseguinte, empreendeu novas dinâmicas coloniais, através do lançamento dos projetos de colonização intensiva com população branca e de aumento exponencial de investimentos - quer públicos quer privados – isto é, uma abertura crescente ao capital estrangeiro. De acordo com Marcos Cardão (2007, pp.109-110), “O fluxo de colonos brancos para as colónias intensificou-se nestes anos, em particular para Angola e Moçambique”. Trata-se de uma forma de emigração que ocorria em maior proporção para os centros urbanos e para locais específicos.

Segundo José Pedro Monteiro (op. cit. P14), esta dinâmica funcionava, “de forma destacada, como elemento legitimador da missão de «civilizar» povos «atrasados», empreendida pelo Estado-Império português. A sua mobilização serviu propósitos de coesão interna e afirmação externa. Foi considerado, ainda, um veículo privilegiado para a transformação do «africano» e para o remodelar à semelhança do seu congénere europeu, dito disciplinado, organizado, manifestando e regendo-se por velhos e novos hábitos de consumo, em suma, detentor de uma «racionalidade» económica”.

⁸ Em Fevereiro de 1956, menos de um ano após a Conferência de Bandung, foi criado na Junta de Investigação do Ultramar o Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), por Adriano Moreira, cujo objetivo é «coordenar, estimular e promover o estudo dos fenómenos políticos e sociais verificados em comunidades formadas em territórios ultramarinos». Foi dentro do CEPS que o Luso-tropicalismo se tornou uma factibilidade científica.

⁹ Revisto em 1929, com Bacelar Bebiano).

¹⁰No Artigo 2 do Ato Colonial, Diário do Governo de 8 de Julho de 1930, la serie, nº 156, se estipula que era de «essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar às populações que nelas se compreendam».

¹¹ § único do artigo 158 da lei nº 2048, de 11 de junho de 1951, Diário do governo, I série, nº 117.

Com a eclosão da guerra, o fomento económico intensificou-se na sequência do lançamento da ideia de Salazar em construir um Espaço Económico Português (EEP). No âmbito deste objetivo, assistiu-se à beneficiação de vias de comunicação, à construção de escolas, hospitais e, sobretudo, ao lançamento de obras grandiosas, tais como a Barragem de Cahora Bassa, em Moçambique.

Para coordenar estes investimentos e erguer estruturas de planeamento indicativo da economia, tanto na metrópole como nas colónias, foram concebidos planos de fomento.

1.2 Determinantes dos Planos de Fomento

Nas décadas de 40, 50 e 60 a expressão planeamento ganha destaque no cenário internacional como instrumento de reconstrução do caminho para alcançar o fim desejado, que é a reconstrução das economias dos países europeus devastados pelos longos anos de conflito a que estiveram submetidos. Notemos que o “planeamento económico” nos países ocidentais já estava no ar desde os anos 30, influenciado principalmente pelo sucesso da política New Deal, aplicada por Franklin Delano Roosevelt à Depressão norte-americana.

Além disso, segundo Manuel Bandeira Jerónimo (2013, p.254), “a França e a Grã-Bretanha, durante a Segunda-Guerra Mundial e no imediato pós-guerra aprofundam os esboços de fomento das colónias realizado a partir dos anos 1920 (Plano Sarraut de 1923, Colonial Development act de 1929)”. De acordo com o autor (id., pp.254-255), o objetivo “é manter as colónias sob dependência das colónias por via de um desenvolvimento não endógeno e de uma melhoria das condições sanitárias das populações, ações que se tornaram uma nova forma de legitimação colonial”. Nesta perspetiva, “a Grã-Bretanha promulga o Colonial Development and Welfare Act em 1940 e a França cria o Fonds d’investissement et de Développement Economique et Social em 1946” (id., p.255)

Por outro lado, a União Soviética, que havia saído prestigiada da Segunda Guerra Mundial em decorrência da vitória sobre as forças nazistas de Hitler, estava em pleno processo de expansão da sua ideologia comunista. E a inclusão da Alemanha no bloco socialista complicou o cenário geopolítico da reconstrução da Europa, graças a sua divisão: Alemanha Oriental, sob influência de Moscovo, e Alemanha Ocidental, subdividida entre a França, os EUA e a Grã-Bretanha. Assim, a capital, Berlim, situada na área controlada pelos soviéticos, tornou-se, na parte oeste, uma ilha capitalista encurralada pelos socialistas.

Além disso, havia o facto de que durante a década de 1930, enquanto grande parte da economia do mundo ocidental estava em profunda crise, iniciada em 1929, a economia planificada soviética atingia um crescimento económico considerável, o que lhe granjeava simpatias em vários países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, ou seja, em nações que possuíam uma economia pouco ou insuficientemente avançadas.

Nesse contexto de recuperação económica e de Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) tomaram, em 1947, duas iniciativas importantíssimas: primeiro, decidiram-se pela política de "contenção" ao comunismo, dando início a pesados investimentos em armamentos e artefatos nucleares; segundo, por auxiliarem

economicamente (por meio do Plano Marshall¹², European Recovery Program, ou Programa de Recuperação Europeia), os países europeus destruídos pela Segunda-Guerra Mundial, permitiu que eles dessem começo aos programas de reconstrução nacional.

Entretanto, estava-se em pleno processo de acumulação de capital da burguesia portuguesa, que será reforçado pela Segunda-Guerra Mundial. A não participação na guerra, e o fluxo constante de divisas provenientes do comércio externo das colónias assumia um ritmo rápido; e a situação tendia para a concentração e o crescimento do poder do capital industrial e bancário. De acordo com Francisco Pereira de Moura (1973, p.2), “a segunda guerra mundial, com as suas dificuldades de abastecimento do País, devido ao corte das importações, e com as enormes oportunidades de exportação para os beligerantes, viu acumular capitais que buscavam aplicação para fugir aos efeitos inflacionistas “.

Porém, Portugal continuava a ser um país essencialmente agrário e com índices elevados de analfabetismo. Nos anos 40 e 50, o país enfrentava problemas de carácter estrutural e de longo prazo; e a agricultura era um sector sobrepovoado e pobre. A enorme dificuldade na modernização do sector primário, devido à assimetria na dimensão e titularidade da terra, se submetia, em linhas gerais, “à regra do microfúndio a Norte e do latifúndio a Sul do Tejo” (Caldas, 1956, p.441). Debruçando-se sobre a situação da agricultura em Portugal, Manuela Silva (op. cit., p.17) diz:

“por volta de 1950, mais de metade da população activa se ocupava numa agricultura que contribuía com menos de 1/3 do produto nacional, que o nível de rendimento rondava os \$200/capita, termo que, então, servia de referência para estabelecer a fronteira dos países subdesenvolvidos”.

Por outro lado, “tanto os responsáveis pela política como a opinião pública sentiram o perigo da fraca industrialização do país” (De Moura, 1973, p.29). A este respeito, Manuela Silva (op. cit., pp.17-18) aponta que se podia observar em Portugal “a precaridade das infraestruturas económicas, a fraca diversificação das exportações, das quais 70% compreendiam apenas 5 produtos, todos de baixíssimo valor acrescentado (a madeira, a cortiça, o volfrâmio, o vinho do Porto e as conservas). O autor fez notar ainda “a reduzida dimensão das unidades produtivas e a sua baixa produtividade média, a fraca qualificação da mão-de-obra traduzida em muito elevadas taxas de analfabetismo e ausência de qualificação profissional na generalidade da população activa” (id., p.18).

É assim que, pressionado pelos representantes da primeira geração do grupo de empresários industriais, que, de algum modo, estavam empenhados no processo de modernização das forças produtivas e da sociedade portuguesa, em geral, o governo de então enveredou pelo planeamento como meio de fazer face não só aos estrangulamentos que contrariavam os objetivos desta classe empresarial, mas também para atender às

¹² O Plano Marshall é uma ambiciosa proposta Americana, fundamentalmente destinada à reconstrução europeia do segundo pós-Guerra, contida no discurso do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América (EUA), o general George Catlett Marshall, proferido na Universidade de Harvard, em 5 de Junho de 1947. À época do lançamento do plano, o Presidente estadunidense era Henry Truman. O Plano Marshall foi um ambicioso projeto de empréstimos e doações financeiras realizadas pelos EUA e seus aliados capitalistas aos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial.

necessidades de um êxito económico muito favorável, “dada a fase de crescimento que caracterizava as economias capitalistas de então”(id., p.16).

Além disso, houve certa pressão externa (OECE¹³, a seguir ao Plano Marshall de reconstrução europeia). Assim, “tardia e «envergonhosamente» o Governo aceita a ajuda americana incluída no chamado «Plano Marshall» e para isso é forçado pela primeira vez a formalizar um plano de desenvolvimento a médio prazo que pudesse servir de enquadramento ao apoio financeiro americano cuja administração pertencia conjuntamente à ECA (Economic Cooperation Administration) e à OECE¹⁴ (Rollo, 1994). Nesta linha de ideias, o Governo português assina o pacto fundador da OECE, em 1948, integrando-se assim nas estruturas de cooperação previstas no Plano Marshall. Esta integração reforçou a necessidade do planeamento económico que conduziu à elaboração dos “Planos de Fomento” do Estado Novo.

Contudo, já em 1935 tinha surgido “a primeira tentativa de planificação em Portugal, na sequência da Lei nº 1914 de 24 de Maio de 1935 que ficou conhecida simplesmente por Lei de Reconstrução económica” (Ferraz, 2016, p11). Com esta Lei “foram estabelecidos os «projetos fundamentais a executar no período de 15 anos» nas áreas designadas por «defesa nacional» e «reconstituição económica»¹⁵(id.). Findo este projeto, foi aprovada, em 1945, a Lei do Fomento e Reorganização Industrial que estabeleceu as linhas mestres da política industrializadora dos anos seguintes. Nesta senda, se encetou,” um primeiro esforço de planeamento das grandes infraestruturas (estradas, portos, comunicações e eletrificação), abrangendo um período de 15 anos” (Silva, op. cit., p.17). No final deste período, se fez o balanço da experiência, e ficou entendido “que a mesma deveria ser prolongada e alargada” (id.).

Na sequência deste balanço, que marcou o fim de um conjunto de planos sectoriais executados entre 1935 e 1950, o Governo Português teve a iniciativa de reorientar a política económica, através de “boas regras da gestão financeira anual com as exigências de projetos necessários de vários anos para se executar” (De Moura, o. cit., p.87). E nos trabalhos dos II Congressos dos Economistas e da Indústria Portuguesa (Rosas, 1996, pp.767-768), em 1957, foram recomendados dois grandes conjuntos de ideias:

- Necessidade de incrementar uma nova política de crescimento acelerado baseada: na definição do estreitamento das relações entre a Metrópole e as possessões

¹³ A OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica foi a designação inicial da OCDE, quando foi fundada em 1947. A OECE era composta por países Europeu e foi criada com a finalidade de executar o Plano Marshall.

¹⁴ De acordo com Fernanda ROLLO (1994), o «Plano», seguindo as diretrizes americanas canalizadas para vários países aderentes foi efetivamente redigido por Araújo Correia e encontra-se publicado como obra autónoma sob o título Estudos de Economia Aplicada, o Problema Económico Nacional, IN Lisboa, 2ª. Ed., 1950.

¹⁵ De acordo com a referida Lei a defesa nacional incluía: a) a reforma geral do exército e seu armamento, fortificações, edifícios e outras obras militares; b) o prosseguimento da restauração da marinha de guerra, incluindo, além da aquisição de novas unidades, o que for necessário à sua eficiente utilização». Já a reconstrução económica contemplava: a) «conclusão das redes dos caminhos de ferro» e das estradas; b) portos comerciais e de pesca; c) redes telegráfica e telefónica; d) rede elétrica nacional; e) hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior; f) edifícios para escolas; g)reparações extraordinárias de monumentos nacionais) trabalhos de urbanização de Lisboa e Porto; i) crédito colonial; j) outros problemas ou realizações que interessem diretamente ao objetivo previsto neste número».

ultramarinas através de uma maior liberdade de trocas entre diversos territórios e a revisão da localização das indústrias transformadoras de matérias primas coloniais; no planeamento global do desenvolvimento que prosseguisse como objetivo o crescimento equilibrado de todos os sectores da vida nacional, através do aumento do ritmo da industrialização; na alteração do condicionamento industrial tornando-o comum a todos os territórios nacionais; na difusão da mentalidade industrial, no recurso ao incremento do ensino técnico; e na revisão do regime de crédito à indústria;

- Imprescindibilidade de adequar a economia portuguesa às transformações em curso na estrutura económica da Europa e uma atenção reforçada no sentido de melhor compreender e inserir o País nos movimentos de integração europeia.

Os planos de fomento serão assim concebidos em torno destas novas reorientações políticas, não só como estratégia para se conseguir êxito económico muito favorável no país, mas também como uma nova forma de desenvolver as colónias, “ao ritmo imposto por Lisboa e segundo os interesses da metrópole” (Jerónimo, 2013, p.255).

De 1953 a 1973, sucederam-se quatro planos de fomento: I Plano de Fomento (1953-1958), é “principalmente um Plano de Obras Públicas alimentado pela tradição dos Planos de Reconstrução” (Da Silva, 1984, p.75); II Plano de Fomento (1959-1964), Plano Intercalar de Fomento (1965-67) e III Plano de Fomento (1968-1973), uma prática de planos hexenais (com exceção do plano intercalar que, por alegadas razões de incerteza, abrangeu um período mais curto, 1965-67). De acordo com Victor Pereira (2013, p.262), “o lema de todos os planos de fomento é favorecer a integração económica de todos s territórios portugueses, o Portugal pluricontinental do Minho a Timor”.

A nível das colónias, os objetivos dos Planos de Fomento eram dar novo impulso para poder explorar sistematicamente os recursos destes territórios, estabelecer famílias portuguesas, regular o movimento dos trabalhadores Africanos, incluindo a disciplina e proteção dos trabalhadores imigrantes, tendo sempre em vista as necessidades da metrópole. Desde o seu surgimento, em 1953, os Planos de Fomento incluíam os investimentos do Estado no Ultramar, que eram verbas crescentes e significativas. Angola e Moçambique tiveram direito a uma atenção redobrada, tendo em consideração o facto de serem territórios com maior extensão e com maior quantidade de recursos naturais.

O IPF contemplava o «aproveitamento de recursos e povoamento das colónias»; e o II PF centrou-se no arranque da política de fomento económico das colónias. António José Telo (1994a, p.269) refere a estes dois plano de fomento como sendo vontade do governo de Lisboa de “formar uma zona protegida com o seu império, que representa uma alternativa estratégica à absorção do país por realidades políticas e económicas mais vastas e não controladas a partir de Lisboa; a ideia da construção de um espaço, fechado e protegido, onde o país renasça e reencontre a grandeza do passado”._O Plano Intercalar e o IIIPF surgiram na continuidade destes dois primeiros planos. De acordo com Fernando Rosas (op. cit., p.740), “o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), como a designação e o período de aplicação mais curto revelam, constitui um plano de transição em que se tenta adaptar a política e o modelo económico seguido às contingências resultantes quer da

necessidade de fazer face ao problema da guerra colonial quer aos movimentos da integração europeia”.

Longe de examinar todos os planos, a nossa atenção neste trabalho está centrada no III Plano de Fomento, no qual está incluído o nosso caso de estudo, o Plano Calabube, sem, no entanto, perder de vista os aspetos que ligam os outros planos às colónias.

1.3 O III Plano de Fomento e o Desenvolvimento das Colónias

O III Plano de Fomento (1968-1973) foi elaborado num momento em que Portugal esteve envolvido no conflito militar com os movimentos de libertação das colónias africanas e a sua preparação coincide com as negociações para adesão de Portugal à EFTA (European Free Trade Association)¹⁶.

Com efeito, “a revolta da Baixa do Cassange, que ocorreu entre finais de 1960 e inícios de 1961” (Monteiro, op. cit, p.286), e, em particular, o “levantamento do 4 de fevereiro desse ano em Luanda, e os massacres iniciados pela UPA no Norte de Angola, em 15 de março” (Jerónimo, 2013, p.38) davam o “início simbólico daquilo que viria a ser mais tarde cunhado como «guerra colonial»” (Monteiro, op. cit.,p.286).

Em Cabinda, no mesmo ano, registaram-se diversos ataques contra patrulhas militares, comerciantes e madeireiros portugueses em várias áreas do território, provocando a morte de muitos portugueses. De entre os episódios de destaque, temos: no dia 6 de abril de 1961, no Mankhama Nzila (Tando Zinze), é emboscado uma coluna militar; em São José do Limano (Tando-Zinze), é assaltada uma fazenda e abatidos os irmãos Moreira dos Santos, comerciantes e madeireiros portugueses; em 12 de Abril de 1961, no Tando Mpali (Lândana), camiões de comerciantes portugueses são tomados de assalto por populares armados; e, no Pangamongo (Necuto/Buco-Zau), um comerciante português é emboscado e morto a tiro por um grupo de jovens empunhando canhangulo de fabrico artesanal.

O início da guerra colonial (que, em 1963 e 1964, se estenderá à Guiné – Bissau e Moçambique, respetivamente) provocará uma crescente atenção da opinião pública mundial à situação nas colónias, o que reforçou o isolamento de Portugal na cena internacional¹⁷. Como nota José Pedro Monteiro (id.), o ano 1961 “constitui o prelúdio de um ano de sérios desafios ao império”. O General Silvino Silvério Marques (1970, p.1), que foi Governador de Angola, entre 1962 e 1966, falará de “uma época especialmente difícil”.

Na verdade, a considerável pressão externa e a revolta dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas marcaram, por conseguinte, o início de um novo período e a década caracterizou-se por modificações importantes na ação colonialista, tendo operada uma reestruturação global, ao mesmo tempo da metrópole e das colónias. É neste período que será referida com maior amplitude a problemática das assimetrias regionais, e, em particular a das colónias; preocupação essa que se fará sentir até 1974, com a revolução dos cravos.

¹⁶ Associação Europeia de Comércio Livre.

¹⁷ O PAIGC inicia as ações de guerrilha, em janeiro de 1963; e, em Moçambique, a FRELIMO executará a primeira ação armada, em setembro de 1964.

Segundo o Deputado Virgílio Cruz, três objetivos inspiraram o III Plano de Fomento: “a aceleração do ritmo de crescimento da riqueza nacional; a repartição cada vez mais ampla e mais equitativa dos rendimentos criados, e a correção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento”. (Ferraz, op. cit. p.84). De acordo com Victor Pereira (op. cit. p.265), “além da integração económica nacional, os objetivos do III Plano de Fomento eram assim a «repartição mais equilibrada do rendimento» e a «correção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento»¹⁸.

Referindo-se aos sectores abrangidos no IIPF, Manuela Silva (op. cit., p.20) diz:

“aparece pela primeira vez a distinção entre os aspectos de natureza global (financiamento, comércio externo, emprego e política social, produtividade, sector público e reforma administrativa) e os aspectos sectoriais (agricultura, silvicultura e pecuária; pescas; indústria extrativa; construção e obras públicas; melhoramentos rurais; energia; distribuição; transportes e comunicações; turismo; ensino e investigação; habitação; saúde).

Em todo o caso, porém, perante os «ventos da mudança», que sopravam desde o fim dos anos 40 e culminaram com o envolvimento de Portugal no conflito militar com os movimentos de libertação das colónias africanas, o III PF será sobretudo um esforço para trazer estabilidade e a paz a colónias em tumulto. Pois que, como sentenciava Hermes de Araújo Oliveira¹⁹ (Ap. Pereira, op. cit. p. 280), “Promover socialmente as populações é outra das armas fundamentais a utilizar na nossa luta em África”.

Por esta razão, António de Spínola ou Costa Gomes “defendiam que a guerra não se ganhava apenas militarmente, mas também assistindo às populações, educando-as, promovendo-as, conquistando os corações e as mentes” (id., p.280). Assim sendo, Miguel Bandeira Jerónimo (2013, p.271) dirá: “os planos de fomento tinham como missão principal participar na luta contra a descolonização”. Referindo-se aos sectores abrangidos, Manuela Silva (op.cit., p.15) diz que apareceram

“pela a distinção entre os aspetos de natureza global (financiamento, comércio externo, emprego e política social, produtividade, sector público e reforma administrativa) e os aspetos sectoriais (agricultura, silvicultura e pecuária; pescas; indústria extrativa; construção e obras públicas; melhoramentos rurais; energia; distribuição; transportes e comunicações; turismo; ensino e investigação; habitação; saúde)”.

Neste contexto, o governo português vai operar algumas mudanças para se adaptar aos novos ventos. De entre as mudanças, temos o pacto colonial que, tradicionalmente aplicada às colónias, foi substituído por uma política de «desenvolvimento» de que resultaram, para o aparelho produtivo e para o próprio conjunto societal colonial português, profundas transformações. Referindo-se as estas transformações em Angola, Adelino Torres (p.1101) dirá:

“o processo de industrialização/desenvolvimento da colónia traduzia finalmente a passagem do antigo pacto colonial (Angola fornecedora de matérias primas, economia de exploração e mercado das indústrias transformadoras e do vinho metropolitano) a um novo pacto colonial de que a industrialização de Angola era, paradoxalmente (pelo menos na aparência), a condição básica”.

¹⁸ Base III da lei nº 2133, de 20 de dezembro de 1967, 1ª série, nº 294.

¹⁹ Victor Pereira citou Hermes Araújo Oliveira referindo-se à obra do autor intitulado “Povoamento e Promoção Social em África”. (1971). África Política Interna. Vila Nova de Famalicão., p.29.

Além disso, Salazar reforça a ideia de coesão entre a Metrópole e as colónias, através da criação do Espaço Económico Português (EEP)²⁰, que pretendia criar uma área económica unificada, sem quaisquer entraves alfandegários. No ato da apresentação do I, Salazar sublinha que este empreendimento é «mais um passo, muito grande» (Salazar, 1953, p.15) na edificação da «unidade económica». E na lei da promulgação do III PF reafirma este objetivo: «o Plano constituirá instrumento de programação global do desenvolvimento económico e do progresso social do País, tendo em vista a formação de uma economia nacional no espaço português e a realização dos fins superiores da comunidade»²¹.

Por esta razão, na sequência dos abalos provocados pelos motins de 1961, em Angola, a conexão entre os planos de fomento e o desenho da integração colonial foi sustentada por reformas da política colonial. De entre as reformas, temos o decreto nº44 016, que consagra a integração económica de todos os territórios sob a soberania portuguesa e prevê a abolição de todas as bandeiras alfandegárias antes do 1 de janeiro de 1972. Na ótica da integração económica nacional, o decreto-lei nº 44 016 é expandido pelo decreto nº decreto nº44 652 de 27 de outubro de 1962.

O planeamento aparece então como um dos principais instrumentos para alcançar esta integração económica. Esta nova conceção do planeamento abriu caminho à um planeamento que devia compensar as disparidades económicas entre as parcelas do território, incentivando a «aceleração do ritmo de crescimento das regiões menos desenvolvidas»²² do espaço português, e evitando a demasiada concentração geográfica de atividades e capitais. Neste caso, os futuros planos de fomento deveriam ser elaborados como programas globais, coordenando os planos de cada região do espaço português. Ou melhor, os planos de cada região funcionariam dentro da estrutura global, com uma certa dependência em cada região dotada de apreciável autonomia.

De acordo com esta nova perspectiva, o decreto-lei criou várias instituições e órgãos que deveriam orientar a política económica no sentido da integração económica nacional. Dentro deste âmbito, foi fundado o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, “instituição que deverá preparar e executar os próximos planos de fomento” (Pereira, op. cit., p.264). Os órgãos que compõem o STPC são a Direção dos Serviços de Planeamento (DSP) e a Direção de Serviços de Integração Económica Nacional (DSIEN). Também, foi instituído o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos (CMAE), em substituição do Conselho de Ministros para o Comércio Exterior e o Conselho Económico. E, por fim, foi criada a Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica (CIPIE), um “órgão de estudo que deve permitir a preparação dos planos de fomento” (id.). A CIPIE era formada por vogais de vários Ministérios e agrupava vários grupos de trabalho permanente.

²⁰ Cf Rosas (1996, p.312). Espaço Económico Português (EEP), processo que se desenrola no período de 1962 a 1974, a par de expressões similares, como «mercado único português», «espaço económico nacional» ou «integração económica do espaço político português». O EEP tinha por objetivo criar um espaço caracterizado por um maior adensamento e interdependência económica entre estes territórios, isto é, a procura de uma maior integração económica.

²¹ Base II da Lei nº 2133, de 20 de dezembro de 1967, Ia série, nº 294.

²² Preâmbulo do decreto-lei nº 44 652, 27 de outubro de 1962, nº248.

Nesta nova arquitetura, cada Província Ultramarina deve futuramente ter um Serviço de Planeamento e Integração Económica da Província (SPIEP), cuja tarefa é preparar o plano de fomento da província e acompanhar a sua realização, em estreita colaboração com o Ministério do Ultramar e do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Os responsáveis do SPIEP de cada província podiam também participar da CPIE. E, a nível do Distrito, funcionaria também o Serviço do Planeamento e Integração Económica do Distrito (SPIED), que faremos referência mais adiante, no ponto da análise do Plano Calabude.

Deste modo, apesar deste mercado único não se ter efetivado, foi, no entanto, o fator impulsionador de vias de comunicação, construção de escolas, hospitais e lançamento de obras grandiosas. Por todas estas razões, o crescimento das colónias é mais visível durante a Guerra Colonial, ou seja, entre 1961 e 1974²³

Por outro lado, Portugal defrontando-se com uma situação de integração europeia, numa altura em que ainda se vivia num regime ditatorial, Salazar entendeu aderir ao EFTA, como um passo importante para o desenvolvimento da economia e da indústria portuguesas, e assim fazer face ao «atraso económico – social do país», como nota Francisco Pereira de Moura (op. cit. 244). Segundo o autor, essa é a solução lógica para quem pretenda conciliar o reforço de uma estrutura temporariamente útil com a marcha dirigida para determinado objetivo final.

Assim, «na sequência do processo de planeamento económico-social, em que se inserem, com âmbitos sucessivamente mais latos, o I e II Planos de Fomento e o Plano Intercalar, elaborou o Governo o projeto do III Plano de Fomento, com vista a assegurar, sem solução de continuidade, nem quebra de ritmo, o progressivo desenvolvimento económico-social da Nação» (Ferraz, op. cit., p.86). E, a 20 de dezembro de 1967, a Lei nº 2133 do III Plano de Fomento foi publicada em Diário da República, com um período de execução” compreendido entre 1 de janeiro de 1968 a 31 de Dezembro de 1973” (id.).

Ao todo, com investimentos do III PF, foram despendidos 164 737 037 (Fonte: Pereira, op. cit., p.252) de contos no período de 1968 a 1972: “120 258 037 contos para a Metrópole e 44 479 000 contos para as Províncias Ultramarinas”. Isto significa que foi despendido quase o triplo na metrópole, onde as fontes de financiamento foram o Estado, Instituições de crédito e empresas seguradoras.

Em matéria de execução do programa de investimentos nas Províncias ultramarinas, temos diversas fontes de financiamento: “administração central, administração provincial, fundos e empresas públicas, institutos de crédito, organismos autónomos, empresas particulares” (Ferraz, op. cit., p.108). Além destas, temos também “um «programa indicativo», cujas fontes de financiamento não foram apresentadas com suficiente detalhe”²⁴(id.) – o que revela a existência de falta de controlo na execução deste programa e, por conseguinte, problemas no tocante à fiabilidade dos seus dados. Contudo,

²³ <https://conhecerahistoria12.blogspot.com/2012/02/portugal-de-1945-ate-1974.html>

²⁴ Segundo Ricardo Ferraz (op. cit., p. 108), “os relatórios de execução do ultramar apresentam informação detalhada sobre as fontes previstas de financiamento do programa indicativo, contudo o mesmo não sucedeu quanto aqueles que efetivamente o financiaram”.

segundo dados produzidos por Ricardo Ferraz (id., p.109), o Programa indicativo “apresentou uma maior importância relativa (60% do total das despesas)”.

De acordo com o autor (id., p.155), “se as fontes públicas assumiam um peso de 2/3 no I Plano e as privadas apenas 1/3, já no Plano Intercalar e no III Plano as fontes privadas assumiram o peso maioritário de 53% e as públicas apenas 47% (excluindo a estimativa das despesas com as indústrias transformadoras relativas ao período 1968-1971, o III Plano significou um regresso ao peso inicial por parte destas fontes).

Se os planos de fomento pretendiam abranger todos os territórios sob soberania portuguesa, Manuel Bandeira Jerónimo estima que “Angola e Moçambique concentram a grande maioria dos investimentos feitos nas províncias ultramarinas: 91% no III Plano de Fomento” (Cf. Pereira, op. cit., p.252). Tendo sido alistadas no caso dos mais pobres, as outras províncias foram “financiadas integralmente por Lisboa com empréstimos ou subsídios, receberam verbas pouco significativas” (id.). Por esta razão, nos focaremos sobre Angola e Moçambique.

Com efeito, nestas duas províncias, o grosso das despesas respeitou a investimentos em comunicações e transportes, indústria, aproveitamento de recursos, povoamento, agricultura, pecuária e pescas. O III PF investiu 1 353 780 contos em obras de regadio e esquemas de povoamento em Angola e 1 547 996 em Moçambique” (id., p.273). Na área dos transportes e comunicações, 14%,5 e 35,9% das verbas totais em Angola e Moçambique (Fonte: id., p.275), tendo por objetivo “favorecer a instalação dos colonos, permitir o desenvolvimento dos territórios e facilitar o escoamento das matérias primas extraídas” (id.). E, a nível da industrialização, os investimentos privados foram de 5 372 00 contos em Moçambique e 3 36 600 em Angola” (Fonte: id., p.278).

Deste modo, tendo oficialmente como objetivo o «desenvolvimento económico» e «o progresso social»²⁵, o III PF apenas investiu “431 400 contos na saúde e assistência em Angola e 412 500 em Moçambique; 1,2 e 2,7% do investimento total. A educação está pouco mais dotada: 700 000 em Angola e 526 900 em Moçambique” (id., p.279). Segundo Miguel Bandeira Jerónimo, “o orçamento da educação na província de Angola saltou de 33 500 contos em 1961 a 847 200 contos 10 anos mais tarde” (id.).

As diminutas despesas sociais, apesar da vontade expressa nos planos de melhorar o bem-estar da população e limitar as desigualdades económicas, está no facto de os planos “concentrarem-se na rentabilidade económica e na produtividade dos investimentos, desprezando os que eram indiretos ou de rentabilidade a longo prazo” (id., p.279).

Para além destes constrangimentos, a lógica colonial acabou por afetar as estruturas coloniais de desenvolvimento.

1.4. A Colonização e As Estruturas de Desenvolvimento das Colónias

A expansão europeia do século XVI a XX constitui um dos acontecimentos mais importantes da história da humanidade, cujas consequências continuam a ter um impacto considerável nas estruturas sociais das ex-colónias. Ela toma diversas formas: emigração,

²⁵ Base II da lei nº 2133, de 20 de dezembro de 1967, la série, nº 294

difusão de técnicas, vontade de hegemonia cultural, exportação de capitais, colonização. Neste estudo, a nossa atenção vai centrar-se no último aspeto.

Antes de mais nada, importa sublinhar que colonização é definida como “acto ou efeito de colonizar, de estabelecer colónias (ver) ou de povoar uma colónia” (De Freitas, op. cit., p.67). De acordo com Jean Bruhat (1993, p.120), o termo “implica ocupação territorial e dependência do país ocupado”. Nesta perspetiva, estamos em face a um conceito vinculado a uma doutrina, o colonialismo, que, segundo Aníbal Quijano (2009, p.73) “refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial”.

Neste caso, pode-se atribuir ao termo colonização um campo semântico composto por “cobiça”, “força”, “domínio”, “império”, “exploração” – um conjunto de acessões muito expressivas, que se impõem às circunstâncias e que, por essa via, se aproximam de “estruturas de relações sociais de domínio e exploração entre grupos sociais heterogéneos” (Casanova, 2002, p.240), de “subalternização das colónias em relação à Metrópole”, de “exportação de civilização”. Mas, nunca se examinou o fenómeno da colonização sem se referir a outros campos de significado: uma extremização de pressão que leva a temas como “escravatura”, “trabalho forçado”, “expansão imperialista”, “pensamento abissal” (Santos, 2009, pp23-71), etc...

Nesta linha de raciocínio, a colonização é produto de um contexto bem determinado. No caso da colonização ocidental, a conquista de Ceuta, em 1415, foi o ponto de partida de uma precipitação geral em direção aos continentes africano, americano, asiático e da Oceânia, até então desconhecidos do ocidente, em particular dos países ibéricos. Recorrendo à força e à astúcia, as expedições portuguesas e espanholas que se seguiram, e não só, conseguiram controlar, com mão de ferro, as vastas regiões chamadas domínios ocidentais em África, América, Ásia e Oceânia.

Na base deste movimento expansionista, e que determinou o atual desenvolvimento das antigas colónias ocidentais, encontramos, como dizia Gramsci (1964, p.272), “os quadros da civilização espanhola e portuguesa de 1500 e 1600, caracterizados pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário”. Nesse período, os Reinos Ibéricos cunharam a expressão “missão civilizadora” para descrever a exportação da civilização ocidental nestes territórios. Nesta senda, as autoridades eclesiásticas católicas e protestantes concordavam: a conversão dos milhões de indígenas encontrados nas terras do chamado “Novo Mundo” era essencial para que as novas terras descobertas/conquistadas entrassem no mundo civilizado.

Observe-se, falando dos indígenas do “Novo Mundo”, Hobbes (1995, p.187) referia-se explicitamente aos «savage people in many places of America»²⁶ como exemplos do estado de natureza; e Locke (1946, §49) é da mesma opinião quando escreve em Sobre o Governo Civil: “No princípio todo o mundo foi América”. Do continente africano, um explorador ouviu um grupo de árabes referir-se aos negros de Borku e Wadai como «selvagens da pior espécie» (James, 2018, p.29).

²⁶ Tradução do autor: povos selvagens em muitos lugares da América.

Assim sendo, a parceria entre a regeneração física e espiritual tornava-se adequada para as terras descobertas ou conquistadas, uma visão cujas consequências teriam um efeito nefasto no modo de imaginar e tratar os autóctones da América e da África (e.g. desvalorização e destruição da matriz experimental e cultural dos autóctones), territórios até aí inexplorados, cujos povos eram incapazes de dominar o ambiente em que viviam.

Entre 1830 e 1914, “os imperialistas britânicos, franceses, alemães e italianos convenceram-se, e aos seus compatriotas, de que se tratava, realmente, de uma partilha dos benefícios morais, culturais, científicos e técnicos das revoluções intelectuais e industriais europeias.” (id., p.10). Por todas estas razões, a França vai utilizar nesse período a expressão “mission civilisatrice” para descrever a exportação maciça do Iluminismo dos séculos XVII e XIX” (id.). Por isso, “enquanto os engenheiros construía estradas, caminhos de ferro e escolas, os missionários pregavam o evangelho” (id.).

Porém, as diferenças no plano técnico espelhavam as disparidades de ordem moral. E isto, sobretudo que “os rótulos ideológicos mascaravam o que viria a revelar-se uma competição cínica e implacável pelo poder político e económico” (id.).

Na sua lógica expansionista, os europeus entraram em África, América e Ásia levando consigo os avanços mais recentes da tecnologia de navegação e militar, cada potência procurando conquistar e manter mais zonas de influência. Na fase inicial da conquista, a técnica de navegação e os canhões representaram uma enorme vantagem para as suas forças; depois, nos séculos XIX e século XX, portugueses, espanhóis, franceses, italianos produziram metralhadoras, durante as décadas 1920 e 1930, e, em seguida, “mobilizaram bombardeiros, carros de combate e gás mostarda contra marroquinos, líbios e abissínios” (id., p.9).

Entretanto, a “globalização” como fenómeno capitalista que começou a ganhar destaque com as grandes navegações e descobertas marítimas dos séculos XV e XVI, e que se desenvolveu a partir dos processos de Revoluções Industriais na produção de bens e serviços, na segunda metade do século XIX, acabará por afirmar paulatinamente a ideologia neoliberal (para além das tecnologias de comunicação e de processamento de dados) e por provocar fortes rivalidades entre as potências em expansão, tanto do ponto de vista político como comercial, científico como missionário. As potências industriais em expansão na segunda metade do século XIX estavam ávidas de terras par expandir seus negócios; e investiram pesado nos seus novos domínios.

Esta situação acabou por fazer com que a metáfora das terras conquistadas/descobertas dos três continentes como forma de sedução remetesse para ideias como a posse, a colonização, acabando assim por instituir o sistema colonial. Este será consumado pela força da tecnologia militar e de outros meios, como a linguagem, a arte ou ameaças da civilização europeia, da qual fazem parte a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Holanda, a Itália e Portugal. Neste contexto, o Pacto colonial, pela qual a colónia só comercializava com a sua metrópole, resultou em uma intensificação de atividades comerciais entre esses locais. Melhor dizendo, a lógica da linguagem financeira e comercial colonial se prende a uma forma de lógica exclusivista colonialista: assegurar a exclusividade dos lucros da produção das colónias tão somente a sua metrópole de origem, garantindo-lhe uma valorização da sua economia e de seu estado (exclusivo metropolitano).

Neste período, as rivalidades inter-imperiais se fizeram sentir em muitas possessões coloniais, em especial, na bacia do Congo, entre 8° e 5° 12' latitude sul²⁷, o que levantou a questão da preservação dos direitos históricos. Tendo conquistado quase todo o continente africano, as potências sentiram a necessidade de um acordo para evitar atritos em relação as fronteiras.

Diante desta situação, a vontade e a força, acabarão por instituir uma nova ordem, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, na Conferência de Berlim, na qual se fixou a erradicação da escravatura; e os territórios africanos “foram anexados ou declarados «protetorados», o que equivalia uma anexação pelos países protagonistas - a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Holanda, a Itália e Portugal. Por exemplo, ao território de Cabinda foi atribuído o estatuto de protetorado português, na sequência do Tratado de Simulambuco firmado entre os Príncipes e Governadores de Cabinda e representantes da Coroa Portuguesa, o capitão-tenente da armada Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta “Rainha de Portugal”. Segundo Lawrence James (id. p.115), “os únicos sobreviventes foram a Libéria, que começou por ser um refúgio para antigos escravos vindos da América com a proteção dos americanos, e a Abissínia. Esta última, porém, teve pouco tempo de vida útil, já que, em 1906, Itália recebeu a aprovação do eixo anglo-francês para proceder ao seu desmembramento”.

No rescaldo destes acontecimentos, Miguel Bandeira Jerónimo e Hugo Gonçalves Dores (2013, p.131) estimam que a presença missionária foi um:

“poderoso instrumento de penetração territorial, influência cultural e vantagem diplomática, visando tanto a definição de zonas de influência, o estabelecimento de plataformas de entendimento e colaboração com os poderes locais, a formulação e consolidação dos direitos históricos no Congo e a promoção dos desígnios políticos do governo colonial”.

Assim, para os autores (id., p.132), tornou-se evidente que a missão civilizadora dos missionários:

“transcendia meros propósitos de evangelização e transformação sociocultural, sendo determinada por motivações que presidiam à formação, mais ampla e diversificada nos objetivos, de estratégias expansionistas de outras potências coloniais. O estabelecimento da missão de São Tiago em Lândana por parte do spiritano Charles Duparquet em 1873 era apenas um exemplo mencionado para sustentar este tipo apreciação”.

Deste modo, ao esculpir o credo da “missão civilizadora” nas colónias, explorar os recursos africanos, até aí subaproveitados, e integrar a África na rede global da indústria e do comércio, os administradores coloniais se insurgiram contra as estruturas económicas e sociais das sociedades tradicionais, mas acabaram por imprimir uma dinâmica histórica de dominação e negaram-se a tratar os indígenas como iguais, uma aventura que, em nome do ideal da civilização ocidental, matou o autóctone – seus valores e culturas tradicionais, seus métodos administrativos e culinários tradicionais, sua experiência milenária na organização dos sistemas de produção e das estruturas sociais.

Por conseguinte, o sistema colonial, tangida pelo «pensamento abissal» (Santos, op. cit.), nos coloca em face de um processo civilizacional, que, em nome de uma «pretensão de universalidade» (id.), é permitido concluir que “as estruturas políticas e sociais da sociedade conquistada não mereciam ser salvaguardadas” (Hagen, 1970, p. 165). Assim

²⁷ O território de Cabinda se localiza nesta área geográfica e cultural.

sendo, «sob pretexto da “missão colonizadora”, o projeto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais» (Menezes, 2007).

Neste projeto, foi definido um modelo burocrático, impondo aos administrados objetivos produtivos perseguidos pela política colonial, e em função das necessidades da metrópole; e introduziu -se o sistema europeu “de propriedade de terra, abolindo, assim, os direitos das famílias e tribais sobre as terras que constituíram a base da existência das aldeias durante várias gerações” (Hagen, op. cit, p.166)²⁸. Como bem o afirmou Alexandre Keese (2013, p.224), o Estado colonial “não oferecia às elites africanas qualquer incentivo para estas se identificarem com aquele, ou se integrarem nas suas estruturas”.

Além disso, institucionalizou-se o «trabalho indígena»²⁹ como sendo uma «mão de obra forçada», regularmente acompanhado de um cortejo de atrocidades várias. De acordo com José Pedro Monteiro (op. cit., p.17), «as práticas de trabalho forçado» “continuaram a ser uma das características distintivas do colonialismo português após 1945 até, pelo menos, 1962”. O recurso a trabalho forçado, nas suas múltiplas variantes, tornou-se uma solução vantajosa para facilitar a extração de ferro, carvão, e outras matérias-primas; trabalhar nas plantações de cacau, café e borracha; e construir estradas e ferrovias.

É importante frisar que o impacto da colonização tem sido questionado por vários autores. De acordo com Corioliano (2012, p.58), “a teoria do colonialismo mostra relações desiguais entre países e grupos econômicos, com conflitos e exploração de territórios e trabalhadores, com imposições e determinações de países e empresas hegemônicas, com domínio de poder na economia globalizada”. Segundo o autor (id., p.57), “O colonialismo liga-se ao fenômeno de expansão de domínios e exaltação de poder de metrópoles sobre colônias e povos, tornando-os subalternos com decisões e imposições de metrópoles e atores hegemônicos”.

Note-se, a visão marxista sustenta que «a colonização era um dos fatores que impulsionava o desenvolvimento capitalista, em especial pela expansão do mercado mundial. Como regra, a visão marxista sustenta que «a colonização era um dos fatores que impulsionava o desenvolvimento capitalista, em especial pela expansão do mercado mundial. As nações bárbaras seriam meramente arrastadas pelo progresso do capitalismo» (Costa, et al, 2012, p.4) – o que daria margem a reiteradas acusações de “eurocentrismo” contra Marx e Engels.

Todavia, diversos estudos feitos em África demonstraram que a longa dominação colonial tem implicações na estrutura de muitas das dinâmicas observadas nas sociedades africanas atuais, em particular nas práticas dos seus atores sociais. Como bem o afirmou Milando (2013b, p.42) “muitos dos factores característicos do colonialismo mantêm-se

²⁸ Systeme europeen de proprietà fonci re, abolissant ainsi les droits familiaux et tribaux sur la terre, droits qui avaient constitu  pendant des générations la base sociale de l'existence des villages”.

²⁹ O Regulamento do Trabalho Indígena de 1899 legitimou o trabalho forçado que legitimou o trabalho forçado indígena, criando diversas formas de recrutamento de mão de obra indígena, bem como o trabalho como obriga o moral e legal, sujeitando   penalidades aqueles que não observassem as regras estabelecidas na lei regulamentadora, devia ser aplicado em todas as colónias. Depois, foi instituído **Código** do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas de Africa; decreto n.º 16:199, de 6 de dezembro de 1928.

ativos, tendo sido apropriados e reelaborados por diferentes segmentos populacionais «descolonizados»”.

Neste caso, as práticas desenvolvimentistas durante o processo colonial não podiam tornar possível que setores desprovidos de poder fossem incluídos nos processos políticos e económicos e tenham os seus direitos de cidadania reconhecidos e garantidos. Como é óbvio, a ideia de empowerment, ou seja, do empoderamento das populações era inexistente, já que os autóctones eram desprovidos de poder e, por conseguinte, excluídos no processo de decisão, a política de desenvolvimento empreendida pelo Estado-Império português tendo apenas o propósito de “transformação do «africano» e para o remodelar à semelhança do seu congénere europeu, dito disciplinado, organizado, manifestando e regendo-se por velhos e novos hábitos de consumo, em suma, detentor de uma «racionalidade» económica” (Monteiro, op. cit., p.14).

Em suma, prodigalizar os frutos do iluminismo europeu aos africanos foi mais um exercício unilateral de filantropia, no qual os africanos não tinham nada a dar. Na sua abordagem, Boaventura de Sousa Santos (2009, p.10) designará esta intervenção por «epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena». As mudanças operadas acabaram por se traduzir em alterações geográficas culturais extravertidas, que criaram desenraizados e suscitaram, assim, conflitos e tensões psicológicas extremas, pois foram uma imposição a partir de cima por estrangeiros que denominavam o progresso e afiançavam que este seria uma fonte de proventos para o então vasto conjunto de civilizações e de entidades políticas de povos atrasados.

Conclusão

O Pós-Guerra - com a sua dependência político-ideológica e o desmoronamento do domínio europeu sobre o mundo e o conflito colonial - abriu novas perspectivas sociopolíticas e económicas nas colónias, o que levou Portugal a rever a sua política de desenvolvimento e a dar novo impulso para explorar sistematicamente os recursos das colónias.

Nesta senda, se até 1974, as colónias não conheceram a sua emancipação, houve sucintamente, um reforço da colonização branca, um aumento exponencial dos investimentos – quer públicos quer privados – isto é, uma abertura crescente ao capital de origem na metrópole (empréstimos e subsídios), repartido equitativamente entre fontes públicas e privadas.

Os Planos de Fomento do Governo Português, em particular a sua vertente colonial, serão concebidos como instrumentos de programação global das atividades económicas, tendo por objetivo fundamental participar da industrialização das colónias e lutar contra a descolonização. A este nível, podemos afirmar sem medo de errar que os planos Intercalar e o IIIPF são planos de guerra porque recobrem o conjunto dos efeitos sociopolíticos e económicos originados pelo impacto da Guerra Colonial e a política económica de guerra adotada pelo governo português para lhes fazer face.

Certo, o processo de desenvolvimento das colónias foi uma atividade planificada, em vista a atingir os objetivos traçados - trazer a estabilidade e o desenvolvimento a continentes, cujas populações eram incapazes de dominar o ambiente em que viviam.

Porém, ao tentar civilizar as colónias, “o sistema colonial criou nas populações submetidas tensões psicológicas extremas que não provinham somente de atos de dominação colonial, mas também da qualidade pessoal dos administradores coloniais e do significado que tomava a sua presença para os povos colonizados” (Hagen, op. cit., p. 165).

Assim, acabou por levantar problemas em termos da melhoria de vida das populações e do fortalecimento das liberdades dos indivíduos. Neste contexto, os atores sociais, as instituições governamentais e as organizações não-governamentais são motivadas para a ação, através de estímulos do complexo desenvolvimentista.

CAPÍTULO II: QUADRO TEÓRICO - CONCEPTUAL

O presente capítulo expõe de forma sucinta as principais teorias e abordagens que procuram caracterizar e explicar a fenomenologia do desenvolvimento das colónias, os seus autores e as suas estruturas desenvolvimentistas.

A primeira abordagem – concebe o desenvolvimento, subdesenvolvimento e crescimento económico, tal como se fundamentavam e se exprime no pós-Segunda Guerra Mundial. A segunda abordagem - Política, Plano, Programa e Projeto - examina os conceitos e problemas relevantes à volta da elaboração dos Planos de Fomento. E a terceira abordagem vai centrar-se à volta do conceito desenvolvimento regional, tendo como foco os determinantes e modelos.

2.1. O Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Crescimento Económico e Mudança.

O conceito de “desenvolvimento” aparece com a emergência do capitalismo e a crítica das sociedades feudais; e está “associado à ideia de modernização, progresso material e desenvolvimento económico” (Escobar, 2005, p.91). Nesta ordem de ideias, Myrdal (1974) estima que o desenvolvimento aparece como um movimento crescente de todo um sistema social, manifestado por um conjunto de causas endógenas, económicas e, também, por causas exógenas. De acordo com Ana Cléa Souza dos Santos (2014, p.1), “o desenvolvimento como discurso de mudança foi gestado no processo de formação do pensamento moderno e se consolidou no pós-Segunda Guerra Mundial como modelo ideal de mudança de sociedades consideradas naquele momento como subdesenvolvidas”.

Com efeito, a Revolução Industrial e as consequentes mudanças sociais, económicas, culturais e políticas, bem como o contínuo progresso tecnológico, que permitiram o desenvolvimento do capitalismo, despoletaram a ideia do desenvolvimento. E, com fim da II Guerra Mundial e o acesso à independência dos países até aí colonizados, “destacaram-se as grandes desigualdades de desenvolvimento, entre, por um lado, os países que tinham sido industrializados (Europa e EUA) e, por outro, os territórios que tinham sido colonizados, os quais, com os seus recursos naturais, haviam contribuído para o crescimento dos primeiros” (Gonçalves, op. cit., pp 50 -51).

Naquele contexto histórico, marcado pelo colapso dos países colonizadores e “por novas afirmações idealistas, como a ideia do progresso e da paz” (Amaro, 2003, p.41), os territórios coloniais que se tornavam independentes estavam em extrema pobreza e as economias dos países industrializados devastados pelo longo conflito precisavam ser reconstruídas. Assim, no seu discurso de 20 de janeiro de 1947³⁰, que marca o início da «era do desenvolvimento» (Esteva, 1992, p.6), o então Presidente dos EUA Harry S. Truman manifesta vontade de estender o nível de desenvolvimento dos países ocidentais aos outros países não desenvolvidos. Segundo Esteva (id.), nunca uma palavra foi tão universalmente aceite, sendo criado de repente, a partir do discurso de Truman, uma nova perceção do «nós» (desenvolvidos) e dos «outros» (não desenvolvidos).

³⁰ Discurso proferido na Sociedade das Nações.

Deste modo, na nova era inaugurada por Truman, “o desenvolvimento industrial despoletou a ideia de Desenvolvimento” (De Senarclens, 2001, p.197); uma era na qual as relações Norte e Sul se estabelecem por instâncias de poder, com a terminologia países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, definida em convivência de preponderância. Com a divisão dos países em dois mundos – o desenvolvido e o subdesenvolvido -, Sunkel (1975, p.3) e Amin (1973, p.7) sublinharam a existência “de uma forte correlação entre o alto nível de vida das populações e o grau avançado de industrialização alcançado pelos países”.

Analisando o discurso de Truman, Esteva (1992, p.7) estima que, no dia em este foi pronunciado, dois milhões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas, foram colocadas no fim da linha e remetidas a uma nova identidade: a de subdesenvolvidos. Por esta razão, continua o autor, o Desenvolvimento foi conotado a uma coisa: o escape à condição indigna chamada subdesenvolvimento. Assim sendo, a expressão “subdesenvolvimento” surgiu para designar os países ex-colônias, com grandes desigualdades económicas e sociais; e a expressão desenvolvimento para indicar os países que, na sequência do processo de colonização em larga escala que se ampliou até os séculos XIX e XX com o imperialismo, apresentam um elevado padrão de vida e concentram os polos tecnológicos, científicos e financeiros mundiais.

Pode dizer-se, como bem o afirmou Figueiredo (1982, Vol.1, p 21), que:

«o subdesenvolvimento começa por ser assumido (e continuará a sê-lo durante largo tempo) como manifestação de uma diferença, ou mesmo como a própria diferença, o que supõe um referente padrão. Nesse sentido, o subdesenvolvimento é entendido como «atraso» económico, facto esse atribuído à existência de obstáculos (falta de eficiência do processo produtivo e dificuldade de acesso a mercados). O rendimento per capita é o meio pelo qual a diferença se expressa, mas é também, e ao mesmo tempo, o veículo de um quadro de referência que se consoma no padrão de crescimento registado nos países desenvolvidos».

Numa outra linha da compreensão desta temática observamos em William Wilber Rostow (1964) na sua obra «Etapas do Desenvolvimento Económico», em que reflete sobre o processo de industrialização dos países do pós-Guerra, a experiência do processo de desenvolvimento como modelo que precisa dar-se a passagem da fase tradicional agrícola à industrial, aproveitando pré-condições que dão suporte à industrialização ou decolagem/arranco (take off) para o desenvolvimento. Assim sendo, o autor estima que o desenvolvimento é o estágio em que o processo dos países se estabiliza com a convergência dos setores produtivos e o consumo de massa, enquanto que o subdesenvolvimento seria utilizado como sinónimo de atraso económico (países «atrasados»); pois que em ambos os conceitos se pressupõe a existência de fases e estágios de desenvolvimento, de uma progressão linear, evolucionista, encarado como uma etapa preliminar pelo qual os países desenvolvidos já teriam passado. Por isso, o autor de «Etapas do Desenvolvimento Económico» admite ter encontrado a via para o desenvolvimento: os países empregam o capital de suas acumulações primitivas na indústria, atividade chave do desenvolvimento, pois país industrializado é igual a país desenvolvido. Nesta senda, o autor acredita que, havendo crescimento económico, o país será desenvolvido.

Em suma, a «era do desenvolvimento» inaugurada por Truman é vista no contexto das práticas das sociedades industriais europeias que, entre os finais do século XVIII (início

da Revolução Industrial) e a Segunda Guerra Mundial, acumulou experiências capitalistas na caminhada planificada para erradicar a pobreza. Por esta razão, Rogério Roque Amaro (2003, p.42) refere que, na sua formulação e conteúdo, o conceito de desenvolvimento é eurocentrado, entendendo-se por experiência dos países europeus como encerrando «boas práticas» na caminhada para o alcance do progresso.

No entanto, face às vicissitudes históricas, Maia (2002, p.101) e Figueiredo (op.cit., p.37) dirão que a unilinearidade e o evolucionismo, que marcou a ideia do desenvolvimento, ignorou as diversidades de culturas, o contexto histórico e a imprevisibilidade, assim como a não-uniformidade dos países assim considerados. Em virtude disto, Esteve sublinhou o irrealismo do conceito de desenvolvimento, que prevê uma evolução linear do mundo e baseia-se na falsificação da realidade produzida pelo desmembramento da totalidade dos processos interconectados da realidade mundial. De acordo com Figueiredo (id., p.24), «o que está em questão é, antes de mais, a tendência para avaliar o mundo em função de um centro que o observador julga sempre ocupar». Deste modo, suprimindo todas as práticas sociais do conhecimento da periferia, isto é, que contrariassem os interesses do centro, os promotores ocidentais acabaram por cair naquilo que muitos autores designam por «abordagem etnocêntrica», entendida como «relação de poder» (Silva, 1990, p.45).

Para caracterizar o novo pensamento (a hegemonia cultural) que nasce com esta situação na época moderna, Boaventura de Sousa Santos (2009) se referirá à metáfora do pensamento abissal, que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, no qual a realidade social é dividida em dois universos ontologicamente diferentes: o lado de cá da linha, que corresponde ao Norte imperial, colonial e neocolonial; e o lado de lá da linha, ao qual corresponde o Sul colonizado, silenciado e oprimido. Por esta razão, o autor (1994, p.) estima que «não há primitivos nem subdesenvolvidos, há sim, opressores e oprimidos».

De acordo com Silva (1990, p.45), «a atividade etnocêntrica» é «a afirmação do domínio – afirmação no plano do conhecimento e da representação simbólica». Nesta perspetiva, o autor estima que «o seu núcleo» não está «na ostentação imediata da superioridade social ou rática», mas no pressuposto de que o que vale a pena conhecer é, portanto, o que serve de padrão único para o conhecimento dos outros, são os factos e as ideias interiores à nossa própria área cultural, ao “nós” que é o nosso». E, tendo em conta as falhas constantes das políticas instituídas, a abordagem etnocêntrica será abandonada.

Certo, a matriz histórico-cultural derivada das sociedades industriais europeias, resultante da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, tendo como linhas orientadoras a liberdade, a igualdade e a fraternidade constitui uma mais valia para a humanidade. Porém, a herança colonialista e capitalista da revolução industrial tem lançado desafios pelo agravamento de certos desequilíbrios ambientais, culturais sociais, provocados pelo modelo economicista e produtivista, obcecado pelo crescimento económico. De entre as muitas questões fraturantes dominando o debate público, temos: 1) A Relação Norte Sul marcada pela dominação acabando por desencadear deterioração dos termos de trocas, guerras, crises, recessões e conflitos à medida que amplia as desigualdades mundiais e a exploração; 2) O comportamento da economia mundial – emissões de carbono e subsídios à exploração dos combustíveis fósseis – que tem ocasionado alterações climáticas que,

por sua vez determinam fenómenos extremos – como aquecimento global ou gases dos combustíveis fósseis -, resultando em catástrofes mortíferos, cíclicas e medonhas.

Face a estes desafios, «em que o empowerment dos desfavorecidos depende da permissão dos ricos e dos poderosos e vice-versa» (Milando, 2013b, p.164), alguns analistas oriundos de países subdesenvolvidos, em especial da América latina³¹ formularam a teoria da dependência, na qual afirmam que o subdesenvolvimento é o resultado do próprio sistema capitalista. Segundo os autores desta teoria, a relação de dependência, de força e de poder no capitalismo fez com que o mundo dito desenvolvido se tivesse desenvolvido à custa do subdesenvolvimento e exploração de recursos dos países que consideram subdesenvolvidos, quer pela via da colonização económica, quer por via do imperialismo. Ou antes, os países pobres e desfavorecidos, que não têm a força necessária para se afirmarem e se imporem no cenário económico internacional, ficam dependentes, submissos e sem voz no plano internacional. Por exemplo, esta situação é evidente nas relações comerciais entre os países ricos e os países pobres – porque é esta a sua categoria no cenário económico internacional; é também visível nas entidades supranacionais de tomada de decisões, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Ademais, é destacável na incessante disparidade e perpétua desigualdade entre os países ricos e os países pobres.

Está-se em face de “sociedades dominadas em trajetórias pouco virtuosas”, como dirá Felwine Sarr (Sarr, 2016), tendo em conta o facto de que o sistema de produção dos países subdesenvolvidos se confronta com retrocessos, entre os quais as novas formas de pobreza e exclusão social, a destruição do meio ambiente e das famílias (flagelo dos tempos modernos), etc. Pode dizer-se, e de acordo com Celso Furtado (1976, p.259), o conceito de subdesenvolvimento, como conceito atual e persistente na identificação dos países pobres, também conhecidos como «atrasados» por influência do evolucionismo que marcou as teorias da modernização, é um processo histórico autónomo e não um estágio pelo qual já passaram «as economias que já alcançaram um grau de desenvolvimento». Por sua vez, Frank (1982, p.17) estima que antes de existir desenvolvimento, não existia subdesenvolvimento e destaca o facto de esta relação ser a resultante de um processo histórico comum que existe e continuará a existir ao longo da história. Luzia Neide Coriolano (2012).

Finalmente, para os teóricos da dependência, desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas orientações funcionais dentro do sistema económico mundial, e não estágios ao longo da evolução das nações. E a sua abordagem do tema da dependência internacional é feita a partir da situação de submissão, recriada constantemente por meio dos elementos dependência tecnológica, financeira e cultural.

Na sua obra «O Desenvolvimento como Liberdade» Amartya Sen (2003, p.47) estima que o poder esmagador da cultura e do estilo de vida ocidentais está destruindo modos de

³¹ A Teoria da Dependência, que deve a sua paternidade ao economista argentino Raúl Prebisch, nos anos 50, encontrou representação em autores teóricos ligados à Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) - André Gunter FRANK (1976; 1982), Fernando Enrique Cardoso (1971; 1979), Enzo FALLETO (1979), Theotónio dos Santos, Celso Furtado(1976; 1999), Paulo BARAN (1962). Outros autores ligados à teoria da dependência: Outros autores da teoria da dependência: Samir Amin, Gunder Frank, Osvaldo Sunker.

vida e costumes sociais tradicionais. De acordo com o autor, o desenvolvimento econômico pode ser nocivo a uma localidade, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural, sob o argumento de que “é melhor ser rico e feliz do que pobre e tradicional”. Por esta razão o autor de «O Desenvolvimento como Liberdade» se interroga: “De que adianta um modelo de desenvolvimento baseado na riqueza econômica se isto não se reflete na melhoria da vida das pessoas?» Segundo o autor (id., p.29), a natureza do desenvolvimento “diz respeito à relação entre recursos e realizações, entre bens e potencialidades, entre a nossa riqueza econômica e a nossa capacidade para viver como gostaríamos”. Isto é, o autor (id.) estima que “o crescimento econômico não pode ser um fim em si mesmo”, tem de estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades”. Ou antes, a eficácia do desenvolvimento passa pelas atuações livres, promoção das potencialidades das individualidades apostadas na promoção da mudança social.

Nesta linha de raciocínio, o autor concebe a liberdade como o fim básico e como o meio mais eficaz para a sustentabilidade da vida econômica e para combate à pobreza e à insegurança. Sendo assim, a nível dos países subdesenvolvidos, o autor sustenta a necessidade de investimento individual fomentado pela intervenção estatal no sentido de garantir mais e melhores oportunidades às pessoas, aumentando a sua capacidade de escolha para o sucesso individual e conseqüentemente do país.

De acordo com Acemoglu (2009), BARRO e SALA-i-MARTIN (2004) e KUZNETS (1966), o crescimento econômico é comprovado quando há mudanças positivas no Produto Interno Bruto (PIB) suportado por um aumento do PIB per capita ou por trabalhador na maioria dos casos acompanhado por um aumento da população e/ou, por mudanças estruturais. Por isso, acredita-se no crescimento econômico por etapas, tendo em conta o facto de que o crescimento é de natureza quantitativa e unidimensional, integrando meios materiais capazes de produzirem bem-estar nos indivíduos. Como medida estatística do produto total de uma economia e, por conseguinte, do rendimento por ela gerado, o Produto Interno Bruto (PIB) «constitui» - segundo Maria Ortelinda Barros Gonçalves (op. cit., p.51) - «o indicador para medir o crescimento econômico». Porém, “para os críticos, ao relacionar os resultados do PIB com o índice de desenvolvimento humano, verifica-se que o crescimento não se desdobra em bem-estar social e, assim, não é indicador seguro de desenvolvimento” (Coriolano e al, op. cit, p.54).

Por esta razão e em virtude da dura racionalidade do crescimento econômico, Amartya Sen (2003) estima que “crescimento per capita e PIB são indicadores limitados para o bem viver e o bem-estar das pessoas e do Estado”. Em virtude disto, a medida do desenvolvimento deve ser calculada em termos quantitativos ao mesmo tempo que qualitativos; pois que entram na imagem elementos tais como quantidade de habitantes de um espaço, a qualidade de vida dessas pessoas, o modo em que o ser humano se integra ao meio ambiente e se posiciona perante «o sistema de valores e de normas» (Amartya Sen, (id., p.269).

Os indicadores qualitativos se impõem como exigência para auferir a qualidade de vida das pessoas, estabelecer padrões de qualidade de vida para o país ou a comunidade, criando assim «um quadrante entre necessidades humanas essenciais – necessidade de ser, ter, fazer e estar – e as necessidades axiológicas de subsistência e proteção, acrescenta,

posteriormente, a necessidade da transcendência» (Coriolano e al, op. cit., p.64). Como bem o afirmou CORIOLANO (id., p.65), “a felicidade humana precisa estar presente ao desenvolvimento”.

No tocante à qualidade da vida, com ligação inicial ao consumo de bens materiais, Gonçalves (2009, p.52) estima que esta “evolui paralelamente ao conceito de desenvolvimento, integrando, actualmente a cultura, a saúde, a segurança, a liberdade, a participação política e a defesa do meio ambiente e do património”. Por isso, o autor sustenta que, “paralelamente ao conceito de desenvolvimento humano, surge o conceito de desenvolvimento sustentável” (ibidem), definido como “o desenvolvimento que vai ao encontro das atuais necessidades das pessoas sem comprometer as necessidades das futuras gerações” (UNWCED, 1978:8)³².

Definitivamente, à ideia de desenvolvimento fica associada à ideia de mudança, esta entendida como partindo do desejo de transformação da realidade, para um estágio mais favorável e que garante melhores condições de vida. Enquanto estágio final das mudanças preconizadas, temos: mudança social, mudança económica, mudança das lógicas da ação, etc. Esteva (1992, p.10) fala da maneira que se pretende referir à ideia de mudanças presente na tese: uma palavra que implica uma mudança favorável, um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do mau para o melhor.

De qualquer modo, no seu *modus operandi*, nenhum desenvolvimento podia ser algo espontâneas sob o ponto de vista da prática coletiva; ele “é uma indução, isto é, uma atividade planificada com o objetivo de melhorar a pobreza relativa das populações” – como bem o afirmou Nobert Elias (1970, p.159).

Passemos, pois, a examinar as perspetivas políticas, técnicas e organizacionais de planificação e financiamento que conduzem ao desenvolvimento.

2.2. Política, Plano, Programa e Projeto

O desenvolvimento comporta uma forte carga ideológica e suscita reações de confronto político, já que mesmo na sua expressão economicista se traduz num processo de decisão dos autores políticos; processo esse que visa maximizar o crescimento económico e o nível de vida das populações. Neste processo, a lógica da atuação política no desenvolvimento está mais ou menos expressa nesta afirmação de Denis CLERC (1999, p49-50): “Os políticos não têm de actuar sempre e apenas em função de maximização do bem-estar económico, se esse bem-estar implicar o sacrifício de outros valores considerados mais essenciais”.

Neste contexto, Alain GÉLÉDAN e Janine BRÉMOND (1988, p.291) estimam que “definir uma política obriga a tomar posição relativamente a um grande número de objetivos e escolher os meios para os alcançar, variadas sendo as consequências de cada ação” (id.). Nesta senda, quando o Estado se achar na necessidade de melhorar as condições de vida das populações do país ou região e tomar medidas efectivas, e.g., favorecer a produção de diferentes formas de energia, construir autoestradas, escolas e hospitais, coloca-se face a situações que reclamam escolhas coerentes e interdependentes, definidoras das diferentes políticas.

³² UNWCED – United Nations World Commission on Environment and Development

Por esta razão, os autores (id.) sublinham que “qualquer política está ligada a escolhas e, por isso, a um sistema de valores que oriente as decisões e pode muitas vezes favorecer este ou aquele grupo social”. De acordo com os autores, a política económica “se inscreve na vida concreta e se refere tanto às nações, como às regiões, aos grupos, aos indivíduos, no que diz respeito aos respetivos interesses materiais e culturais” (id, p.294).

Para a satisfação destes interesses, a OCDE (1992, p.29) sublinha que “os países necessitam de políticas bem definidas e programas de investimentos e despesas cuidadosamente avaliados para uma utilização eficaz e coordenada tanto dos seus recursos nacionais como dos recursos externos. Nesta perspetiva, a agenda da OCDE tem estimulado o surgimento de uma vertente mais abrangente sobre as políticas, procurando aperfeiçoar o sistema jurídico dos países como um todo e seus diversos instrumentos. Trata-se de uma ótica constituindo chave para assegurar um crescimento económico sustentável e fornecer uma estrutura transparente para os cidadãos e os agentes do setor privado do pós-Segunda Guerra Mundial.

Neste caso, o poder e a participação na teorização/elaboração de políticas de desenvolvimento são sobretudo do âmbito político, provenientes de organizações internacionais, que tendem a determinar princípios éticos, como a boa governança e os Direitos Humanos; dos Estados/Governos dos diferentes países, e dentro destes, as estruturas direcionadas para a Cooperação internacional. Por esta razão Santos (1997, p. 340-341 (Santos, 1997, p340-341 Apud Gonçalves, 2011) alerta “a ideia de que uma “boa” governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento económico equidade social e também direitos humanos”.

Além disso, a opinião pública nacional e internacional tem uma posição destacada nas dinâmicas políticas e ideológicas que estão associadas à cristalização de ideários vários que justificam as exigências do desenvolvimento, pelo facto de manifestar e afirmar o discurso de todos os intervenientes sociais, singulares e coletivos, que dificilmente serão totalmente ignorados pelos autores políticos.

Neste cenário de reflexão, os ideários vários, a multiplicidade de perspetivas presentes no contexto, submetidos à crítica da experiência política passada, acabam por ser aspirações ou intenções coletivas suscetíveis de constituir objeto de uma vontade política. Aliás, o escopo ou aquilo que faz com que determinadas intervenções sejam concebidas, tem como ponto de partida a indução, feita a partir de determinada conjuntura ou condição material e espiritual, que se apresentam como desejáveis para as organizações. Como bem o afirmou (Coriolano e al, op. ci.t, p.51), “As intenções conduzem políticas, ações e práticas sociais e pontos de vista e assim se elaboram os discursos do desenvolvimento.

Este processo de teorização da política, supõe um plano, isto é, “projeto que serve para organização e orientação de um trabalho ou tarefa, que traça o esquema deste, especificando as suas diferentes partes ou etapas e que visa a consecução de um objetivo” (ACL e FCG, 2001, p.2877). Assim sendo, o desenvolvimento entra de imediato no campo das opções políticas, nas quais política, plano e programa estão estreitamente interligados. Ou melhor, o trio começa com as Políticas de e para o desenvolvimento, que resultam em Planos de e para o desenvolvimento e estes em Programas de Desenvolvimento.

De acordo com Ulrich Fischer et al (2017, p.262) o plano é o “desenho daquilo que alguém (neste caso um projeto) deseja fazer, por meio da combinação de inputs humanos, materiais e financeiros numa moldura temporal de modo a atingir objetivos mesuráveis”. Porém, “sem uma determinação precisa das medidas adoptadas para alcançar o objetivo escolhido, não existe um plano, mas apenas um simples projecto mais ou menos credível”, sublinham Alain Gélédan e Janine Brémont (op. cit. ,283). Ou melhor, o plano dá origem a diversas atividades e ações, que, ao serem estruturadas para realização, darão origem aos projetos. Segundo os autores (id., pp.283-284), o plano apresenta as seguintes características:

- **Um horizonte económico.** Só em função do futuro existe um plano, um plano implica a existência de um horizonte económico (um ano, dois anos, cinco anos...) e uma reflexão sobre a evolução (p.283), quer espontânea quer inflectida pelas próprias decisões do planeamento.
- **Um objetivo realista e coerente.** Um plano pressupõe a escolha de um projecto realista, isto é, compatível com os constrangimentos conhecidos ou previsíveis. Também, deve formar um conjunto coerente.
- **Meios de realização.** Só haverá plano se existir a decisão de aplicar os meios necessários à realização do objectivo fixado. Permite este último ponto distinguir nitidamente um plano de um simples projecto.

Ainda segundo os mesmos autores (id., p.284), “o plano deve ser distinguido da previsão, que utiliza, mas em se confundir com ela. O plano inflete o futuro num sentido desejado pelo planeador, ao passo que a previsão é simplesmente uma investigação sobre a evolução provável”. E o plano representando um grupo de projetos muito relacionados entre si resulta em programa.

Segundo Schiefer (id., p. 263), o programa é “um conjunto integrado de dois ou mais projetos articulados entre si. Deste modo, enquanto o projeto tem objetivos bem definidos, assim como as ações necessárias para que se consiga alcança-los; o programa é agregador de projetos coordenados, que visam objetivos comuns, mas não inclui a descrição das atividades e de outros aspetos operacionais.

Diante desta carga de intenções, o discurso desenvolvimentista clama por uma programação das mudanças a operar, tendo por ponto de partida a lógica da classe dominante, tanto no plano político como económico e cultural – de acordo com a localização dos seus patrocinadores, que são os ditos países desenvolvidos e que funcionam como referência evolutiva. Por esta razão, ESCOBAR (2005, p.87) estima que, para compreender o desenvolvimento como discurso, não devemos olhar para os elementos em si, mas para o sistema de relações estabelecidas entre elas. Nesta senda, Joacine Katar Moreira (2009, p.41) sublinha que “estas relações – estabelecidas entre instituições, processos socioeconómicos, formas de conhecimento, factores tecnológicos, entre outros – definem as condições sobre as quais os objetos, conceitos, teorias e estratégias podem ser incorporados no discurso.

É assim que, no final da II Guerra Mundial – um quadro caracterizado pela devastação do longo conflito e pelos ideários da descolonização – a lógica dos projetos de desenvolvimento é estruturada no sentido da reconstrução essencialmente europeia e de extensão do desenvolvimento aos países desfavorecidos ou pobres. No caso de Portugal, era notório o atraso da economia portuguesa face ao resto da europa; e, enquadrados no

cenário das ideologias da reconstrução europeia e pressionados pela primeira geração de empresários industriais enquanto classe dominante, as autoridades portuguesas acabarão por conceber os planos/programas de desenvolvimento como instrumentos para o fomento das atividades produtivas, mudando assim de paradigma no processo de desenvolvimento da Metrópole e das colónias.

Deste modo, partindo deste espírito de ajuda à reconstrução e reestruturação económica, os Estados Unidos propõem o European Recovery Program, ou Programa de Recuperação Europeia, conhecido por Plano Marshall, para socorrer os países ocidentais confrontados por uma situação económica e sociopolítica à beira do colapso, e em alguns casos à crise das suas instituições. A lógica de intervenção deste espírito de ajuda do pós-Segunda Guerra, fortemente influenciada e estruturada pela obra de W.W. Rostow, na década de 60, terá também por objetivo a reestruturação económica dos países desfavorecidos ou países pobres, que não tinham alcançado o nível de desenvolvimento económico desejável para si e para as suas populações. Muitos destes países, nomeadamente africanos, eram recentemente livres do colonialismo, de entre os quais aqueles que tinham vivido conflitos armados na luta pela independência; outros, eram territórios ainda sob a dominação colonial, tal como as colónias portuguesas, portanto ainda em luta pela independência.

É evidente que, neste contexto de ajuda à reconstrução dos países da Europa e de reconstrução económica dos países pobres, e sob a influência do processo colonial, a cooperação internacional e suas instituições incentivaram os projetos com uma lógica missionária de cumprir os seus pressupostos. Desde então até nossos dias, os projetos têm uma missão quase que civilizadora no panorama mundial; pois que, e como bem o afirmou Joacine Katar Moreira (op. cit., p.46), através do acionamento de projetos de intervenção, as redes desenvolvimentistas têm a missão de induzir a redução, com vista à eliminação total, dos contrastes gritantes no acesso aos recursos e às desigualdades crescentes. Assim, o desenvolvimento introduz e legitima a intenção orgânica e espiritual de difundir o progresso.

De acordo com Eggers (2002, p.498), «uma política séria não vai parar em uma enunciação das intenções, mas indica as medidas a tomar em termos de programas específicos.». Nesta linha de ideias, as mudanças que se pretendem alcançar com os programas políticos vão de encontro com a lógica da classe política dominante e com as linhas gerais defendidas pelas suas políticas. Segundo Joacine Katar Moreira (op. cit., p.59), as políticas de desenvolvimento definem e influenciam os programas, cujos objetivos de desenvolvimento inserem-se numa conjuntura e período temporal específico, e os projetos concebidos nesse sentido enformam-se neste contexto. Deste modo, as razões de ordem ideológica e imperativos de carácter económico convergem no sentido de conferir à tarefa de planeamento como exigência de um processo eficiente de desenvolvimento.

Por planeamento, faz-se o uso da definição de Ulrich Fischer (op. cit., p.261): “Processo de programação de uma intervenção que articula um determinado conjunto de objetivos, resultados desejáveis e actividades tendo em vista a realização de um dado objectivo, de modo a maximizar e racionalizar os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis”. Segundo o autor, o planeamento “materializa-se, por norma, em planos”

(id.), estes considerados como desenhos “daquilo que alguém (neste caso um projecto) deseja fazer, por meio da combinação de inputs humanos, materiais e financeiros numa moldura temporal de modo a atingir objectivos mensuráveis” (id., p. 262).

E, na sua expressão economicista, a planificação se traduz num “processo de decisão que visa maximizar o crescimento económico (expresso numa taxa de crescimento do PNB, por exemplo, o plano reporta-se sempre, directa ou indirectamente, a certo estilo de vida e de relações sociais e veicula deliberadamente uma dada interferência na partilha da riqueza e do rendimento; por este facto, entra de imediato no campo das opções forçosamente políticas”)” (Silva, 1984, p. 15).

Do que precede, ressaí que o planeamento se impõe como um instrumento indispensável de regulação do sistema socioeconómico, capaz de traçar e tornar executáveis objetivos coerentes com um projeto de sociedade em transição para padrões de qualidade de vida melhores e desejáveis, de mobilizar e hierarquizar a utilização dos recursos em ordem à consecução de tais objetivos e, ainda, suscetível de oferecer um quadro de participação democrática nas decisões concernentes à evolução da ciência, economia e indústria modernização, e à orientação destes à satisfação das necessidades e aspirações da comunidade humana nacional.

De acordo com Schiefer (op.cit., p.40), o processo de planeamento «começa³³ quando uma ideia preliminar de projecto aparece como resposta adequada a uma situação e quando existe uma pessoa capaz de promover essa ideia no contexto institucional da situação». Segundo o autor (id.), “o processo de planeamento caminha do diagnóstico de uma situação concreta para a clarificação dos objetivos gerais dum projecto e, por fim, até identificação das atividades concretas que se espera conduzam à concretização desses objetivos”.

Guerra (2000, p.128) 145 divide o Ciclo do Projecto nos seguintes passos: 1) Identificação dos problemas e diagnóstico; 2) Definição dos objetivos; 3) Definição das estratégias; 4) Programação das atividades; 5) Preparação do plano de acompanhamento e de avaliação do trabalho; 6) Publicitação dos resultados e estudo dos elementos para a prossecução do projeto. Deste modo, assim como outros modelos de planificação, o Ciclo do Projeto acaba por incutir uma linearidade nas atuações para a indução de mudanças.

No dizer de João Milando (2014, p.47), os projetos de desenvolvimento são entendidos como empreendimentos direcionados para uma mudança que permita atenuar até à eliminação, as desigualdades e os desequilíbrios de várias ordens, existentes nas sociedades, países e continentes, definidos nos planos e outros instrumentos de programação e gestão económica. Por sua vez, Barbier (1996, p.37) afirma: «se um projecto pode ser descrito como a ideia de uma possível transformação do real, a realização da ação pode ser definida como o processo de transformação do próprio real.». Nesta perspectiva, Eggers (2002, p. 498) estima que um programa é sempre composto por um grupo de projetos e programas, e acaba por ser implementado como sendo uma série de projetos interligados.

³³ Segundo SCHIEFER (2006, p.39), o processo normal do planeamento passa por dois workshops, cujos participantes são mandatados pelas respetivas organizações. Porém, não se pode falar de planeamento sem que se tenha uma ideia preliminar de projeto.

Guerra (2002, p.102) estima que o pressuposto para se atribuir a um projecto o carácter de «desenvolvimento», este deve envolver a participação dos grupos envolventes no processo da intervenção e provocar um envolvimento dos mesmos na identificação dos problemas e das soluções a tomar. Por esta razão, OAKLEY et al (1991, p.3) sublinha que “a participação é vista como o processo através do qual as pessoas excluídas procuram ter alguma influência na escolha dos caminhos para o seu desenvolvimento, bem como o acesso aos recursos que as podem ajudar, no sentido de melhorar e sustentar os seus padrões de vida”. É por este motivo que a participação democrática, com ligação ao processo de planeamento, significa o confronto de perspetivas e envolvimento dos participantes locais e estrangeiros: as visões dos grupos locais, que encontram uma oportunidade para definir as suas prioridades na indução de mudanças; e os pontos de organizações estrangeiras afectadas pelo projeto, com os quais é necessário estabelecer alguma forma de colaboração, de modo a atingir o objetivo geral claramente definido.

Neste contexto, o conceito de participação e da metodologia participativa do projeto nas intervenções é visto como primordial para o cumprimento de um desenvolvimento efetivo, cada vez mais inclusivo e com pendor multiculturalista. Pois viu-se que “os projetos têm maiores probabilidades de serem eficazes quando concebidos e implementados com a utilização de métodos participativos” (Milando, 2014, p.15). A metodologia participativa assume, assim, uma função instrumental, como forma «racional» de operar mudanças económicas e sociais, isto é, “o desencadeamento de um processo de desenvolvimento aut centrado e sustentável, através do qual se possa conseguir, em medida considerável, a «justiça social»” (id., p.18).

Enquanto instrumento de intervenção sobre os territórios e as populações, este género de metodologia valoriza a multiplicidade de perspetivas presentes no contexto de um projeto, através da interação e envolvimento dos participantes. Como bem o afirmou SCHIEFER (2006, p.25), “a integração destas perspetivas permite obter uma visão realista, na medida em que podem ser acomodadas perspectivas diferentes da do projeto desde o seu início”. Além disso, os projetos de desenvolvimento são instrumentos subordinados à ideia consensual de Desenvolvimento que caracteriza certos períodos, tendo em conta o facto de que a evolução conceptual do desenvolvimento tem as suas consequências práticas. Por estas razões, GUERRA (2002, p110) afirma que “o planeamento participativo acaba por ter impactes na gestão de conflitos e tensões, na introdução de novas formas de coerência e na optimização dos recursos disponíveis”.

Por esta razão, em nossos dias, o uso do conceito de participação e da metodologia participativa dos projetos nas intervenções é uma opção primordial para um desenvolvimento efetivo, cada vez mais inclusivo e com propensão multiculturalista. E isto, em virtude da atribuição da falha de muitos projectos de desenvolvimento à não-participação das populações nos desenhos dos projectos (Rahenema, 1992 p.117); intervenção essa visando a promoção do modelo «da base para o topo» (bottom-up) em detrimento da vigente abordagem «do topo para a base» (top-down).

De acordo com SCHIEFER (2006, p.24), é desta forma que se articulam o planeamento estratégico (definição dos eixos estratégicos fundamentais para atuação a médio/longo prazo de uma organização ou território) e o planeamento operacional (estrutura e detalhes

do calendário, das responsabilidades e dos recursos – humanos, materiais e financeiros), o primeiro configurando o enquadramento e as linhas de orientação do segundo.

Importa sublinhar que, na ótica do autor (id., p.26), o projeto está situado dentro de uma organização nacional ou regional e precisa de levar em consideração os interesses dos outros autores ou organizações com quem é necessário estabelecer alguma forma de colaboração, de modo a satisfazer os seus objetivos fundamentais de interesses, incluindo as organizações que fornecem recursos ou serviços contratualizados, grupos sociais que interagem com o grupo-alvo e que são afetados com qualquer mudança no mesmo e organizações e instituições financeiras que atuam no mesmo campo e organizações que atuam no mesmo campo ou que competem com o projeto pelos mesmos recursos, financeiros ou outros.

A nível local ou regional, as comunidades organizam-se em associações e cooperativas, conferindo dinamismo à qualidade de atores locais, dispostos também a cumprir as instruções dos programas e políticas de desenvolvimento. Nesta ordem de ideias, “as relações de parceria são tidas como fundamentais para a captação de recursos para os projectos” (SCHIEFER, 2006, p.10), pois garantem o compromisso de mudança assinado por mais entidades e o acionamento plural de respostas aos problemas encontrados. «A falta de financiamento dita a impraticabilidade de muitos projectos, assim como término de outros», dizia Joacina Katar Moreira (2009, p.61). Deste modo, ao conseguirem recursos para concretizar projetos de desenvolvimento, elas contam com o apoio dos velhos atores de desenvolvimento, com quem criam relações ora de dependência, ora de parceria institucional. A este respeito, GUERRA (2002, p.92) estima que factores como a mundialização das economias veio exigir novas alianças entre as empresas e os estados.

Porém, é importante reconhecer que os problemas institucionais são complexos, tendo em conta os constrangimentos ligados à vontade política e outros fatores socioculturais. Segundo Milando (2014, p.100), «Muitos teóricos passaram a atribuir uma importância capital àquilo a que designavam por “vontade política das elites”, “problemas institucionais”, “factores culturais”, “problemas estruturais” e, mais recentemente, “capital social” do desenvolvimento.». De acordo com o autor, as limitações estão mais ligadas à forma como são pensadas as ações do desenvolvimento do que às condições endógenas das intervenções.

No tocante ao III Plano de Fomento, importa antes de mais nada sublinhar, e conforme acima mencionei, que o contexto em que decorre a sua preparação é de guerra no ultramar português, pode se dizer que se trata de um plano de guerra. E no tocante à participação, o planeamento em Portugal no período que vai até 25 de abril de 1974 não teve funções de concertação social, contrariamente ao que sucedia em outros países, designadamente nórdicos; situação essa que não se entende fora do contexto político da sociedade portuguesa da época marcada pela ditadura salazarista e marceliana.

Na verdade, o planeamento desta época não faz referência explícita à participação; e a sua lógica é não pôr em causa o sistema político. De acordo com Manuela Silva, (op. cit., p.24), “o plano não assume um carácter voluntarista; trata-se antes de procurar identificar as restrições do contexto envolvente, aceitando-as como um dado e procurando a melhor adaptação”. A questão de participação no plano será colocada pela primeira vez no PIF. Segundo Manuela Silva (op. cit., p. 22), «são então constituídos grupos de trabalho

compostos por representantes de serviços e dos organismos corporativos com o mandato de apreciar as propostas do plano. Neste período, e como salientaria mais tarde o diretor-geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho «o planeamento económico-social não tomou em Portugal raízes em princípios teóricos ditados por rígidos ideários. Bem pelo contrário nasceu da atitude pragmática perante o problema de otimização no emprego dos recursos inevitavelmente escassos para a obra sem limites de assegurar mais rápido o progresso de todos os portugueses» (Morgado, 1967, p.3)³⁴.

Todavia, “a elaboração e implementação dos Planos de Fomento possibilitou não só a racionalização dos investimentos públicos, mas igualmente conferiu uma coerência acrescida à intervenção estatal na economia” (Rosas, 1996, p741). Esta racionalização é notória em muitos aspetos do IIIPF. Com efeito, Fernando Rosas (id., p.740) estima que, a nível do IIIPF, “os sectores sociais da economia ganham particular relevo. A estrutura orgânica do planeamento é também significativamente reforçada. Embora mantendo um carater fortemente centralizado foi igualmente criada uma orgânica de planeamento regional”.

Esta situação mostra como a lógica e as diferentes conjunturas (mundiais e locais) vão definindo e modelando as prerrogativas desenvolvimentistas e de que maneira as motivações da ação para o desenvolvimento vão se reciclando face a este processo. Por esta razão, o conhecimento da paisagem organizacional – «o conjunto constituído por todas as instituições e/ou organizações relevantes para o projeto» (Schiefer, 2006, p.260) – constitui um elemento decisivo na racionalização de algumas formas e conteúdos institucionais e organizacionais mais imediatamente relacionados com o «desenvolvimento-resultado» (Milando, p.71).

Daí, a necessidade de se ter em conta a maneira como o projeto, a organização e os grupos alvos são vistos a partir das diferentes perspetivas presentes, os interesses/ou padrões dos autores e organizações, quando se estiver envolvido em processo de planificação.

Este processo comporta uma dimensão regional, cujas potencialidades no processo de desenvolvimento foram também tidas em conta na elaboração dos Planos de Fomento.

2.3. Desenvolvimento Regional – Conceito, Determinantes e Modelos

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento pode ser entendido como um processo endógeno de expansão contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorvência da região, cujo desenrolar é a detenção do excedente económico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Assim sendo, o desenvolvimento regional coloca em análise o conceito do crescimento económico, isto é, de mudanças quantitativas das variáveis de rendimento e produto, já que este gira à volta da organização espacial das atividades económicas.

De acordo com Aydalot (1985), o desenvolvimento regional é a integração da variável espaço no desenvolvimento económico e social (claramente funcionalista e desterritorializado ou a-espacial) ligando-o a uma referência espacial concreta: a região.

³⁴ Importa sublinhar, em particular, a atenção dada na recusa de qualquer identificação ideológica dos Planos de Fomento com o planeamento socialista da economia.

Nesta senda, Dinis e Gerry (2005), consideram que o desenvolvimento regional se enquadra em dois paradigmas, o endógeno, baseado nos recursos específicos ou internos da região que valoriza a obtenção de competências dos recursos humanos e o exógeno apoiado nos recursos externos à região, que evidencia o livre funcionamento dos mercados e a participação das empresas regionais nos fluxos comerciais.

Neste contexto, a região surge como sendo a base física das atividades económicas e, por conseguinte, da satisfação das necessidades humanas. Por esta razão, Andras Biro (1981, p.104), argumenta que é ao nível local que o desenvolvimento se torna real; e Tomas Vallasante (1984, p.12) admite que só os fenómenos que se prendem com a vida quotidiana têm capacidade transformadora da realidade social. Neste caso, e como bem o afirmou Celso Furtado (1979, p.142) o desenvolvimento é entendido como «evolução de um sistema produtivo que se torna mais eficiente através da acumulação de capital e do progresso tecnológico, que permite, deste modo, uma maior satisfação de necessidades humanas materiais». Nesta perspetiva, «objetivos e processos são vistos em termos estritamente económicos, e os raciocínios assentam, essencialmente, em factores económicos» (Henriques, 1990, p. 39).

Dos determinantes do desenvolvimento regional, tem sido comum sublinhar entre outros, a inovação, competitividade, tecnologia, capital humano, turismo, e infraestrutura e equipamentos, como foi documentado por Bronzini e Piselli (2009), Shapiro (2006), Rutten e Boekema (2007), Jakson e Murphy (2006) e Henriques (1990)

Rutten e Boekema (2007), no seu estudo sobre o Capital regional, consideram que a tecnologia é uma condição fundamental, mas não suficiente para o desenvolvimento económico regional. Porém, Cook (2002) e Teece (2000) argumentam que o desenvolvimento económico regional resulta da interação entre a inovação, as redes sociais e os ativos tangíveis e intangíveis da região tais como o conhecimento e a tecnologia. E Henriques (1990, p. 54) realça o valor do capital humano, quando afirma: “o desenvolvimento deverá ser determinado pela população enraizada em determinado território com base na mobilização integral de todos os seus recursos naturais, humanos e institucionais para a satisfação prioritária das suas necessidades básicas”.

Assim sendo, o desenvolvimento regional resulta não de um único fator, condição ou agente, mas sim de todos em conjunto, embora de forma diferente. Mas, como entender as manifestações específicas do crescimento desequilibrado em todas as regiões?

Em termos históricos, deve-se predominantemente, na europa, a François Perroux (1967), a análise inicial do desenvolvimento desequilibrado. Com efeito, observando a natureza desigual do desenvolvimento francês e influenciado pela teoria Schumpeteriana do progresso técnico, o autor desenvolveu a noção de polo de desenvolvimento. Para o autor, “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (Perroux, 1967, p. 164). Nesta linha de ideias, o autor sustenta que o dinamismo de um polo era determinado pela existência de uma ou mais indústrias motrizes que exerce o papel dominante e gera efeitos multiplicadores sobre outras atividades. Isto é, a produção do pólo é tecnicamente necessária ao desenvolvimento nacional; do seu desempenho depende a vida da região, pois através dos seus efeitos de complementaridade e concentração são estimuladas zonas

de desenvolvimento. Por esta razão, o mesmo autor sublinha que “a nação do século XX encontra nos pólos de desenvolvimento a sua força e o seu meio vital” (Perroux, 1967, p.204).

De modo quase paralelo Myrdal (1960) mostrou que o desenvolvimento econômico desenvolve um processo de causação circular cumulativa, através do qual as regiões ricas tendem a se tornar mais ricas e as regiões pobres mais pobres, embora reconhecesse a existência de efeitos de espraiamento do desenvolvimento econômico.

De forma semelhante, Hirschman (1963) desenvolveu a análise do processo de polarização, através do qual as regiões mais desenvolvidas atraem capital e trabalho qualificado das regiões atrasadas, realimentando a desigualdade, embora reconhecesse também a existência de efeitos de “gotejamento” das regiões desenvolvidas sobre as regiões atrasadas. Demonstrava a importância do investimento em capital social básico para a promoção do desenvolvimento regional.

No entanto, se o crescimento econômico não é suficientemente rápido ou, pelo menos, denota ineficiência do sistema produtivo, esse fato é atribuído à existência de obstáculos ao desenvolvimento. Na bordagem destes obstáculos, François Perroux (1977) constata que a disparidade regional entendida pela deterioração do nível de vida resulta da maior concentração industrial em algumas regiões, em detrimento a outras sem tais condições. E a situação é de tal modo que o autor acabará por relacionar as questões da desigualdade procedentes da inovação intensificada pela vontade de acumulação do capital, conquista do poder e de desestimular o subdesenvolvimento.

Por esta razão, ao abordar a causa e a razão da «crise», que é mundial, François Perroux (1981, p.20-21) refere ao «subdesenvolvimento de uns e o desenvolvimento dos outros» como sendo «vertentes complementares» do «mau-desenvolvimento». Na verdade, e como já foi dito, a relação de dependência, de força e de poder no capitalismo fez com que o mundo dito desenvolvido se tivesse desenvolvido à custa do subdesenvolvimento e exploração de recursos dos países subdesenvolvidos, quer pela via da colonização política e econômica, quer por via do imperialismo. Por isso, “aceita-se que a questão do desenvolvimento regional diz essencialmente respeito ao subdesenvolvimento das regiões periféricas; implícita encontramos a dicotomia entre regiões «ricas» e «pobres»; as regiões «pobres» mostram-se carentes de desenvolvimento para a resolução dos problemas das suas populações” (Henriques, 1990, p. 39).

Examinando as condições da economia ocidental depois da Segunda Guerra Mundial, François Perroux (1981, p.83) constata um «vazio teórico, analítico e doutrinal» que se transpõe «das classes sociais num Estado, às nações e quase-nações na economia mundial». De acordo com o autor, “as nações desenvolvidas, dotadas de uma indústria poderosa e ameaçadas de se destruírem em conflitos sociais, mantêm um diálogo de surdos com as jovens nações em vias de se construírem nas suas mutações culturais e na sua posição desigual quanto às técnicas e à economia”. Assim sendo, na visão de PERROUX (ibidem), “os países em desenvolvimento estão nitidamente submetidos a tensões internas excepcionais, agravadas pelo facto de se saberem joguetes numa luta mundial. O modelo «social» do Ocidente não lhes é aplicável porque foi elaborado para um outro estágio de desenvolvimento, e a forma da sociedade que lhe deu origem tem poucas relações com as das sociedades tradicionais que teria a pretensão de melhorar”.

Diante desta situação, o autor (id., p20-21) do «Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento» nos descreve um «mundo dos antagonismos» onde se desenham crises: crise do trabalho, crise urbana, crise do petróleo e fim da abundância. De acordo com o mesmo autor, está-se diante de um processo marcado por «fractura», «cinismo» que ensina «que mesmo a morte é viável». Segundo o autor (id.), «os movimentos contrários» desta crise “são reveladores de uma universalidade potencial; não que tenham por teatro o mesmo mundo ou que o subdesenvolvimento de uns e o desenvolvimento dos outros sejam as vertentes complementares do «mau-desenvolvimento»; mas, ainda e sobretudo, porque a solução exigida deve ser o bom desenvolvimento de todos, ou seja, o projecto político e cultural digno de um mundo onde a humanidade não teria mais que tratar das tarefas que ela pode efectivamente desempenhar, porque correspondem a questões que pode eficazmente formular e resolver”.

Face ao forte crescimento dos países ocidentais no período do II pós-guerra, se colocou o problema da distribuição equitativa da produção a nível espacial (regional) e da racionalização dos recursos disponíveis. Sem dúvida, o aspeto crítico é, aqui, a questão da identificação das necessidades básicas. Pois que, e como bem o afirmou D. SCHWEFEL. (1978, p.160), «em sociedades capitalistas», «a produção não se organiza diretamente em função das necessidades a satisfazer».

De acordo com José Manuel Henriques (1990, p.23), “a procura de bens e serviços em «mercado, e a respetiva intensidade, não poderão ser tomados, conseqüentemente como critérios suficientes para a identificação das necessidades”. Segundo o autor (ibidem, p.24), “na identificação das necessidades básicas trata-se tanto da identificação de prioridades para definição de objetivos para a política de desenvolvimento como da institucionalização dos processos adequados à expressão de necessidades e à tomada de consciência das causas da sua insatisfação”.

Neste contexto, quanto melhor garantida for a sobrevivência material a toda a população, tanto mais a questão remete para a democracia participativa, já que a natureza desses problemas só adquire o seu significado real ao nível da interação sociocomunitária e interpessoal. Nesta linha de ideias, para o autor de «Municípios e Desenvolvimento», a deteção dos problemas fundamentais da comunidade articula-se em torno de dois tipos de análise:

- a) Em primeiro lugar, a escala de estudo orientado na «construção de sistemas indicadores» que, com recurso a «normas», permitam a identificação de sintomas de insatisfação de necessidades «verdadeiras», operacionalizável a diferentes escalas territoriais e com base em informação de natureza estatística;
- b) Em segundo lugar, a escala de abordagem «centrada na comunidade», para determinar as necessidades «instrumentais» (profissionais de saúde e de educação, equipamentos, tipos de produtos alimentares, etc.) face à natureza particular das necessidades «reais» (mortalidade materna e infantil, insucesso escolar, analfabetismo, etc.) assim como para a determinação das «necessidades verdadeiras».

Segundo o mesmo autor, a abordagem centrada na comunidade pressupõe, não só o conhecimento objetivo sobre as condições materiais em que se desenrola o espaço-tempo

da organização quotidiana da vida de uma comunidade, como o conhecimento dos aspetos subjetivos relativos às representações que, no quadro da respetiva cultura, essa comunidade constrói sobre si própria, e que requerem uma escala de análise em que seja apreensível a interdependência entre as dimensões psicológica, antropológica, económica e sociológica da realidade social ao nível das instituições, das organizações, dos pequenos grupos e dos indivíduos.

Desde logo, aqui, a abordagem «centrada na comunidade» aparece, pois, no extremo de uma tensão criadora de saber e de valor, resultantes da «participação», esta “entendida como organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objetivos comuns” (Henriques, 1990, p.27). Observe-se, a participação está sempre associada ao conceito de «comunidade local», que, segundo G. SUTTLES (1972, p.3) é concebida “como estrutura parcial da sociedade mais global, caracterizada por aglutinar grupos de pessoas que partilham o território no qual se desenrola o seu quotidiano e partilham igualmente representações coletivas sobre esse território que, assim, adquirem valor comunicativo”.

No entanto, José Manuel Henriques (1990, p.28) estima que “a «participação» pode não constituir garantia suficiente para a legitimação de necessidades «verdadeiras»; os mecanismos socioinstitucionais conducentes à reprodução da ordem social podem dificultar a consciência individual de necessidades insatisfeitas”. A este respeito, o autor refere à sociedade repressiva, cujo grau de regressividade é dado pela natureza da «interiorização» (ela própria consequência inevitável «do processo de civilização») e constitui obstáculo «à tomada de consciência de necessidades e da natureza da sua insatisfação (deslocamento para o consumo, alienação sociopolítica, etc.).

A nível rural ou urbano, fala-se de diagnóstico rural participativo. Desenvolvido entre finais dos anos 70 e princípios dos anos 80, o diagnóstico rural participativo é uma técnica específica do diagnóstico rural rápido, concebida como alternativa e complemento aos inquéritos convencionais (Theis e Grady, 1991, p.22), e comporta numerosas aplicações. De acordo com (Theis e Grady (1991, p.22), este diagnóstico “pode ser para avaliação ou levantamento de necessidades, para realização de estudos de viabilidade, para identificação de prioridades, para a implementação de projetos, em contextos que requeiram a recolha de nova informação e para a avaliação ex-ante e ex-post de projetos (Theis e Grady, 1991, p.22).

Porém, examinando a problemática do desenvolvimento rural na sua relação com o desenvolvimento urbano, António Simões Lopes (2005, p.33-34) sublinha que «as relações “cidade-área de influência” vão evoluindo ao sabor das circunstâncias, em moldes que muitos dizem da marginalização a que são votados os espaços rurais». De acordo com o autor (id., p.34), aqui surgem “cada vez mais negligenciadas as potencialidades complementares entre o urbano e o rural”, Face a esta situação, o mesmo autor (id.) defende “o Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Rural, tanto quanto possível em atitude de complementaridade”.

Finalmente, na teoria, uma participação eficaz implica o envolvimento das associações e cooperativas comunitárias em todas as fases do ciclo dos projetos, com a autonomia para decidirem sobre os problemas que as afetam, sem quais queres constrangimentos das autoridades governamentais centrais. Porém, as práticas em diversos países, têm

demonstrado que os governos não aceitam tão facilmente tais concessões, havendo poucos exemplos de grupos comunitários envolvidos, efetivamente na planificação de projetos de desenvolvimento (Hall e James, 1988, pp.94-95).

Em países marcados por ideologias que não encorajam aberturas ou a liberdade de expressão dos cidadãos, e onde os sistemas políticos são centralizados ou autoritários, atribuindo pouco valor aos mecanismos locais de administração e de tomada de decisões, o potencial para uma “autêntica” participação no processo de desenvolvimento é muito diminuto (OAKLEY et al., 1991, p.12).

No caso dos períodos anteriores às independências dos territórios ultramarinos, o Estado colonial foi usado pelas autoridades de então apenas como instrumento para a sua missão civilizadora. Na época, o interesse dos governantes não era a “boa governação”, mas sim, a utilização do Estado para concretizarem os seus objetivos de dominação” (Aké, 1955, p.73). (ver planos de Fomento, p740). Nestas circunstâncias, não existindo o diagnóstico rural/urbano participativo, os planos de fomento foram elaborados do ponto de vista da arte suprema do salazarismo: “organizar e reorganizar os equilíbrios viabilizadores do regime e, dessa forma, a de «saber durar». (Rosas e Brito, 1996, p.865). Deste modo, a planificação das intervenções regionais deveria basear-se em um certo número de crenças e mitos desenvolvidos na ideologia salazarista, ainda que fossem erróneos e ingénuos. Porém, importa sublinhar que, segundo Fernando Rosas (1996, p. 740), embora mantendo um carácter centralizado, uma estrutura orgânica de planeamento regional foi criada, para além da estrutura orgânica do planeamento nacional. No caso de Angola, esta estrutura estava ligada aos Serviços de Planeamento e Integração Económica da Província (SPIEP), cuja tarefa é preparar o plano de fomento da província e acompanhar a sua realização, conforme atrás referi.

De acordo com José Manuel Henriques (1990, p.44), “os técnicos do planeamento regional e urbano desempenham um papel decisivo na identificação de prioridades de análise e intervenção e a sua formação baseia-se no desenvolvimento de quadros teórico-conceptuais e metodologias tendentes à aplicação de técnicas de planeamento orientadas no essencial para a «afetação ótima de recursos escassos»”. Nos seus estudos, a região pode ser caracterizada como um sistema aberto nas diversas inter-relações que a região conserva com os espaços vizinhos ou próximos.

Nesta perspetiva, na década de 70, em que surgem as novas teorias do desenvolvimento centradas na articulação entre o económico e o social, o desenvolvimento em termos de território, que visa a satisfação das necessidades básicas da população – o desenvolvimento rural, o combate à pobreza, a criação do emprego -, a planificação vai se centrar em abordagens baseadas na implementação de pequenas e médias empresas, políticas de redistribuição de rendimentos e princípios de equidade social.

Conclusão

Ao longo deste capítulo, foi-nos dado ver que a formulação e conteúdo do conceito de desenvolvimento no pós – Segunda Guerra Mundial surge em contexto de decadência dos países colonizadores assolados pelo longo conflito, e em pleno período de emancipação das colónias e na sequência do discurso de Truman e da obra de obra de W.W. Rostow. Assim, construído nos paradigmas das práticas das sociedades industriais europeias, o seu

conteúdo acabará por ser eurocentrado, ignorando as preciosas contribuições culturais e a diversidade que caracteriza os países pobres. Ou antes, as ações são levadas a cabo em função de valores predominantemente ocidentais, e em benefício da MetrÓpole.

Deste modo, face à necessidade de alcançar os objetivos do desenvolvimento, política, plano e programa ficaram estreitamente interligados, como remessas/instrumentos para racionalizar as ações de desenvolvimento. Nesta senda, podemos descobrir que o plano é uma apresentação sistemática e justificada das decisões tomadas, na sequência na teorização/elaboração de políticas de desenvolvimento.

Quanto ao conceito de desenvolvimento regional, este foi entendido como processo endÓgeno de expansão contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorvência da região, cujo desenrolar é a detenção do excedente econÓmico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Nesta senda, cabe ao Estado assumir a função de grande propulsor do crescimento econÓmico pela industrialização, ao mesmo tempo que procura melhorar a distribuição da renda e aumentar o nível de vida da população.

Sendo assim, podemos afirmar, sem medo de errar que o processo de desenvolvimento das colÓnias foi uma atividade planificada, em vista a atingir os objetivos traçados - trazer a estabilidade e o desenvolvimento a continentes, cujas populações eram incapazes de dominar o ambiente em que viviam.

CAPÍTULO III: ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE CABINDA.

O plano de desenvolvimento Calabube é um projeto que, sob as suas diferentes formas, foi concebido para o desenvolvimento de Cabinda em circunstâncias bem determinadas. A análise deste projeto implica obviamente situar Cabinda no contexto angolano.

Assim, neste capítulo, começamos por evocar o contexto de projeto. Em seguida, refletiremos sobre o espaço geográfico, a população e a paisagem organizacional de Cabinda. E, no último ponto, a nossa discussão vai centrar-se em torno da Situação Social, Económica e Cultural de Cabinda antes do Plano Calabube.

3.1. Contexto: Angola – Dinâmicas Sociais, A Realidade Compósita Angolana e a Questão de Cabinda.

3.1.1. O Desenvolvimento do Império Colonial e a Dinâmica Participativa

Assim como em todas as colónias portuguesas, a Província de Angola até 1962 ficou marcada por uma situação política, jurídica, socioeconómica, e socioprofissional difícil. De acordo com José Pedro Monteiro (op. cit., p.13), os habitantes autóctones das colónias portuguesas “se encontravam numa situação jurídica (e política e social) diminuída face à dos cidadãos de pleno direito”. Sobre o Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas, podemos verificar no decreto nº 951 de maio de 1911, que os indígenas estavam sujeitos ao trabalho forçado em proveito do Estado ou patrões privados.

Na verdade, apesar da crescente pressão internacional (em especial da ONU e da OIT) dos primórdios dos anos 60 e das reformas de Adriano Moreira, «a solução colonial persistia como modalidade de governo aceitável» (id., p.278). Em outros termos, a «estrutura jurídico-política do império permanecia inalterada, o mesmo sucedendo com a legislação que regulava a política social e laboral» (ibidem, p.285), a esta situação não podia fazer com que, até 1962, a situação do trabalho forçado fosse banido.

Além disso, os problemas e perspetivas do desenvolvimento do império colonial português, desde finais da II Guerra Mundial até seu ocaso, se colocam em termos de assentar a dominação da metrópole para garantir crescimento económico e da manutenção das colónias. Nos seus terríveis desígnios de afirmar a superioridade da sua visão da sociedade, todas as tentativas de rompimento do nevoeiro envolvente foram esmagadas brutalmente pela PIDE/DGS.

Como se pode compreender, uma tal época marcada pela ditadura Salazarista e Marceliana não podia fazer referência à metodologia participativa. Era óbvio, era impensável um diagnóstico rural/urbano participativo, existiam apenas “a estrutura ad hoc dos grupos de trabalho” e a “estrutura orgânica de planeamento regional”.

Assim, o conhecimento da realidade das colónias foi sobretudo facilitado pelos estudos levados a cabo pelo CEPS da JIU. Dirigido por Adriano Moreira (então Professor universitário e líder representante da corrente reformista da situação colonial), esta instituição, sublinha Rui M. Pereira (2006, p.1), congregou no seu seio, por toda a década de 50, um grupo de investigadores “altamente qualificados nas áreas do Direito, Economia, Sociologia e Antropologia”. Segundo o autor (id.), o CEPES tinha três missões: “a Missão de Estudos dos Movimentos Associativos em África; a Missão para

o Estudo da Atração das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural no Ultramar Português a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português.

A este respeito, o mesmo autor sublinha que atribuições do CEPES:

“demonstram cabalmente quanto a situação política nas colónias preocupava o regime e de que meios científicos deitavam mão para procurar controlar a situação: «estudo das doutrinas e orientações estrangeiras ou internacionais que visem territórios ultramarinos ou neles possam ter projecção»; mas também estudos de demografia e estudos de antropologia cultural”.

De acordo com Miguel Bandeira Jerónimo (op.cit., p.338), o papel dos técnicos neste contexto é reclamar “de forma perfeitamente simétrica a renovação dos saberes coloniais e dos métodos de governo a eles associados, face à falência do paradigma vigente, de natureza essencialmente jurídica e acessoriamente científico-natural, e à aparente necessidade de garantir e reforçar a autoridade do Estado no terreno”. É assim que nas décadas de 60 e 70, as províncias ultramarinas serão objeto de vários estudos científicos, entre os quais a obra de António Jorge Dias sobre «Os Maconde de Moçambique»³⁵ e os estudos etnológicos do Padre Joaquim Martins Vaz sobre a história, crenças, usos e costumes dos cabindas.

Atende-se, ainda que, nas décadas de 1960 e 1970, era notório, o bloqueio sistémico da política colonial, tanto em termos de criação de posições de maior responsabilidade para as elites autóctones quanto a nível da democratização do império. Segundo Alexander Keese (2013, p.223), “ao contrário da política reformista dos franceses, que tinham criado posições para os membros da elite africana e tinham, desta maneira, tentado encontrar uma solução viável para a manutenção dos seus territórios africanos dentro duma Union Française, os portugueses não tinham feito nada”.

O agravante ainda está no facto de a autoridade colonial portuguesa não ter uma educação política, destinada a preparar as elites para as tarefas de «self-governança» e para a gestão da coisa pública, res publica. De acordo com Alexander KEESE (id., 228), o discurso assimilacionista, sustentado pela ideologia da generosidade imperial e missão civilizadora, não passava de uma retórica que criava, na imaginação das pessoas, uma rede de obrigações e se tornava o ponto de referência primordial de qualquer membro da elite africana que pedisse um tratamento melhor.

Porém, houve um grupo limitado de funcionários «nativos» nas ilhas de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, que chegou a ter um papel de destaque na administração territorial local, como foi o caso do administrador cabo-verdiano «preto», Júlio Monteiro Júnior. Este chegou inclusive ao nível de governador de distrito e, no início do ano de 1961, esteve colocado no Distrito de Malange em Angola. Entre 1945 e 1960, o número limitado de elites locais colocadas na administração “foi forçado não só a observar, mas também a implementar diretamente as rotinas através das quais o governo colonial português organizava as práticas, frequentemente brutais, do trabalho forçado” (id., p.226). A este respeito, Alexander Keese (id.) sublinha tratar-se de “rotinas, às quais ficavam submetidas as populações locais (as rotinas combinavam-se com fenómeno igualmente

³⁵ A obra de António Jorge Dias é uma extensa e exaustiva monografia sobre a população maconde de Moçambique em três volumes: Vol I, sobre os aspetos históricos e económicos; Vol II, sobre a vida social e ritual; e Vol III, sobre a sabedoria, língua, literatura e jogos.

importante dos castigos corporais, e com experiências de forte arbitrariedade nos processos de policiamento a nível local)”.

Com a nomeação de Adriano Moreira como Ministro do Ultramar, em 1961, as décadas de 60 e 70 assistiram a uma política reformista, que teve como principal marca a abolição do Estatuto do Indigenato (que impedia a quase totalidade dos habitantes das colónias de adquirir a nacionalidade portuguesa) permitindo a esses *indígenas* aceder à cidadania portuguesa, usufruindo do direito a fixarem-se e circularem em todas as parcelas do território nacional e também do acesso à educação. Além disso, a breve presença de Adriano Moreira como Ministro do Ultramar, em 1961/62, ficará marcada por outras reformas: adoção do Código de Trabalho Rural; criação de escolas do Magistério Primário; fundação do ensino superior nas colónias, ao fazer arrancar os Estudos gerais Universitários, em Angola e Moçambique. Estas reformas se fundamentam na defesa dos preceitos «lusotropicalistas».

Porém, essa política não criou oportunidades para o autóctone africano se tornar membro responsável da administração colonial nem tão pouco permitiu associar as elites africanas na elaboração e na gestão dos projetos de desenvolvimento. Além disso, as realidades e as práticas do império colonial ficaram intocadas: as posturas integralistas e assimilacionistas continuaram a sustentar a ditadura do “Estado Novo”. Em suma, uma boa parte destas reformas foi apenas retórica, e os cidadãos continuaram aprisionados dentro de um sistema autoritário, inflexível em relação a qualquer integração maior de africanos dentro da administração colonial. Nestas condições, os colonizados nunca se sentiam como “cidadãos”, “*uti cives*”, “*utisocii*”, mas sim como administrados, ou simples sujeitos submetidos às regras ou injunções de uma administração que recebia as ordens da metrópole.

3.1.2. A Realidade Compósita Angolana dos anos 60 e 70 e os Planos de Desenvolvimento Regional.

Apesar de se referir a um espaço territorial e político-constitucionalmente delimitado e reconhecido, na sequência dos acordos de 1884, com a Alemanha, e da convenção de Berlim de 1884/85, a expressão província ultramarina de Angola foi sempre problemática, quando se pretendesse aplicá-la a uma unidade de análise imaginada como sendo um território, onde Portugal exercia desassombadamente a sua esfera de ação colonial.

Assim sendo, podemos designar a Província Ultramarina de Angola como uma multiplicidade de realidades sociais, políticas e culturais de um espaço territorial que, embora sendo unidas em torno da legislação colonial e civilização lusófona e, por vezes amontoadas, diferenciam-se entre si em muitos aspetos, entre os quais linguísticos, etnológicos e induzidos pelas lógicas decorrentes da nova era dos pós II Guerra Mundial. Está-se em face de múltiplas tendências centrífugas, que reproduziam embriões de reinos de origem Bantu precedentes ao colonialismo, todos a medrar à imagem e semelhança de Portugal: Congo (1300 – 1600), em volta do qual havia outros Estados menores, entre os quais Ngoyo, Caongo e Luango; Ndongo, localizado a Sul do Congo; Matamba, Kasanje e Lunda - Cokwe, localizados a Este do Ndongo; Bié, Bailundo, e Ciyaka, localizados no planalto a Este de Benguela; e Kwanhama (também escrito Kwanyama), localizado próximo daquilo que hoje corresponde a fronteira entre Angola e Namíbia.

De acordo com Miguel Maria Nzau Puna (2019, p.15), “a Angola, nessa altura, estava marcada fortemente por uma geografia etnolinguística dominada por três grandes grupos étnicos: os ovimbundos, os mbundus e os bacongos”. Segundo o autor, estes grupos linguísticos representavam então cerca de 70 por cento da população. Trata-se de uma complexidade étnica, sociológica e histórica de Angola que acabará por assumir características próprias nos anos 60 e 70 marcados pela afirmação do nacionalismo anticolonial. Por esta razão, para António de Spínola, Angola, pelas suas características muito específicas, “reunia condições muito privilegiadas e possuía dimensões e recursos naturais para uma solução de índole federativa” (Vicente, op .cit., p.37).

No seu estudo sobre nacionalismo angolano, John Marcum (1969) distingue três correntes: a Luanda-Mbundu, com uma elite predominantemente urbana, representada pelo MPLA; a Bakongo, representada pela UPA/FNLA; e a Ovimbundo mais Quioco, materializada na UNITA. De acordo com Fernando Tavares Pimenta (2013, p. 61), as duas últimas correntes (FNLA e UNITA) “teriam uma orientação rural e camponesa, pelo que estavam mais próximas entre si, o que de certa forma explicaria a profunda oposição ao MPLA”. Como ressaltou nesta grelha altamente etnicizada, para John Marcum, não havia lugar para o nacionalismo dos brancos em Angola.

Porém, Mário de Souza Clington (1975), na sua obra «Angola livre?», para além do MPLA, FNLA e UNITA, equacionou a existência de um «nacionalismo euro-africano», apoiado por alguns sectores da minoria branca, mas incapaz de se impor no quadro político da luta nacionalista. Por sua vez, Patrick Chabal (2002), sublinhou três tipos diferentes de nacionalismo: o moderno (MPLA), o tradicional (UPA/FNLA e UNITA) e étnico ou etnonacionalista (FLEC).

Em todo o caso, porém, não podemos levemente identificar cada um dos movimentos de libertação acima referenciados com determinado grupo étnico, ainda que confirmemos a existência de áreas de influência distintas e até fundamentos sociais diferenciados de movimento para movimento. Pois que, e como bem o afirmou Fernando Tavares Pimenta (2013, p.69), a ideia de etnia “foi um produto da modernidade europeia e esteve associada ao contexto colonial”.

Certo, o autor admite que, em determinadas regiões as populações colonizadas mantiveram entre si laços e afinidades históricas, culturais e linguísticas e que entidades políticas como o «reino do Congo» apresentaram uma notável continuidade histórica entre o período pré-colonial e colonial”. Porém, na ótica do autor, “houve uma operação de imaginação – logo de produção – de etnias pela etnologia colonial, que lhes atribuiu nomes, limites, dimensões, raízes históricas e características culturais comuns, que foram mais ou menos interiorizadas por essas populações colonizadas” (id.). Para ilustrar a sua afirmação, Fernando Tavares Pimenta (id., p.70) refere-se, entre outros, ao caso das populações do Planalto Central que, antes da ocupação colonial, nunca tinham constituído uma entidade histórica, política e cultural homogênea, mas vieram a fazer parte de um mesmo grupo étnico – denominado Ovimbundo – por efeito das classificações etnológicas elaboradas pelos antropólogos e académicos coloniais.

Se é verdade que o nacionalismo angolano reflete algumas formas de subnacionalismos de base regional e racial, não é menos verdade que os principais movimentos nacionalistas tiveram militantes provenientes de «raças» e étnicas distintas. Na verdade, todos os

movimentos tiveram sempre a preocupação de reduzir algumas pretensões hegemónicas e de supremacia de um determinado grupo étnico em relação às restantes populações angolanas. A título de exemplo, temos o esforço de transição da UPNA³⁶ até à FNLA, que tentou alargar a base social do movimento às populações do Centro-Sul de Angola, através de cooptação de novos quadros e dirigentes provenientes do Planalto Central, entre os quais Jonas Savimbi que participou no Governo da República de Angola no Exílio (GRAE)” (Pimenta, op.cit., p.71-72). Tendo em conta a sua especificidade no contexto angolano, o caso de Cabinda vai merecer uma abordagem à parte, num ponto mais adiante.

À luz destas considerações, mesmo se a existência dos três movimentos armados antagónicos em Angola não pode ser explicada mediante ao recurso a argumentos de carácter étnico, temos, no entanto, de aceitar a existência de espaços da predominância dos mesmos. Estes espaços serão caracterizados por dinâmicas próprias, isto é, um “tipo de lógicas e de mecanismos de produção e reprodução social predominantes” (Milando, 2013, p.40). De acordo com João Milando (2013, p.40), os espaços urbanos de Angola correspondem “aos espaços e grupos sociais onde predomina uma paisagem institucional e organizacional tendencialmente de tipo ocidental”, portanto onde prevalecem as práticas das autoridades coloniais.

Segundo o autor, na Angola urbana predominam dinâmicas linhageiras, isto é, instituições “tradicionais” locais cujas formas, conteúdos estruturais, lógicas e ritmos de transformação se mantêm mais ou menos coerentes com os valores “tradicionais”, resistindo, com notável eficácia, às tendências modernizantes que advêm essencialmente da confluência com os meios urbanos e de uma certa massificação do sistema escolar. Porém, o mesmo autor identificou espaços e grupos de transição, que correspondem às periferias dos espaços mais ou menos urbanizados, mas que inclui as próprias cidades, com as suas dinâmicas estruturais.

Neste contexto, a sociedade angolana é referida como sendo etnograficamente colorida, quando se pretende destacar que os movimentos angolanos de libertação sofrem de desgaste interno, tanto quanto se possa diagnosticar ao abordar o problema da relação entre etnicismo e nacionalismo. Por outro lado, e como bem o afirmou Alves da Rocha (2010, p.20), Angola se apresenta como um país “onde as dissemelhanças regionais se confinam às vantagens comparativas de cada província, às diferenças culturais e históricas e aos acidentes geográficos”.

Por outro lado, a eclosão da guerra colonial, em 1961, teve um grande impacto nas mentes, tanto da metrópole como do ultramar português. Na metrópole, «generalizou-se um clima de apreensão e intranquilidade, com reflexos emocionais que tornam a opinião pública altamente receptiva a ideologias negativistas» (De Spínola, 1974, p.24-25); e «a

³⁶ A UPNA – União Nacional dos Povos do Norte de Angola foi fundado em 1954; assumiu em 1958 o nome de UPA – União dos Povos de Angola. Em 1961, a UPA e um outro movimento anticolonial, o Partido Democrático de Angola (PDA), constituíram conjuntamente a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola. A UPNA, pelo menos num primeiro momento, representou um caso de subnacionalismo, na medida em que, na medida em que apenas reivindicou a independência do Norte de Angola, mais precisamente d «Reino do Congo». Neste caso, estamos em face de pretensões hegemónicas e de supremacia étnica no que se refere ao nacionalismo angolano, se tivermos em conta a pretensão de conservar as fronteiras herdadas da colonização.

realidade a enfrentar reveste cada vez maior complexidade e apresenta-se com crescente grau de incerteza. Paradoxalmente, o poder político torna-se cada vez mais fraco e as contradições sociais mais notórias.» (Silva, p.28). Segundo António de Spínola, «este mal-estar estende-se às populações ultramarinas, principalmente às mais evoluídas, que se sentem cada vez mais compelidas - como única via para a realização dos seus ideais de um futuro melhor – a afastar irreversivelmente os seus destinos da Comunidade Lusítada» (id., p.25).

Tendo em conta estes contornos geográfico-políticos, étnicos, sociais e nacionalistas em contexto conturbado de guerra colonial, as ações psicológicas junto das populações foram orientadas, entre outras, no sentido de fomentar atividades económicas e investimentos públicos, indutores de desenvolvimento local, para além das atividades do IIIPF. Assim, foi promulgado aprovado o Decreto – Lei nº 49 353, de 3 de Novembro de 1969, cujo artº 17º, na alínea a, nº 2 diz: “recolher elementos com vista à elaboração, pelos Serviços do Planeamento e Integração Económica de planos de desenvolvimento regional, dando indicação das potencialidades e necessidades regionais, assim como de prioridade a que convenha atender”. Na sequência deste Decreto, foram criadas as Comissões Consultivas Regionais (CCR) em várias regiões de Angola, tendo em conta as características demográficas, socioculturais e históricas. Estas Comissões eram constituídas maioritariamente por representantes dos vários serviços da Administração Pública e organismos corporativos e de coordenação política e económica da região e as autoridades tradicionais.

É assim que, na vigência do IIIPF, Angola vai registar experiências regionais de desenvolvimento. De acordo com Alves da Rocha, o mais famoso foi o Plano de Desenvolvimento do Huambo, uma experiência internacionalmente reconhecida e que envolveu especialistas europeus no desenho do seu mais importante instrumento, a ERA, Missão de Extensão Rural de Angola³⁷.

Segundo o mesmo autor (Da Rocha, 2010, p. 80)., outras experiências ficaram, igualmente, conhecidas: o Plano de Desenvolvimento do Bié, o Plano de Desenvolvimento do Kwando Kubango, o Plano Calabube de Cabinda (que abarcava Cabinda, Lândana, Buco-Zau e Belize, daí a sua designação) e os esquemas de desenvolvimento do Leste de Angola e o Esquema de Desenvolvimento do Cunene

No caso de Cabinda, estas estratégias regionais de desenvolvimento vão ser condicionadas pela questão de Cabinda.

3.1.3. A Questão de Cabinda

A “Questão de Cabinda” foi, durante a eclosão da guerra colonial uma grande polémica no território de Cabinda. Conforme sublinhado no capítulo I, a “Questão de Cabinda” surgiu na sequência do Tratado de Simulambuco, a gestão feita a este tratado pelo Governo Português, depois da Conferência de Berlim.

Com efeito, a 1 de fevereiro de 1885, devido a cobiças e disputas de diversas potências europeias (Portugal, França, Inglaterra, Holanda e Bélgica, entre outras), sobretudo nos

³⁷ O prefaciador deste livro, Eng. Fernando Pacheco, foi um dos participantes do Plano. Eu próprio, nas minhas funções de técnico especialista dos Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola dei o meu contributo.

séculos XVIII e XIX, os Príncipes, Governadores e Notáveis de Cabinda assinaram com Portugal o conhecido Tratado de Simulambuco, que colocava o território de Cabinda sob a proteção e soberania portuguesa. Segundo Francisco Luemba (op. cit., p.12), a escolha do povo de Cabinda para a assinatura de tratados de protetorados, entre os quais o de Simulambuco³⁸, com os portugueses, deveu-se às relações «mais antigas, mais estreitas e mais estáveis» da coroa portuguesa com os três reinos do então território de Cabinda.

Em suma, Portugal foi a primeira potência ocidental a chegar a Cabinda, então constituído por três Reinos – Macongo, Mangoio e Maloango. «Julga-se que as costas de Cabinda foram tocadas por Diogo Cão uma vez que levantou na Ponta do Tubarão o Padrão de S. Jorge (Foz do Zaire).», dizia M. Fidalgo (Fidalgo, 1967, p.35). Porém, há “a tradição muito seguida de que teria sido antes Rui de Sousa, na sua viagem de 1491 com a caravela «Nossa Senhora da Atalaia», o primeiro navegador português a fundear no Golfo das Almadias, na baía de Cabinda. Por essa razão, Cabinda deu há muito o nome de Rui de Sousa a uma de suas ruas, e uma chegou a ter o nome de «Nossa Senhora da Atalaia» (Vaz, J.M., 1972).

Em 1600, começam a aparecer os primeiros navios holandeses, que disputam o comércio com os portugueses; e, por volta de 1680, a região será demandada por navios ingleses e franceses.

Na sequência da chegada dos portugueses, os três Reinos se abrem a influência da cultura ocidental e do cristianismo. Desde aí até 1885, o território de Cabinda não ficou sob a administração portuguesa, continuou a manter o seu estatuto de «território soberano» (Milando, 2013a, p.38); os portugueses apenas fundaram feitorias, estabeleceram contactos comerciais, e tornaram-se por muito tempo os únicos europeus relacionados com as gentes da região. Segundo Francisco Luemba (op. cit., p.89), “a região tornou-se apenas no traço de união entre o litoral e o interior, ao assegurar a intermediação do comércio euro-africano de escravos. Havia também o comércio da borracha, do marfim, da madeira, do óleo de palma e de peles. Mas este foi suplantado, e de certo modo substituído, por aquele”.

Com a assinatura do Tratado de Simulambuco, Portugal (Estado Protetor) se obrigava a proteger o Povo de Cabinda, o Estado Protegido, contra eventuais agressões ou outras violações do Direito Internacional, mantendo o Estado protegido a sua soberania interna, mesmo a sua soberania externa. Estava assim reconhecida a Portugal, na Conferência de Berlim, a posse de Cabinda que, com outros terrenos ao sul e leste do Zaire, veio a formar o distrito do Congo.

É sem dúvida por essa razão que a Constituição Portuguesa de 1933, (revista em 1935, 1936, 1937, 1945, 1959 e 1971), no artigo 1º, nº 2, a mesma em vigor aquando da revolução dos cravos (25 de abril de 1974) que derrubou o regime fascista e colonialista português, esta constituição refere a Cabinda como um território distinto de Angola, à

³⁸ O povo de Cabinda assinou com a coroa portuguesa três famosos tratados de protetorado e de amizade que a história atesta: o de Chinfuma, aos 29 de Setembro de 1883; o de Chicamba, aos 26 de Dezembro de 1884; e o de Simulambuco, a 1 de Fevereiro de 1885. Este último é o mais importante.

semelhança de outras províncias ultramarinas (Cabo-Verde, Guiné – Bissau, São Tomé e Príncipe) que eram também distintas de Angola e de Cabinda.

Porém, no processo de ocupação administrativa³⁹, a consumação da proteção acabará por transformar-se em colónia do protetor, homogeneidade internacional do colonialismo obriga. Nesta senda, ao reduzir Cabinda à condição de colónia, o Governo português apostou na «missão civilizadora» sob «pretensão de universalidade», cujos contornos revelaram obstáculos políticos e culturais que impediam a concretização do Tratado de Simulambuco. Portugal celebrou o Tratado de Simulambuco, sem se perturbar com as exigências jurídicas decorrentes do mesmo. E acomodou-se à lógica colonialista e a conviver com as populações de Cabinda em ambiente dita de «autêntica miscegenação, racial», que Gilberto Feire enalteceu.

Esta situação não foi do agrado dos descendentes dos príncipes e herdeiros dos signatários deste tratado. Por esta razão, desde 1917, os Cabindas vinham fazendo ouvir a sua voz por meio de memoranda e de petições, manifestando a sua contrariedade à deriva colonialista. E, com as novas ideologias marcadas pelo processo de descolonização no período do Pós-II Guerra Mundial, as queixas e as reclamações de pendor nacionalista se farão sentir com mais acutilância, a partir de 1948.

Em consonância com o grande movimento de descolonização, para além dos dois memorandos acima referidos, entre 1948 e a década de sessenta, proliferaram em Cabinda associações e movimentos de libertação que assumem abertamente uma perspectiva revolucionária do nacionalismo cabindês – AREC, AOECA, MLEC, CAUNC, ALIAMA, FLEC, JMC, CRC, etc. E, em 1963, será criada a FLEC, da fusão de três movimentos pré-existentes – MLEC, CAUNC e ALIAMA. A FLEC será o movimento de libertação com maior protagonismo e uma base social de apoio popular mais alargada.

Além disso, já no início da década dos anos 60, aos 06 de Outubro de 1960, do alto da tribuna da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Senhor Stéphane Tshitshela, Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores do Congo-Brazzaville, expôs à comunidade internacional representada naquele fórum a petição que os Cabindas tinham tentado entregar ao Secretário Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, aquando da sua passagem por Brazzaville em Janeiro daquele mesmo ano. De acordo com Francisco Luemba (op. cit., p. 120), o resumo feito por Tshitshela “censurava a Portugal a integração administrativa de Cabinda em Angola, contra a letra e o espírito dos tratados.

Face à onda de contestação, a reação das autoridades coloniais portuguesas não se fez esperar. Acerca desta reação, diz-nos Francisco Luemba (id., p.122):

“O terror instala-se em Cabinda e todos os indivíduos suspeitos de manterem alguma relação – ainda que distante e ocasional – com os meios nacionalistas instalados no território vizinho ou

³⁹ Depois da assinatura do Tratado de Simulambuco, a 14 de Julho de 1887, chega e desembarca em Cabinda a expedição ocupante e o primeiro Governador do Congo João de Brissac Neves Ferreira. A intervenção desta expedição repousou sobre um certo número de crenças e mitos que, se bem que fundadas sobre análises ingénuos e erróneas, se desenvolveram em uma verdadeira ideologia: por submeter as experiências e as diversidades locais à norma epistemológica colonial. Deste modo, acabou por pôr termo à soberania dos três reinos – Makongo, Mangoio e Maloango - Cabinda acabou por ser retaliada de acordo com os interesses e benfeitorias das potências europeias, tribos/famílias foram separadas, uns do outro lado da fronteira, outros deste lado.

surpreendidos com alguns produtos de origem congoleza são levados às masmorras da PIDE; e muitos deles não jamais regressarão”.

Segundo os arquivos de Salazar, “no 06 de Abril de 1961, são registadas as primeiras detenções dos indivíduos suspeitos de práticas de atos terroristas ou de simpatizantes dos mesmos⁴⁰”. José Barros Lourenço, mais conhecido por Barão de Puna, e Amândio João Fernandes terão sido provavelmente presos neste mesmo dia e, depois, assassinados no mesmo mês ou em Maio ainda do ano de 1961. O então cônego Manuel Franklin da Costa será retido em Portugal, onde ficará exilado durante 10 anos⁴¹; Outros membros da elite Cabinda, como o Padre José Maria Faustino Builo, o Pastor Mendes Café, o seminarista e Prefeito José Ndele e Miguel Maria Nzau Puna partem para o exílio.

O impacto da eclosão da guerra colonial e a influência direta dos acontecimentos do Congo Belga, hoje República Democrática do Congo, o clima de instabilidade se alastrou à Cabinda, tendo-se registado um movimento de revoltas e diversos ataques contra patrulhas militares em várias áreas, conforme atrás referido. Segundo Francisco Luemba (id., p.121), “um pouco por todo o lado, sobretudo no Sudeste, numerosas aldeias estão em pé de guerra”. Face aos acontecimentos de 1961 em Cabinda e à situação de instabilidade que se lhes seguiu, o Governador Silvino Silvério Marques (1970) refere «à subversão do distrito», à uma Cabinda que «continua ameaçada». Entre 1961 e 1964, ameaçavam Cabinda ações armadas de guerrilheiros da UPA, no então Congo Kinshasa; entre 1964 e 1965, temos as ações armadas dos guerrilheiros de Alexandre Taty⁴²; e, partir de 1968, a guerrilha será conduzida por MPLA, com bases militares em Congo Brazzaville.

Face esta situação, era necessária uma intervenção «enérgica» por parte das autoridades militares e uma «atuação política no âmbito colonial»⁴³. Já em 1961, “havia sido enviado em Cabinda uma unidade para apoio à diminuta guarnição militar” (Quadros, 1972, p.14); e, nos anos seguintes, o reforço do contingente de tropas e a «atuação militarizada» em várias partes do território de Cabinda terá o apoio técnico do «Gabinete da 5ª Secção - Ação Psicológica» do «Comando Sector de Cabinda», uma órgão das Forças Armadas coloniais orientado para o estudo antropológico das culturas locais e das estratégias operacionais e táticas⁴⁴. Na base destes estudos, para além da intervenção da elite militar

⁴⁰ Fonte: Inf. Nº 819/61-GU da PIDE-Arq. Salazar.

⁴¹ Desde 1948, que o Governo Português vinha movendo perseguições contra o clero de Cabinda, na sequência do Memorando que o Cônego Manuel Franklin da Costa entregou ao Salazar. Também, temos o caso do Padre Lourenço Maria Pitra Mambuco, que foi enviado para a Missão do Matembo (Belize, em Cabinda), em 1958. Era acusado de manter contactos com políticos afectos a Kasa-Vubu, Presidente do Congo-Leopoldville, e nacionalistas do MLEC. Para entreter estes contactos, teria efectuado várias visitas clandestinas a Tshela (Congo). Além disso, recusou abandonar as suas ovelhas da Missão de Matembo que os colonialistas queriam fechar. Em 1959, é transferido ao Uíge onde morreu de desastre de carro em Abril de 1960. Segundo Francisco Luemba (2008, p.122), o nosso Padre morreu «naquilo que é considerado um acidente simulado».

⁴² Alexandre Pedro Claver Taty foi Ministro do Armamento segundo Vice-Presidente do chamado Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), presidido por Holden Roberto. Depois de ter abandonado o GRAE, em 1964, Alexandre Taty tentou organizar uma guerrilha Cabinda a partir de Ponta-Negra, com a garantia de uma retaguarda segura no Congo.

⁴³ O Relatório elaborado sobre a eclosão da Guerra colonial por Manuel Alfredo de Morais Martins, Inspetor do Gabinete dos Negócios Estrangeiros do Ministério do Ultramar, e submetido à consideração de Salazar, sugere «todo um programa de atuação política no âmbito colonial».

⁴⁴ Colocado, em 1971, no Comando do Sector de Cabinda, como Chefe da 5.ª Secção – Acção Psicológica, consta que Elías Jesus Quadros (1971 – 1972) elaborou estudos classificados de conhecimento das populações, designadamente “Cabinda, o Meio Humano” e “Cabinda segundo Áreas Psicossociais

contra as ações dos guerrilheiros, o Governo colonial organizará ações psicológicas das tropas portuguesas junto das populações locais e dos Cabindas evoluídos, refugiados ou há muito radicados nos dois Congos.

Estas ações serão facilitadas, entre outras, pelas “rivalidades tradicionais entre angolanos e Cabindas” (Quadros, op. cit., p.15) e pelo carácter pacifista dos então movimentos de libertação de Cabinda⁴⁵. Assim, Alexandre Taty, antigo membro do GRAE, que tinha abandonado a FNLA, em 1964, e organizou as primeiras ações armadas em Cabinda, cederá à proposta portuguesa e a aventura guerrilheira termina em 1965, firmando um acordo de colaboração “no combate ao MPLA, no Maiombe. A troco dessa colaboração, Portugal prometeu satisfazer, a médio prazo, as reivindicações emancipalistas dos Cabindas” (Luemba, op. cit., p.125). Os militares de Alexandre Taty formam então as TE’s que serão utilizados como força especial armada de choque no combate aos guerrilheiros do MPLA, no Maiombe.

Contudo, estes acordos foram apenas retóricos, as suas cláusulas revelaram-se ilusórias para a parte Cabinda, como foi o caso do Tratado de Simulambuco; e os Cabindas continuaram aprisionados dentro do sistema autoritário colonial, inflexível em relação a qualquer projeto e visão de reforma que procurasse reconfigurar as relações sociais em contexto colonial, em especial no tocante às reclamações de pendor nacionalista dos Cabindas. Observe-se, se o acordo se concretizasse, haveria «início do processo da independência de Cabinda num prazo de cinco anos» (id., p.126).

Mas as autoridades portuguesas não estavam interessadas em comprometer as suas lucrativas concessões em Cabinda. É importante frisar que, ainda antes da era do petróleo, Cabinda já era a vaca leiteira, tal como é ainda hoje. Por esta razão, o então Governador Geral de Angola, tenente-coronel Rebocho Vaz (1966-1973) dirá: «Cabinda era a farmácia onde se ia buscar remédio para os problemas económicos de Angola» (id., p.124). E, com a concessão da prospeção petrolífera à multinacional americana Gulf Oil COMPANY de Pittersburgh⁴⁶ a 31 de Julho de 1957, o controlo territorial de Cabinda tornou ainda mais uma empreitada lucrativa. Assim, nada mais restava a Portugal do que recorrer à força e astúcia, para conseguir manter, com a mão de ferro, o território de Cabinda sob seu domínio.

Como era de esperar, entre 1971 e 1972, Cabinda regista uma nova vaga de manifestações e atitudes nacionalistas: inconformado com a situação, a ala progressista das TE’s⁴⁷ exige dos Portugueses o respeito dos acordos; e Nzita Henriques Tiago, então líder do CRC, “pretende proclamar unilateral e imediatamente a independência no Mankhama Nkondo,

Homogéneas”, e diferentes publicações para os militares, como “Cabinda: a Terra e as Gentes”, “Namoro e Casamento entre os Cabindas”, “Elementos da Língua Fiote”...

⁴⁵ É possível, desde os anos 50 até revolução dos cravos (25 de abril de 1974) que derrubou o regime fascista e colonialista português, apontar para o carácter pacifista de todos os movimentos de libertação de Cabinda, em especial a FLEC, cujos líderes (salvo algumas exceções) são partidários da não violência e defensores intransigentes do princípio de que a resolução da questão de Cabinda devia resolver-se pacificamente.

⁴⁶ A concessão da prospeção petrolífera foi feita à Gulf Oil Company pelo então Ministro do Ultramar Português em representação da Província Ultramarina de Angola e em conformidade com o Decreto nº 41 180 do Ministério do Ultramar, de 31/07/1957.

⁴⁷ As TE’s tinham formado duas correntes: uma moderada e conformista, fiel aos Portugueses; a outra progressista ou reformista, apegada ao ideal da independência. Esta ala reclamava o respeito dos acordos pelos quais se determinara um prazo de 5 anos para o início do processo da independência. Porém, Portugal fez ouvidos de mercador. Por esta razão, “centenas de militares armados deambulavam pelas ruas da cidade de Cabinda, em tom de provocação e incitamento à sedição” (Jorge Pinheiro).

na periferia da cidade de Cabinda” (id., p.127). Além disso, “em finais de Maio de 1971, oitenta sobas do distrito tinham entregue aos representantes portugueses um *ultimatum* em que exigiam, no prazo de doze meses, a separação entre Angola e Cabinda., passando esta última a estar sob a tutela directa de Lisboa”⁴⁸. A circunstância nada tinha de surpreendente, já que as reivindicações são as mesmas desde os anos 40: “separar Cabinda de Angola e desencadear o processo para a independência do território” (id., p.126).

Tendo em conta a sua dimensão, o problema chegará à Assembleia Nacional, em Lisboa, que o definirá como «um tumulto pela descolonização», invalidando de forma clara as reivindicações dos manifestantes e as atitudes nacionalistas.

Neste quadro, o governo português retomou os mesmos métodos usados em 1961 para reprimir os motins nos quartéis das TE’s e nos bairros de Cabinda. De acordo com Francisco Luemba (id., p126 -127), a reacção portuguesa diante desta situação é dura e implacável: «o major Rua, oficial do exército português colocado à testa das TE’s, considerado como chefe da ala militar dos conspiradores, desaparece na tormenta, ignorando a sorte que lhe foi reservada»; «Nzita e alguns dos seus corregionários são presos e enviados ao desterro, à Baía dos Tigres »; e « Alexandre Taty é levado a Luanda, num desterro simulado, para evitar uma reacção dos seus militares», dando a entender a estes de que seu chefe deixava Cabinda para preparar-se para as suas novas funções, no âmbito do entendimento havido.

Para retomar o controlo da situação e acalmar os espíritos, foi nomeado Governador do Distrito de Cabinda, o coronel João António Pinheiro⁴⁹, antigo Secretário de Estado do Exército dum dos Governos de Salazar.

Assim como a todos os outros Governadores do Distrito de Cabinda, a este Governador foram dadas «instruções especiais» (Tati, op cit., p.12)⁵⁰, em especial no plano político-administrativo e económico, tendo em conta a situação política de então em Cabinda que, de resto se desenrola num espaço e paisagem organizacional bem determinado.

3.2. Espaço, População e Paisagem Organizacional de Cabinda

3.2.1. Geografia e Recursos Naturais

Localizamos, de início, geograficamente, o Distrito de Cabinda. Seguidamente, procederemos à análise dos recursos naturais do Distrito de Cabinda.

Localização, Relevo, Clima, Vegetação

Antes da chegada de Diogo Cão à foz do rio Congo, em 1482, e mesmo da Conferência

⁴⁸ Informação publicada na net por Jorge Pinheiro, filho do então Governador de Cabinda Brigadeiro João António Pinheiro (1971-1974), ver site: <https://expressodalinha.blogspot.com/2011/02/cabinda-5.html>

⁴⁹ O Coronel João António Pinheiro foi nomeado Governador do Distrito de Cabinda e Comandante do Sector Militar, em Julho de 1971, de acordo com informações divulgadas por Jorge Pinheiro, seu filho. E, segundo Valdemiro de Sousa (1976, p.22), “António Pinheiro deixou Cabinda em Janeiro de 1974”.

⁵⁰ Conforme referiu o Prof. Dr Ribeiro e Castro no Prefácio da obra «Cabinda – Órfão da Descolonização do Ultramar Português» de Raúl Tati.

de Berlim, Cabinda⁵¹” era a região da costa africana limitada pelas fozes dos rios Zaire, ao sul, e Kwilu, ao norte” (Vaz, J.M., 1972, p.70)⁵². Já naquele período remoto, “a região assim delimitada era a fachada marítima dos reinos de Loango, Kakongo e Ngoyo, de que a Cabinda de hoje é herdeira histórica, cultural e espiritual” (Luemba, op. cit., p.499); e os seus habitantes não tinham qualquer informação sobre a superioridade técnica dos Europeus.

Na sequência da renúncia de Portugal, na Conferência de Berlim, o território de Cabinda, também conhecido por Enclave de Cabinda, passou a ocupar uma área de 7.270 Km², estando compreendido entre os paralelos 4° 22’30” e 5° 48’ de latitude Sul e entre os meridianos 12° e 13° 13’ de longitude Este. A Norte e Nordeste confina com a República do Congo (Brazaville), a Leste e Sul com a então República do Congo-Léopoldville (atual República Democrática do Congo) e a Oeste com o Oceano Atlântico.

Administrado por Portugal a partir de 1885⁵³, o território de Cabinda dos anos 60 até à descolonização integra-se num todo que é o Distrito de Cabinda e estava dividido em 2 concelhos (Cabinda e Cacongo) e em 2 circunscrições administrativas (Bucu-Zau e Belize).

- O Concelho de Cabinda engloba, além do posto sede, os postos administrativos de Tando Zinze (Fubo) e Malelmo;
- O Concelho de Cacongo, além do posto sede (então Vila Guilherme Capelo⁵⁴) engloba os de Dingé e Massabi (Chicamba);

⁵¹ Notemos que, segundo o Pe Martins Vaz (Cf. Pe Joaquim Martins Vaz, Cabinda – História, Crenças, Usos e Costumes, 1972, p.38), comumente faz-se derivar o nome Cabinda da aglutinação da última sílaba de MAFUCA com BINDA, nome de um cavalheiro e dignitário do Rei de Ngoyo, que era o intendente geral do comércio que tratava de todas as transacções, de modo muito especial com os europeus. E tanto se falava em Mafuca Binda que acabaram por dar ao porto e terra o nome de Cabinda.

Porém, o historiador Alberto Oliveira Pinto (Cf De Carvalho, 2018, p.26) discorda desta versão. Segundo o autor, a palavra Cabinda provém da palavra bantu Mbinda, sinónimo de sanga, disanga ou zanga, é um substantivo que designa, nas línguas bantu, os recipientes de águas ou as baías. Acrescido do prefixo ka-, aqui na qualidade de pronome possessivo, transformar-se-á em adjetivo, passando a ser kambinda ou ka mbinda, isto é, «relativo à baía» ou «da baía». A palavra Cabinda designava, por isso, toda a baía onde se situava o porto africano de Tchiowa, chamdo Porto Rico pelos Europeus no período do tráfico de escravos para o continente americano. A este nome impõe-se, por antonomásia, Cabinda, quer na terminologia africana quer na terminologia europeia, sendo ouvido e utilizado por Battel em finais do século XVI e início do século XVII. Com o tempo será aplicado não apenas ao porto, mas também aos territórios limítrofes e às populações.

⁵² De acordo com Francisco LUEMBA (op. cit., p.12), “o enclave herdou o seu território dos antigos reinos de Kakongo, Ngoyo e Loango, que se situavam na costa de Cabinda, grosso modo, entre a foz do rio Zaire ou Congo e a região de Sette Cama, foz do rio Kwilu, na actual República do Gabão”.

⁵³ Seria mais exato dizer 1887, pois foi no dia 31 de Maio de 1887, que foi criado o Distrito do Congo, o qual abrangia,além do Enclave, outros territórios situados entre os rios Loge e Zaire, conforme o artigo 2º, do Decreto Orgânico do Distrito do Congo, de 32 de Maio de 1887. E, a 14 de Julho de 1887, chega e desembarca em Cabinda a expedição ocupante e o primeiro Governador do Congo João de Brissac Neves Ferreira. O Distrito do Congo tinha então a sede em Cabinda.

⁵⁴ Durante o tempo colonial, Cabinda deu o nome de Guilherme Capelo à atual vila de Cacongo em memória ao capitão-tenente da armada Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta “Rainha de Portugal”, que firmou o Tratado de Simulambuco com os Príncipes, Governadores e Notáveis de Cabinda.

- A Circunscrição de Buco-Zau (Baixo Maiombe), além do posto sede engloba os de Inhuca e Necuto.
- A Circunscrição de Belize (Alto Maiombe), além do posto sede engloba os de Luali e Miconge.

A situação intertropical e o relevo contribuem para o clima e a vegetação do território. O clima é tropical húmido, com duas estações: uma estação quente, húmida e pluviosa, com a duração de sete a oito meses (de Outubro a Maio, entrecortada, em Janeiro, por um curto período de ausência de chuvas abundantes, a que costuma chamar “Pequeno Cacimbo”); outra seca, fresca e amena, mais curta. Na generalidade, em Cabinda, as temperaturas são geralmente elevadas, mesmo excessivas, registando as temperaturas máximas anuais no início de Março (trinta e dois graus), o que faz da estação chuvosa um período penoso a suportar, “a ponto de os primeiros europeus que estiveram em Cabinda afirmarem ser a região impossível de colonizar por gente branca” (Quadros, op. cit., p. 8). As temperaturas mínimas (pelos quinze) costumam verificar-se por fins de julho. Segundo Francisco Luemba (op.cit., p.43), “a humidade é grande e as precipitações são abundantes e normalmente regulares”.

A) Recursos Naturais

Cabinda é um pequeno território, com enormes recursos naturais, pleno de potencialidades a desenvolver no solo e subsolo. Estes podem ser classificados em três tipos de recursos: recursos florestais e agrícolas, recursos minerais e hídricos, e outros recursos - industriais e comerciais.

Recursos Florestais e Agrícolas

As potencialidades florestais de Cabinda abrangem uma área de aproximadamente 250 mil hectares, das quais 175 mil correspondem à densa floresta do Maiombe (a segunda maior do mundo depois da Amazónia, no Brasil, compreendendo 290 hectares de floresta tropical). A sua densidade média varia entre os 40 e 50 mil metros cúbicos, com uma reserva de, pelo menos, 20 milhões de madeira em pé⁵⁵, dominados por árvores dispersas e de elevada estatura (existem árvores com mais de 50 metros de altura).

As reservas florestais da mata do Maiombe resguardam um espantoso número de espécies de excelentes madeiras, entre as quais se destacam o Numbi, Takula, Banzala, Wamba, Vuku, Limba, Kungulo, Pau-Rosa, Tolas Branca e Chinfuta, Lifuma, Kali, Kâmbala, Ndola, Livuite e Pau-Preto. Como nota António Mendes da Ponta (1973, p.47), o território de Cabinda tem “condições favoráveis para a introdução de espécies florestais exóticas de feição equatorial e de crescimento rápido”.

O valor potencial das espécies vegetais e animais do ecossistema florestal de Cabinda é pouco conhecido, tudo dando a entender que o território guarda ciosamente milhares de espécies de animais e grande variedade de plantas medicinais.

As Gorilas do Maiombe tornaram-se uma referência turística da mata do Maiombe. Referindo-se à esta mata, Andrew Battel diz que os seus bosques estão “pejados de

⁵⁵ Fonte: Jornal de Angola (Alberto Coelho)/12 de Junho de 2005.

babuínos, macacos, monos e papagaios⁵⁶”, sendo estes últimos uma ave bastante cobiçada pela sua característica e beleza.

Observe-se, na floresta de Cabinda, um número elevado de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas podem ser insignificantes sob a ótica urbana, mas podem ter uma importância vital para as comunidades rurais, como plantas para fins alimentares e fins medicinais. De entre as espécies alimentares, António Mendes da Ponta (op. cit, p.5) regista as seguintes: *Cajanus cajan* (“lungunga”), *Dioscorea* sp (“m’bala”), mandioca, (“maiaca”, *Colocasia* sp (“tole” ou “toculu”, batata doce, beldroega – *Portulaca oleracea* (“bemblocute”), bananeira, abacateiro, mangueira, mamoeiro (“lolo”), maracujá (“bulucutu”), ananás, gindungo, cana sacarina (“senga”), tomate, beringela (“mazuculu”), goiabeira, tangerineira, cajeiro, palmeira, dendém, *Terminalia catapa* (“mpinda”), etc. E, como plantas medicinais, o autor anotou: *Cymbopogon citatus* (o chá do Príncipe ou do Gabão) e manjerição (“sussusso”)

No domínio da agricultura, as condições climáticas são favoráveis a prática agrícola de muitas variedades. Deste modo, as vastas florestas ricas, essencialmente, em cacau, café, oleaginosas, complementam a riqueza da província que produz também gramíneas e leguminosas: “mandioca (*Manihot* spp), inhames (*Dioscorea* spp), taro (*Colocasia esculenta*), batata doce (*Ipomoea batatas*), amendoim (*Arachis hypogea*), Vielo ou mahombo (*Voandzeia subterranea*), feijão cutelinho ou “manzala” (*Dolichos lab-lab*), feijão congo, feijão guando, ou “gungo” (*Cajanus cajan*), feijão macunde (*Vigna unguiculata*), gergelim (*Sezomm indicum*), etc., “ (id., p.49).

Segundo António Mendes da Ponte (id, p.47), existem condições edafo-climáticas, para a cultura do cacauzeiro em todas as áreas com o “Índice hídrico de Thornthwite” igual ou superior a zero, claramente acima da cota dos 350m. O autor sublinha que, no resto do território, a possibilidade do cultivo do cacauzeiro existe, desde que se disponha de solos mais ou menos ricos, frescos, fundos e bem drenados, ou se possa proceder à apropriada fertilização e à rega.

Por outro lado, o mesmo autor sublinha que o cafeeiro Robusta encontra condições propícias `sua cultura, nomeadamente acima da cota dos 400 metros; e, no resto do território, essa se situa entre os 200 e os 400 metros de altitude. No entanto, existe a possibilidade de exploração simultânea do cacauzeiro, ou do cafeeiro, com espécies de madeira a auxiliar como sombreadoras e com a seringueira (*Hévea Brasiliensis*).

Recursos Minerais

Cabinda dispõe de notáveis recursos minerais. Na verdade, as pesquisas levadas a cabo até anos 70, dão conta de “notáveis recursos minerais, nomeadamente em petróleo, em fosfatos naturais e segundo se supõe em potássio” (id.).

Nos primórdios dos anos 70, o petróleo já constituía uma valiosíssima e feliz realidade, a sua extração se aproximando dos 10 milhões de toneladas (Fonte: id., p.38). Atualmente, o petróleo confere a Cabinda um fator geoestratégico de primeiríssima importância, cuja produção representa cerca de 60% da produção de Angola⁵⁷.

⁵⁶ Citado por Samuel Purchas, Sobre as Espécies Animais,

⁵⁷ Actualmente o petróleo é a maior riqueza de Cabinda

A mineração de fosfato está registada em Cúcata, Mongo Tando, Chibute, Ueca, Chivovo e Cambota. Segundo o Jornal Economia e Finanças (2019, p.1), o fosfato é estimado numa concessão de 21, 16 Km², com uma existência de 10,2 milhões de toneladas de rocha fosfatada no Cacata. O ouro é localizado em muitas áreas, entre as quais a vasta área da bacia hidrográfica do rio Luali, Cúcata, Belize e Miconge.

De acordo com António Mendes da Ponte (op.cit., p.39), os jazigos de manganês estão localizados no Morro de Mazinga e em Ganda Congo, no Maiombe; asfaltos naturais e rochas asfálticas estão localizados em Buco-Zau, no Necuto e no Mali; e xistos grafitosos podem ser encontrados em Bata Mavanda.

Além disso, existem várias áreas de intervenção no ramo de exploração de inertes, tendo sido inclusive sublinhado a existência de outros recursos minerais ainda mal conhecidos, alguns nem se quer reconhecidos e estimados.

Outros Recursos – industriais, comerciais e turísticas

Para além dos recursos já mencionados, entre os quais o petróleo, a indústria dos derivados de petróleo, as potencialidades florestais e as condições favoráveis para um elevado número de fruteiras tropicais e equatoriais abrem perspectivas de industrialização e de prestação de serviços em Cabinda.

Nesta senda, conforme podemos observar nas páginas precedentes, o território de Cabinda dispõe de potencialidades florestais para a extração de madeira, concentrada no Norte; muitas plantas agroindustriais, para o processamento de alimentos, leite, frutas (mangas, ananás, maracujá, etc.)(após o fomento da respetiva cultura) e de carnes, desde que seja assegurada a assistência veterinária, além da produção de outros derivados; e de unidades fabris de produtos químicos, de plantas agroindustriais, de materiais de apoio à indústria petrolífera e de construção civil.

Importa sublinhar que, no tocante à madeira de Cabinda possui grande potencial de aplicação para a indústria de painéis e lamelados de Madeira. Consta que, durante a colonização portuguesa foram construídas em Cabinda duas fábricas de contraplacadas - JOMAR⁵⁸ e MABEL⁵⁹ -, atualmente paralisadas, mas com capacidade de produção de pelo menos 10.000 metros cúbicos/ano se contar com investimento para sua reabilitação.

Por outro lado, há a possibilidade de aproveitamento do gás natural dos furos de petróleo para a produção de energia elétrica a preço mais acessível.

Além disso, o território de Cabinda é “em grande parte dominado pela rede hidrográfica do Chiloango, importante artéria fluvial resultante da confluência do Loango e do Luali, e que atravessa o território no sentido NE-SW, recebendo no seu percurso numerosos afluentes e que vai desaguar em Vila Guilherme Capelo” (Da Ponta, op. cit, p.34). A estrutura hidro-geográfica e natural da região enriquece também a paisagem do território com importantes rios (Chiloango, Luali e Lubinda) e grandes lagos (Massabi, Mabembe

⁵⁸ JOMAR, sigla da empresa “João Marques Pinto & Comp. Lda. A JOMAR iniciou as suas actividades em Cabinda em 1950, promovendo o aproveitamento da madeira com a instalação de uma serração mecânica e carpintaria em pleno mato, no Prata. Em 1970 começa a montagem da unidade fabril JOMAR no Lombo - Lombo, o edifício onde funciona o actual supermercado “Símbila”.

⁵⁹ MABEL – Madeiras do Belize

e Mandjeno), o que constitui grande potencial turístico, que, de resto, nunca foi devidamente aproveitado.

Ademais, com a sua rede hidrográfica, a sua situação marítima e costeira, Cabinda oferece perspectivas de desenvolvimento da pesca, tanto artesanal como industrial.

3.2.2 População e Paisagem Organizacional

População

A população autóctone de Cabinda pertence à grande família dos Povos Banto e, dentro desta, ao grupo etnolinguístico dos Bakongo. São Vicente (op. cit., p. 13), na sua obra *O Problema de Cabinda*, refere aos Cabindas como um povo “pertencente à grande divisão dos banto ocidentais, de língua ibinda ou fiote (falam também português, francês e inglês aprendido no Malongo, no Congo Kinshasa, Congo Brazaville e Gabão)”.

Segundo Francisco Luemba (op. cit., p.23),” a tradição dos Bakongo em geral e dos Cabindas em particular fala duma migração que, saída de Mbanza - Kongo, dispersou os Bakongo em toda a área cultural habitada por estes hoje; nela incluída Cabinda e os antigos reinos a que sucedeu a histórica, espiritual e culturalmente, em consequência do processo e da dinâmica históricos.”

A população de Cabinda reparte-se em sete tribos ou etnias que, a despeito de uma interpretação e brassadura evidentes, conservam alguma especificidade. Estes grupos étnicos são, segundo a importância numérica: Iombe (formam o plural antepondo “ba” Baiombe), Woyo (Bawoyo), Kwacongo (Bakwacongo), Sundi (Basundi), Cotchi (BaCotchi), Vili (Bavili), e Lingi (Balingi).

Os dados fornecidos pelas Autoridades Administrativas⁶⁰ indicam que, em 1970, a população de Cabinda era de 69.968 habitantes, o que representa um acréscimo de 11.288 em relação ao Censo de 1960⁶¹. Este aumento está sobretudo associado ao acordo de paz assinado entre Alexandre Taty e as autoridades Portuguesas, em 1965, que provocou o regresso massivo da população, que tinha fugido para o dois Congos, e reforçou a importância percentual no conjunto da população branca e estrangeira.

A este respeito, importa salientar que o total da população de então se repartia por três grandes tipos somáticos⁶²: negros, mais de 90% do total; mestiços, pouco mais de metade dos brancos que somavam 4.110. O aumento verificado na década de 60 nestes últimos dois grupos somáticos é particularmente significativo: “os brancos aumentaram de 2.118, o que vem a dar uma média superior a 200 novos europeus por ano”, sublinha Elias Jesus Quadros (op. cit, p 17). De acordo com o mesmo autor, “calcula-se que mais de um terço deste número é devido à fixação de imigrantes, vários dos quais militares desmobilizados” (ibidem), contribuindo assim para que a imigração europeia em Cabinda

⁶⁰ Fonte: Quadros, 1972, p. 17

⁶¹ Estas estatísticas não refletem os números exatos das populações de Cabinda; pois que, desde os séculos XVII, muitos Cabindas acabaram por se fixar longe da terra natal, para ocupar posições administrativas em Províncias angolanas e em outras partes do mundo, ou seja, nos anos 50 e 60, por razões políticas se fixaram em outros países, em especial nos dois Congos e no Gabão.

⁶² Fonte: Quadros, 1972, p. 17

atingisse o seu apogeu nas décadas dos anos 70. Em 1973, Cabinda regista uma densidade populacional de 11,2 por quilómetro quadrado (Fonte: Da Ponte, op. cit., p.47).

Segundo dados do Governo do Distrito de Cabinda⁶³, a que se costumava fazer alusão, em 1968, os Baiombe, a etnia mais representativa localizados na região do Maiombe, era constituída por 21.500 habitantes.

Os Bawoyo eram avaliados em 16.000 habitantes, a maioria residente na área da Cidade de Cabinda e o resto prolongando-se, para além da fronteira, pela República do Zaire.

Em 1968, os Bakwacongo calculavam-se em 8.500 almas. Esta etnia ocupa uma faixa transversal do território de Cabinda, delimitado a Sul por uma fronteira que liga a povoação de Bucomazi à de Prata. Para o Norte, alonga-se até às proximidades do rio Chiloango, onde se limitam à área dos Bacotchi e dos Basundi.

As restantes etnias de Cabinda - Bacotchi, Bavili e Balinge - orçavam, em 1968, pelos quatro ou cinco milhares cada uma, os Bacotchi limitando-se, unicamente, à então área litoral do Conselho de Cacongo; mas os Bavili e os Bsundi se encontram também, respectivamente, ao Oeste do Distrito, na região do Massabi, e ao norte do Distrito, na região do Miconge.

Além dos grupos acima mencionados, nos anos 70, distinguiam-se ainda, em Cabinda, umas centenas de cabo-verdianos e um grande número de imigrantes, do Norte de Angola, Sorongos, ou Mussorongos, e de Benguela que formavam importantes comunidades em Cabinda e Vila Guilherme Capelo. Também, o Distrito de Cabinda albergava imigrantes provenientes dos dois Congos, calculada em mais de dois mil, que trabalhavam nas roças de diversas empresas locais, em especial na Companhia de Cabinda.

A repartição da densidade da população pelo território⁶⁴, em 1970, era de uma densidade na ordem dos 10 habitantes por Km². De acordo com Elias de Jesus Quadros, “este valor, porém, é enganoso, dada a distribuição real da população ser bastante heterogénea, segundo as várias regiões. A título de exemplo, o autor refere ao Concelho de Cabinda, que nos aparecia com uma densidade de 19 habitantes por Km², o que denota o então peso citadino; o Concelho de Cacongo apresentava a maior rarefação populacional, com uma densidade de 6,7; a Circunscrição de Buco-Zau, 9,4, tinha uma área densamente povoada, a região de Beira Nova-Pangamongo, onde se concentrava, possivelmente, cerca de dois terços de toda a sua população; finalmente, a Circunscrição de Belize, na sua grande parte coberta de floresta, tinha uma densidade inferior a 8 habitantes por Km².

Paisagem Organizacional

Tal como em muitos países africanos, em particular Angola, no Cabinda sob colonização, as estruturas de poder constituídas, mantidas e/ou consentidas pelo colono configuraram uma paisagem organizacional e institucional em que as forças exógenas, induzidas pelas lógicas da “colonização”, acabaram por criar dinâmicas urbanas próprias, mais globalizantes, onde estavam incluídos processos sociais permeáveis às racionalidades da missão de «civilizar» povos «atrasados», empreendida pelo Estado-Império português. E,

⁶³ Fonte: Quadros, 1972, p. 18

⁶⁴ Fonte: Quadros, 1972, p. 17

na nova «ordem» internacional que emergiu após a Segunda Guerra Mundial, na qual se abriu espaço para renovadas formas de contestação do colonialismo europeu, as estruturas e práticas do império português serão sob pressão, e os governantes portugueses serão obrigados a reconfigurar as relações institucionais e sociais em contexto colonial.

Foi nessa lógica que a Orgânica do Ultramar Português de 27 de junho de 1951 – que decretou em particular a substituição do conceito de «colónias» por «províncias ultramarinas» dentro da terminologia legal administrativa e se inspirou dos princípios «lusu tropicais» - foi concebida para assentar a dominação da metrópole, e assim garantir a exploração dos territórios submetidos. Nesta ordem institucional, os corações dos colaboradores locais desta missão, entre os quais as autoridades tradicionais, deveriam ser conquistados, por forma a manter a população na coleira e, assim, executar devidamente as ordens da hierarquia.

Neste contexto, as dinâmicas subjacentes a esta orgânica compreendem, especificamente, as organizações, as funções e os atores sociais considerados modernos, tais como organismos governamentais (com todos os seus quadros de pessoal, departamentos sectoriais e dependências, até ao nível dos Concelhos e Circunscrições da administração públicas), as empresas privadas, as igrejas, as organizações formais e as instituições formalizadas.

Assim sob a colonização portuguesa, dos anos 60 e 70, Cabinda apresentava a seguinte estrutura:

- A nível da Estrutura Orgânica do Governo do Distrito, temos: o Governador do Distrito; o Governador Adjunto do Distrito; o Delegado Distrital do Instituto do Trabalho; a Repartição Distrital de Agricultura e Floresta; a Delegação do Instituto do Café; a Repartição Escolar Distrital; a Repartição Distrital dos Serviços de Saúde; a Direção Distrital dos Serviços de Finanças; a Repartição Distrital dos Serviços de Obras Públicas; a Repartição Distrital dos Serviços de Veterinária; a Repartição Distrital de Serviços Geográficos e Cadastrais; a Repartição do Comércio; a Direção Regional da Junta Autónoma de Estradas de Angola; a Secretaria Distrital dos Serviços de Administração Civil; a Câmara Municipal de Cabinda; os Serviços de Planeamento e Integração Económica.

- Na listagem dos Movimentos Associativos em Cabinda, temos alguns dignos de referência: Igreja Católica, Igreja Protestante, Associação Comercial de Cabinda, Grémio das Madeiras, Associação dos Agricultores do Distrito, Associação dos Comerciantes do Distrito, Associação dos Industriais do Distrito, Associação dos Pescadores do Distrito, Associação da Comissão de Turismo, Associação dos Órgãos de Informação, Associação dos Organismos e Desportivos, Associação da Delegação Local do Banco de Angola, Seções Distritais dos Sindicatos Nacionais dos Empregados do Comércio e Indústria, Seções Distritais dos Sindicatos dos Motoristas, Ferroviários e Metalúrgicos.

Importa sublinhar que, nos anos 60 70, todos os povos de Cabinda podem considerar-se cristianizados, repartindo-se pelas Igrejas Católica e Protestante. Os dados oficiais publicados em 1970, registam “uma proporção de 7 católicos para 3 protestantes” (Fonte: Quadros, op. cit, p. 25). Segundo a mesma fonte, “no concelho de Cacongo, os católicos eram quase a totalidade, sendo a distribuição de 9 para 1.

- A nível empresarial, em 1972, as principais empresas de Cabinda são 23, entre as quais a CABGOC – Cabinda Gulf Oil Company, uma subsidiária da CHEVRON, empresa petrolífera multinacional norte-americana (Fonte: Vicente, op.cit, p.227). São Vicente (id.) sublinha que, em 1972, “a economia colonial angolana não era ainda dominada pela exploração e produção do petróleo bruto. A atividade económica – em Cabinda e Lândana⁶⁵, principalmente – era muito mais diversificada, pujante e dinâmica do que é hoje”.

Para além desta estrutura organizacional estatal, temos as estruturas não estatais, isto é, «estruturas linhageiras» ou «estruturas “tradicionalis”» herdadas dos três reinos já citados. Segundo João Milando (2013, p.48), estas estruturas são «criadas e mantidas principalmente pelos valores, usos e costumes “tradicionalis” locais». Neste tipo de dinâmicas, estão configurados, “todas as instituições tradicionalis locais cujas formas, conteúdos estruturais e ritmos de transformação se mantêm mais ou menos ajustados aos valores ”tradicionalis“ locais, resistindo com notável eficiência, às tendências modernistas subjacente à civilização colonial, que advêm essencialmente da confluência com o meio urbano, da ação missionária e da massificação do sistema escolar.

De entre os valores tradicionalis, temos o amor à terra (mtoto), que simboliza a aldeia, a floresta e o clã. Com efeito, o camponês ordinário de Cabinda é tributário da gleba, na qual o amor à terra dos antepassados é muito forte, condenando-o a uma sedentarização nostálgica. Como património dos antepassados, a terra reveste, antes de mais nada um valor simbólico, psicológico e cultural, primando sobre o seu contributo económico.

Assim sendo, a aldeia é apreciada muito mais por ser lugar adequado para a produção de bens de subsistência do que pela sua pertença histórico-linhageira e pelo seu valor simbólico e cultural. Por esta razão, o Cabinda está muito afeiçoado à sua aldeia, onde a mulher (mãe, nguli): «trabalha a terra, fonte de sustento da família; dá os filhos que aumentam o poder e a grandeza do grupo; dá, principalmente, as filhas, base da propagação do grupo e base da sua sustentação pelo trabalho da terra» (Quadros, op. cit., p.22). Observe-se, “na família cabinda a figura central é a mãe. Ela é o elemento económico mais válido da comunidade» (id.). O homem acha anormal da sua dignidade dedicar-se aos trabalhos domésticos; pois” depois que as atividades da caça e da guerra diminuíram de importância imediata para o grupo, passou a uma posição secundária, dado que considera as atividades agrícolas desprestigiadas para a sua condição de homem” (id.).

E a nível das instituições, temos entre outras, a muanza (sombra). Na muanza ocorrem reuniões onde os Cabindas participam da fraternidade e solidariedade clã e se discutem assuntos ligados à vida comunitária da aldeia (buala, plural mala). Segundo Muana Ngulungo (2011), a Muanza aparece como sendo “um dos lugares mais sagrados da nossa terra” (p.66), no qual se opera a “construção do logos” (P.46), “se corporizam os nossos momentos vitais”(P.7) e se constrói a solidariedade –«O órfão cresce na muânza», diz o provérbio de Cabinda (P.16). No próprio termo muânza, vê-se logo uma estrutura ou, pelo

⁶⁵ Lândana é a designação local da Vila Guilherme Capelo. As autoridades coloniais deram Lândana o nome de Vila Guilherme Capelo, em memória a Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armadada, comandante da corveta rainha de Portugal, autorizado pelo Governo de El-Rei de Portugal a assinar o Tratado de Simulambuco com os Príncipes e Governadores de Cabinda.

menos, instituição de encarnação e vitalismo da fé dos antepassados (Bakúlu), uma espiritualidade muitas vezes em contraste com as crescentes necessidades espirituais humanas que a desorientação da vida moderna vem determinando. Em suma, é na Muanza onde se materializam todas as questões ligadas às estruturas linhageiras, tais como os “casamentos segundo os ritos tradicionais», «cerimónias e ritos tradicionais de iniciação», «práticas de direito consuetudinário» (funda mkano), «a feitiçaria, e todas as dinâmicas que lhe são associados» (tchindotchi, kutessa, ku bula makhundo), etc.

Por outro lado, os missionários encontraram pelo século XVI, em Cabinda, doutrinas, crenças e cerimónias religiosas, cujos aspetos poderiam ser chamadas de «religião dos Cabindas». De acordo com Elias de Jesus Quadros (op. cit., p.24), esta religião poder-se-ia “chamar animismo, enquanto considerava as coisas dotadas de espíritos capazes de influir nos acontecimentos naturais e sociais; feiticismo, enquanto prestava culto a imagens e outros objetos, (“feitiços”), embora o poder dos feitiços lhes não adviesse da própria da própria natureza mas da consagração dos “sacerdotes” ao culto”.

O principal espaço geográfico de manifestação destas dinâmicas não estatais é o meio rural e os bairros periurbanos e suburbanos da cidade de Cabinda e da Vila Guilherme Capelo. O impacto das dinâmicas dos processos estatais se fazia sentir nos centros da cidade de Cabinda, da Vila Guilherme Capelo e em outros centros comerciais, onde era notória a presença das elites, funcionários, industriais e comerciantes coloniais, em detrimento dos autóctones. Observe-se, os colonos, em especial Governadores e administradores eram subornados ao objetivo essencial do empreendimento colonial: “a elevação do nativo ao «grémio da civilização»” (Jerónimo, 2013, p.169), isto é, remodelá-lo à semelhança do seu congénere europeu, dito disciplinado, organizado, manifestando e regendo-se por uma «racionalidade» económica e por velhos e novos hábitos de consumo. Além disso, havia também as missões como dinâmica estatal, onde o elemento missionário “devia assegurar a possibilidade de exemplificação de relações próximas e civilizadoras com as sociedades nativas” (id, p.142).

Certo, pelo facto de partilhar a cidade moderna com o colono, os poucos assimilados adotaram um estilo de vida tecido pela “mistura de culturas”, muitas vezes artificial, o que os levou a adotar um estilo de vida social e material muito largamente inspirados dos modos ocidentais de consumo e de administração dos recursos. De entre importantes figuras de assimilados dos anos 60 e 70, em Cabinda, para além do clero local, temos José Pinheiro da Silva, que mais subiu na hierarquia governativa colonial. Segundo São vicente (op. cit, p.55), José Pinheiro da Silva⁶⁶ “foi Secretário Provincial de Educação de Angola durante os anos de 1964 a 1971- tendo desenvolvido nessas funções uma ação

⁶⁶ José Pinheiro da Silva nasceu em Maiombe (Congo Belga), no dia 8 de Maio de 1924, filho de João Pinheiro da Silva e de Maria Boela. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra. Para além de Secretário Provincial de Educação de Angola, ocupou outros cargos, entre os quais, o de inspetor superior do Ministério do Ultramar, o de inspetor superior do Ministério Superior da Reforma Agrícola e o de presidente da Obra Social do Ministério do Ultramar. Ademais, foi, desde 1986, diretor do Instituto de Preparação para Universidade Livre. Também, colaborou em diversos jornais e revistas e foi o autor da “Capitania da Baía” (século XVII), dissertação de licenciatura publicada pela Universidade de Coimbra e da “Colonização Portuguesa – o exemplo do Brasil” publicada pela Universidade de Luanda.

altamente prestimosa não só no respeitante ao ensino como também no aspeto assistencial, com a criação de cantinas escolares”.

Porém, as dinâmicas sociais dos processos não estatais estão configurados “todas as instituições tradicionais locais cujas formas, conteúdos estruturais e ritmos de transformação se mantêm mais ou menos ajustados aos valores ”tradicionais“ locais, resistindo com notável eficiência, às tendências modernistas subjacente à civilização colonial, que advêm essencialmente da confluência com o meio urbano, da ação missionária e da massificação do sistema escolar.

Finamente, foram também notórias algumas “dinâmicas de transições difusas”, nos anos 60 e 70, que podemos designar por processos de institucionalização então em curso. Estas dinâmicas, também conhecidas dos nossos dias, conciliam, de uma maneira intrinsecamente precária, elementos de cada um dos dois tipos de dinâmicas acima mencionados, tais como as urbanas e as rurais. Acerca da abrangência destas dinâmicas, diz-nos João Milando (2013, p.50):

“incluem as tendências menos consolidadas da “modernidade”, por um lado, e por outro, as tendências relativamente mais modernizadas da “cultura tradicional local”. Todos os processos sociais cujas características resultam de exercícios menos conseguidos de adaptação (consciente ou não) do comportamento dos atores sociais “tradicionais” às necessidades de modernização podem ser incluídas nesta categoria. Entram igualmente nesta categoria as dinâmicas organizacionais e institucionais que escapam do funcionamento e da estrutura e da estrutura formal do governo, das empresas, das igrejas, das organizações não-governamentais e das estruturas linhageiras”.

De entre os exemplos destas dinâmicas, temos, entre outras: autoridades tradicionais – regedores, sobas, chefes das aldeias (zi pfumu zi mala); o movimento de ideias, práticas, organizações e estruturas de mediação surgidas no âmbito da questão de Cabinda; os movimentos emancipalistas de Cabinda - MLEC, CAUNC e ALIAMA, A FLEC, TE’s e outras estruturas surgidas no âmbito da Questão de Cabinda. As autoridades tradicionais foram cooptadas pelo Estado colonial português, para se constituírem na autoridade governamental mais próxima das populações, nos meios rurais.

Além disso, desde o século XVII surge, na região do Baixo Congo, o profetismo do Congo, paralelamente às religiões oficiais; e, no século XVIII, é criada a seita Antonina pela profetisa Batriz Kimpavita. E, na primeira metade do século XX, tornou-se evidente a proliferação de movimentos cristãos proféticos africanos, por extensa parte do território compreendido entre o norte de Angola, o Congo-Leopoldville e o Congo Brazaville, que eram combatidos pelas autoridades coloniais.

Em Cabinda, a presença destes movimentos foi marcada principalmente por três igrejas africanas de teologia cristã⁶⁷: a Igreja Tokoista, do Profeta Simão Gonçalves Toko (de Angola); a Igreja Cristã Profética (CPA)⁶⁸, do Profeta Lassy Sri Simon Zéphirin (do

⁶⁷ Na sua obra “A Religião na África Durante a Época Colonial” (2001, p. 612), Opoku afirma que as igrejas africanas não surgiram como mera reacção ou adaptação aos problemas exteriores, mas como uma “expressão religiosa e de integridade cultural” satisfazendo as necessidades espirituais dos seus adeptos abrangendo todas as dimensões sociais.

⁶⁸ Também conhecida por Igreja do Nzambi Kúngulo ou Lassista. O lassismo chegou a Cabinda em 1952. A autoridade portuguesa em Massabi deu autorização ao profeta Lassy Sri Simon Zéphirin para que fizesse

Congo Brazzaville); e a Igreja Kimbanguista (EJSK), do Profeta Simão Kimbango (do Leopoldville/Kinshasa). Estas igrejas se distinguem por escaparem ao controlo da autoridade colonial (não servem o poder) e apoderaram-se dos acontecimentos mencionados no Antigo Testamento como um condimento da arma ideológica indispensável ao renascimento identitário, seja como mucongo, seja como homem negro.

Assim, com o período pós-guerra, que coloca a questão da autodeterminação na agenda das Nações Unidas, estas igrejas e os movimentos emancipalistas de Cabinda acima citados significavam uma “tomada de consciência da alienação colonial”, as suas ações foram determinantes na vaga pressão anticolonial, contribuindo deste modo na conceção e implementação de algumas iniciativas, e nas reformas de alguns dos aspetos do império colonial tidos por mais nocivos ou ineficientes.

3.3. Situação Social, Económica e Cultural de Cabinda antes do Plano CALABUBE, na Década dos anos 60.

A década dos anos 60 em Cabinda, assim como os anos precedentes, ficaram marcados por uma situação económica, social e cultural difícil. O distrito estava muito mal apetrechado de infraestruturas; e, “Cabinda, desde 1961, sempre foi uma das cidades mais caras de Angola” (Vicente, op. cit., p.222), tendo o período 1961-65 registado uma forte penúria alimentar e de outros bens de primeira necessidade em meios rurais, devido ao conflito que provocou a deslocação forçada das populações (emigração para os dois congos) e a destruição de sectores das economias tradicionais, com a perda de colheitas, envenenamento dos solos, etc..

A petição de 1960 acima referenciado, e apesentada por Tshitshela, na sua intervenção, aos 06 de Outubro de 1960, na tribuna da Assembleia Geral das Nações, para além dos contornos da Questão de Cabinda, sublinha “o atraso que se verificava no ensino e no desenvolvimento em Cabinda; a falta generalizada de quadros – lamentando que em 65 anos de protetorado, não formaram um só médico, um professor primário, sequer um quadro médio ou superior; a falta de hospitais, de dispensários e de maternidades; a inexistência de qualquer investimento de vulto e a falta de liberdade”.

Esta falta generalizada de quadros era causada sobretudo pela falta de um «ensino adaptado ao meio» (DA PONTA, op. cit, p.45), uma situação «extremamente precária e frágil» (Vicente, op. cit., p.214) da infraestrutura do ensino no Distrito de Cabinda, tendo por corolário os «elevados índices de analfabetismo» e os «quadros técnicos muito reduzidos» (DA PONTA, op. cit. p.47). Note-se, desde 1846, as autoridades coloniais tinham instituído o ensino oficial, enquanto os missionários lecionavam nas escolas da Missão Católica de Cabinda, do Zenze do Lucula, da Missão de Lândana (Vila Guilherme Capelo), em Necuto e no Belize. É ainda de assinalar que «algumas empresas particulares (Companhia de Cabinda, Forte Faria & Irmão, etc.) tinham criado escolas primarias» (Vicente, ibidem). A «inadequação, rigidez e pobreza do sistema educacional» (Vicente, op. cit., p.323) era tanta que, em Angola, «poucos sabiam ler e escrever português» (Vicente, ibidem); e «o baixo rendimento obtido no ensino primário» (Da Ponta, op.cit,

desaparecer da sua área todos os feitios. Porém, ao se aperceber de que estava a formar uma nova igreja, proibiu-o de entrar em Cabinda; mas, em 1957, a igreja lassista já tinha cerca de 10.000 adeptos.

p.45) se reflecte, sobretudo, no facto de que em Cabinda os alunos levavam longos anos para terminar a 4ª classe.

Na verdade, e como bem o afirmou Francisco Luemba (op. cit., p.151), “o interesse de Portugal consistia apenas em alfabetizar os Cabindas: ensinar-lhes a falar, a ler e a escrever o português; a contar e a calcular; e por fim a cantar e a contar a história gloriosa e providencial de Portugal e a obedecer servil, fiel e prontamente ao mestre”. Em todo o caso, porém, importa sublinhar que a qualidade do ensino dos Padres fez com que os melhores artesões saíssem das escolas das Missões. Aliás, para além da vocação missionária, a grande força da ação educacional dos Padres residia também na sua estrutura pedagógica: a interação entre a escola, a carpintaria e o trabalho rural.

A agricultura era um sector sobrepovoado, “mais de 90% viverão direta ou indiretamente da agricultura”), sublinha António Mendes da Ponta (Da Ponte, op. cit., p.39. O autor (1973, p.46) argumenta que o sector agrícola revela “total dependência da agricultura tradicional da energia humana “. Além disso, as populações dedicavam-se à criação de aves da capoeira e do gado miúdo e da pesca. Não existia no Distrito de Cabinda uma exploração coletiva ou comunitária; e a agricultura familiar era responsável pela quase totalidade da produção agrícola de subsistência alimentar. Este sector utiliza técnicas rudimentares, saberes tradicionais e áreas de produção limitadas (como média, uns quatro hectares por família)⁶⁹ e marginais, embora bastante diversificadas, com dominância de culturas de amendoim, banana, batata inhame, mandioca, milho, etc. Porém, através do quadro apresentado pelo autor do Relatório uma Deslocação ao Distrito de Cabinda(id., p.40-41),”dá-se conta de que é extraordinariamente rica a agricultura de sustentação em Cabinda e que o valor da produção agrícola está muito longe de se poder considerar desprezível, excedendo possivelmente o valor das receitas arrecadadas pela Província⁷⁰ com a exportação das suas madeiras”.

A este respeito, importa sublinhar que as particulares condições geográficas das várias regiões de Cabinda, as características da produção local têm um impacto na cultura alimentar local ou regional, a tal ponto que é notório em Cabinda características locais ou regionais da cultura alimentar. Deste modo, para Cabinda e Cacongo, a principal cultura é a mandioca (base de alimentação) e, em menor escala, o amendoim, a batata doce, a banana, o milho, o óleo do , o gindungo; para Buco-Zau e Belize, a banana constituía a base da alimentação, completada com o amendoim, mandioca, feijão, batata doce, milho, gindungo, inhame e óleo de palma. Observando o embate desta cultura alimentar regional no mercado da povoação de Mongo-Macongo, em Necuto (circunscrição administrativa de Buco-Zau), diz-nos o mesmo autor (id., p.17): “como principal mercadoria a transaccionar viam-se imensos cachos de banana pão, o produto alimentar-base em toda a zona da floresta do Maiombe”.

No tocante às atividades agrícolas planificadas, importa sublinhar que a agricultura exigia mais energia e capital; mas a maior parte dos colonos brancos “apenas queria enriquecer através do comércio” (Vicente, op. cit., p.322). A produção do sector da economia agrícola planificada contribuía significativamente para a agricultura comercializada quer

⁶⁹ Fonte: Acta N° 1 da Sessão da Comissão Consultiva Regional, realizada no dia 26 de outubro de 1972, p. 3.

⁷⁰ Aqui refere-se a então Província Ultramarina de Angola.

no interior do Distrito – cidade, vila, povoações e aldeias -, quer para a exportação, nomeadamente coconote, óleo de palma, cacão e café. A este respeito, devemos sublinhar que, em 1973, havia “51 explorações agrícolas no chamado sector empresarial, das quais 20 no Concelho de Cabinda, 15 no Concelho de Cacongo, 14 na Circunscrição de Bucuzau e 2 na Circunscrição de Belize” (DSAF, 1973). De acordo com António Mendes Da Ponte (op. cit., p.42), 21 destas explorações agrícolas pertencem à Companhia de Cabinda e que algumas das demais entidades empresariais possuíam mais do que uma exploração, chegando-se à conclusão de que o número de empresários agrícolas tipo patronal, oscilará apenas para duas dezenas. O autor (op. cit.1973, p.44), argumenta que, “não considerando a exportação de madeiras a produção agrícola propriamente ditado sector empresarial pouco económico representa se se tiver em conta a produção do sector tradicional a que anteriormente se fez referência”.

A saúde no Distrito de Cabinda estava praticamente votada ao abandono, com “deficiente apetrechamento humanos das estruturas sanitárias» (Da Ponte, op. cit., p.45). A malária, a tripanossomíase e a lepra eram as principais doenças registadas no Distrito de Cabinda nos anos 60. O acesso aos serviços de saúde estava muito limitado, tanto pela distribuição geográfica, como pela péssima qualidade dos serviços, consequência do mau estado infraestrutural da falta de pessoal e da falta de postos de assistência rural. O sector de saúde precisava⁷¹ de uma «Delegacia de Saúde», «mais postos de assistência rural», «escola de agentes sanitários», «mais agentes sanitários»; o hospital⁷² e o dispensário materno-infantil necessitavam de «uma série de modificações», «maior espaço», «mais equipamentos», etc. A este respeito, Francisco Luemba (op. cit.p.151) escreve:

“Fazia-se o mínimo para manter as pessoas em estado de produzir e de servir, mas não houve a preocupação de construir infraestruturas, de equipá-los e de formar quadros no domínio da saúde. Ao lado de algumas dezenas de socorristas, Portugal formou apenas uns tantos enfermeiros (básicos), praticamente suscetíveis de serem contados pelos dedos das mãos”.

A nível da indústria, o turismo era inexistente; e os poucos empreendimentos industriais (indústrias de contraplacadas, produção do óleo de palma, etc.) estavam submetidos aos constrangimentos das deficiências energéticas. A este respeito, nota António Mendes da Ponte (op.cit., p.7), “como principal estrangulamento a um maior rendimento económico da indústria foi apontado o custo da energia eléctrica da ordem dos 1\$20 por K.W”. Além disso, não havia apoio energético e industrial, que permitisse o fácil abastecimento das populações do interior, com constrangimentos marcados, entre outros, pela deficiente rede de estradas. Também, a falta de apoio industrial que garantisse a conservação ou a transformação das quantidades de pescado que excedem o consumo local, a pesca artesanal não podia conhecer desenvolvimento.

Quanto à situação das atividades económicas, havia (Da Ponte, op. cit., p.46): ”elevado custo dos fatores de produção, nomeadamente dos adubos, pesticidas, alfaias”; “reduzida capacidade de investimentos da maioria esmagadora da população”; “baixa cotação dos produtos da terra a contrariar a evolução da economia”; excessivo “peso” do sector comercial, mas com menos racionais circuitos de comercialização e uma pequena dimensão interna do mercado; reduzido parque industrial”. A nível das atividades comerciais, era notório o predomínio muito acentuado da exportação de produtos

⁷¹ Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p.9

⁷² O único hospital do Distrito construído pelas autoridades coloniais.

primários sobre a exportação de produtos manufaturados. E, a nível socioeconómico, as oportunidades de emprego bem remunerado eram poucas.

Em termos de vias de comunicação, até 1960, estavam construídas as principais rodovias que ligam a cidade de Cabinda ao interior do Distrito (sul norte), em especial aos postos administrativos. Porém, as estradas asfaltadas eram praticamente inexistentes, pelo menos até 1965, o que tornava difícil as deslocações, sobretudo em tempo chuvoso; e recorria-se frequentemente ao trabalho forçado para a abertura e manutenção das estradas e aeródromos e para construção de pontes. Além disso, socorria-se sobretudo do rio Chiloango para o transporte de madeira em jangadas do Maiombe para Vila Guilherme Capelo (Lândana).

Porém, é digno de referência, os trabalhos da Companhia de Cabinda, desde os anos 1920, as primeiras estradas abertas do Buku-Nzau ao Nkuto, do Nkuto ao Seva e, depois, do Nsasa-Nzau ao Malembo foram obra desta empresa, para além dos hospitais e dispensários em Alzira da Fonseca, Pangamongo e Seva. Além disso, o projeto industrial da Companhia de Cabinda⁷³ e de outras empresas, como Forte Faria & Irmão e Oliveira & Irmão (Daniel de Oliveira e João de Oliveira) vinham tendo um impacto social, a nível do emprego, da saúde e da modernização do sector agrícola⁷⁴.

Deste modo, a falta de infraestruturas, em especial de transportes terrestres, fluviais e marítimos constitui a causa fundamental do atraso económico. Neste caso, a vida rural era coutada dos administradores, dos comerciantes do mato, dos cipaios e das populações, que vivem de certo modo isolados do litoral, submetidos a barreiras físicas que dificultavam a administração, o comércio e as deslocações (montanhas, florestas e rios).

Outro aspeto parece digno de nota, a não existência de um porto marítimo para barcos de longo curso, com os seus entraves e constrangimentos logísticos nas atividades comerciais e económicas. Na verdade, as pontes cais de Cabinda⁷⁵ e de Vila Guilherme Capelo foram construídos nos anos 40 “pela administração colonial e tinham em conta, exclusivamente, de acordo com os seus mentores, “a exportação de madeiras, café, cacau e oleaginosas” (Vicente, op. cit., p.210). Com o incremento demográfico e das atividades económicas dos anos 60 e 70, os serviços destas infraestruturas portuárias já não podiam ser eficientes face ao aumento significativo na diversidade e volume dos produtos de importação e exportação, uma vez que os seus tabuleiros principais foram construídos à base de madeira “ngulumazi”.

A necessidade deste porto se impunha, não somente para a criação de condições de atracagem/navigabilidade da costa de Cabinda por navios de longo curso, já que seus fundos “são da ordem de 2,5 a 7 m” (id., p.209); mas sobretudo para dotar Cabinda de infraestruturas portuárias com condições logísticas e operacionais para a economia do Distrito em crescente diversidade e volume dos produtos de importação e exportação.

⁷³ No projeto industrial da Companhia de Cabinda, temos a fábrica de tijolo e telha, em Nsasa-Nzau; duas serrações, uma no Pangamongo (Adriano Coelho) e a outra no Pinto da Fonseca; uma maquinaria para extração do óleo de palma e coconote, em Pinto da Fonseca; e uma maquinaria para descasque de café, no Pangamongo (Adriano Coelho). Todas estas indústrias são obra da Companhia de Cabinda.

⁷⁴ Por exemplo, temos as roças da Companhia de Cabinda com a tecnologia modernista: as roças de café “Barroso”, “Nunes”, “Pinto da Fonseca”, “Alzira da Fonseca”, “Lucucuta”, “Caiapanzo”, “Adriano Coelho” (Pangamongo), “Chimungu”, “Lubambe”, “Izizalti-na” e “Lufuinde”, para além das fazendas Muba-Chinfuca, Vida e Sókoto da Companhia de Cabinda, que empregaram muitos trabalhadores.

⁷⁵ A Ponte Cais de Cabinda foi construída em 1949.

Sem dúvida, o nível técnico das infraestruturas e dos materiais de então – que “não possuem área coberta de armazenagem, cais de longo curso, gare de triagem, guindastes e bunkering” (id, pp209-210) -, a amplitude dos tráfegos que assegurava já não estava à altura para os novos desafios de uma época marcada pela exploração petrolífera, e por uma diversidade de oportunidade industriais e comerciais.

Estas debilidades constituem um dos óbices à exploração das potencialidades de Cabinda. Para se atenuar esta situação, julgava-se que era, entre outros, com a construção de um porto de longo curso; pois que este novo empreendimento permitiria dotar o Distrito de Cabinda “um porto para a exportação de madeira (100 mil toneladas), entrada e saída de cerca de 60 mil toneladas de carga diversa e na perspetiva de exportação de fosfatos e petróleo” (id., p.210).

Importa sublinhar que a debilidade das infraestruturas portuárias resultava, nos anos 60 e 70, em enormes prejuízos para os agentes económicos. A este respeito, António Mendes Da Ponta (1973, p.29) sublinha: “com o transbordo das mercadorias em Luanda, com os roubos e deteriorações usualmente verificadas, considera-se que as perdas, ou prejuízos, oscilam entre 15 e 25% o que se vai refletir diretamente nos preços de venda aos consumidores”.

Por outro lado, as populações estavam entregues aos abusos do patronato nas roças de café ou cacau e ao cortejo de violências várias dos administradores na manutenção das estradas e infraestruturas, a maioria das vias sendo «caminhos e picadas» (Vicente, op.cit, p.207).

Pelo menos até 1962, era notório o trabalho forçado no território de Cabinda. A este respeito, Alexander Keese (2017) sublinha “ser interessante para as fugas a partir de Cabinda” pelas «condições dramáticas do trabalho». O autor fala das «práticas desastrosas do trabalho forçado da administração portuguesa em Cabinda», frisando as «juntas com o recrutamento para contratos sob pressão, em favor das concessões de madeira», os «mecanismos brutais na manutenção de estradas e infraestruturas».

As populações locais eram difíceis de incorporar em muitos trabalhos forçados; pois que havia fugas constantes de grupos de várias centenas – seja atravessar as fronteiras coloniais, seja para as matas do Maiombe - difíceis de controlar pelos colonos. Era necessário recrutar a mão de obra em regiões mais distantes de Angola para as plantações do café e do cacau.

A minha vida de infância em meios rurais me permitiu, nos anos 60, assistir e ouvir relatos das «arbitrariedades de ação das autoridades coloniais» nas plantações de cacau e café nas roças da fazenda do Chiongo⁷⁶. Tinha oito anos, em 1965, quando fui viver com o

⁷⁶ Os trabalhadores forçados negros eram obrigados a deixar as suas terras e as suas famílias, como se fossem criminosos, a muitas centenas de quilómetros dali, para tratarem das plantações de café durante um ano por um salário irrisório: os chamados contratados, na cínica terminologia oficial, bailundos, na designação que lhes era dada pelos colonos — porque a maioria deles (mas não todos) era originária da populosa região do Bailundo, no Planalto Central — ou monangambas, como eram chamados pelos restantes angolanos, ou ainda “binganguela” (designação local dos monangambas pois que todos os trabalhadores das roças de cacau e café eram supostos serem Nanguela, o grupo etnolinguístico mais

meu avô no Chivata (Madoco), em Necuto. Um dia, ao passar pela área em companhia do meu avô e me deparar com os trabalhadores indígenas destas plantações, o avô disse-me que, nos primeiros 15 ou 20 anos da fazenda, o trabalho dos indígenas era muito desumano. Segundo ele, «os indígenas» que «resistissem ao trabalho regressavam as suas regiões de origem sem nada»; pois «eram obrigados a gastar o salário irrisório na cantina da roça e a pagar o imposto da cubata (Phaku)». «Muitos não regressavam às suas áreas de origem devido as dívidas ou mortes». E, de um tio meu, Alberto Mambuco Puati (vulgo, Sendede), hoje falecido, pude aprender que o «salário mensal nas plantações de Chiongo era 2\$50 (Dois escudos e meio)», razão pela qual a Sanzala construída pela Companhia de Cabinda para os trabalhadores indígenas das plantações de Chiongo foi designada pela população local por «Dois e Meio», nome pelo qual o local do povoado é ainda chamado nos nossos dias.

Por outro lado, entre 1960 e 1971, o território de Cabinda se abre a perspectivas cada vez mais de tipo urbano, na sequência de elevação de Cabinda a categoria de cidade, em 1956, da exploração petrolífera e do aumento de efetivos militares pela eclosão da guerra colonial. Depois de vários anos de rivalidade com Vila Guilherme Capelo, a cidade de Cabinda é o lugar onde mais se fixam os colonos que vão dedicar-se “além do comércio, às atividades agrícolas e florestais, rasgam itinerários, contactam com todas as povoações, mantendo um clima de boas relações com os indígenas por toda a parte” (Quadros, op. cit., p.14).

Como era de esperar, houve incremento do povoamento no sul do rio Chiloango; e o eixo do poder de Cabinda e Vila Guilherme Capelo, no período em apreço, se afirmou de tal maneira que se tornaram evidentes os desequilíbrios entre o litoral e o interior. A causa fundamental destes desequilíbrios deve-se sobretudo à “importância crescente da cidade de Cabinda, da Vila Guilherme Capelo e da povoação do Malembo, cujas particulares condições geográficas fazem deles localidades portuárias, aliadas a fatores de ordem histórica, que acabaram por determinar a formação e desenvolvimento dos aglomerados populacionais” (id., p.19).

Quanto ao dimensionalismo e arranjo urbanístico dos agregados populacionais, entre 1960 e 1970, em especial na cidade de Cabinda e na vila Guilherme Capelo, o incremento do espaço urbano fazia-se de forma desordenada nos meios suburbanos, sendo notório bairros espontâneos em crescimento sem infraestruturas tão básicas como a energia e a rede de abastecimento de águas; e a população recolhe a água dos poços, que por sua vez podem ser contaminados por fossas sépticas, visto que não há nestes bairros redes de drenagem, verificando-se também a questão da recolha de lixo, fonte de poluição e alastramento de doenças, localizada muito perto de casas de habitação. Nos meios rurais, evidenciava-se a «proliferação de povoações, constituindo assim pequenos aglomerados que, por isso, não reúnem quaisquer condições para uma urbanização razoável» como a resultante da «tradição nas gentes de Cabinda»⁷⁷.

heterogéneo de Angola), como eram chamados em Cabinda. Estes trabalhadores estavam no nível mais baixo da escala social em Angola, desprovidos de quaisquer direitos e reféns da vontade dos seus patrões.

⁷⁷ Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p.9.

Depois do abandono de certas áreas pelos motins dos primórdios dos anos 60⁷⁸, houve, entre 1965 e 1970, o regresso massivo das populações refugiadas nos dois Congos e um envio maciço de colonos para Cabinda, situação essa que se traduziu por uma carência extrema de habitações na cidade de Cabinda e na Vila Guilherme Capelo, agravando assim a já existente carência de infraestruturas elementares na generalidade das zonas rurais e suburbanas. Também, o recomeço da vida das populações regressadas dos dois Congos não foi sem dificuldades, depois dos anos de ausência das suas áreas de origem devido à situação de instabilidade dos primórdios dos anos 60.

É-se, assim, levado a implementar novas políticas sociais e económicas, com o Plano Intercalar de Fomento (1965-67) e IIPF (1968-1973). Nesta senda, assistiu-se, desde 1965 até 1970, ao desenvolvimento de algumas vias de comunicação (Estradas, Pontes, remodelação do aeródromo de Cabinda) e à construção de infraestruturas sociais (blocos habitacionais para funcionários, ampliação do hospital de Cabinda e do bloco operatório) e de educação (um liceu⁷⁹, uma escola preparatória do ensino secundário⁸⁰, uma escola industrial⁸¹ e um lar de estudantes⁸²), para além da construção da Central Térmica de Cabinda. Também, neste período, em 1970, que “foram efetuadas sondagens com vista a construção do porto de longo curso⁸³ e procedeu-se a trabalhos de ampliação de tabuleiro de melhoramento de defensas da ponte-cais de cabotagem” (Presidência do Concelho, 1972b, p.282).

Além disso, para estimular o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e do artesanato, e ao mesmo tempo promover e financiar o crédito à habitação, estava também em curso o projeto FORUCA. De acordo com Francisco Luemba (op. cit., p.127), foi no âmbito do crédito à habitação fornecido pelo Foruca que se iniciou a construção do Bairro Mendonça Frazão, hoje 1º de Maio.

Por conseguinte, em 1971, face à gravidade da situação explosiva de então, conforme acima referenciado, o então Governador João António Pinheiro (1971-1974) ordenará «um estudo metódico das condições de vida das populações» (Rodrigues, 1973, p.1), em vista a um projeto de desenvolvimento local, cujo programa se destinava, num espaço de cinco anos, a inscrever suas realizações na melhoria das condições da vida social das populações e do fomento económico de Cabinda. Além disso, já desde os anos 20, a Companhia de Cabinda, a Missão de Pedologia de Angola e Moçambique e a MIAA vinham levando a cabo estudos sobre os solos, as potencialidades agrícolas, florestais e hídricas de Cabinda, inventariando as prementes necessidades e carências da vida das

⁷⁸ Na sequência do impacto da eclosão da guerra colonial, em 1961,

⁷⁹ Refere-se ao Liceu Nacional Guilherme Capelo. A 16 de Janeiro de 1969, com a presença de

⁸⁰ A 9 de Setembro de 1968 foi atribuído patrono à Escola Preparatória Barão de Puna; e a Escola será criada em 7 de Outubro de 1968.

⁸¹ Refere-se à Escola Industrial e Comercial Silvério Marques. A 16 de Janeiro de 1969, com a presença em Luanda do Ministro do Ultramar, Dr. Joaquim Moreira da Silva Cunha, foi criado em Diploma o Liceu Nacional Guilherme Capelo, na cidade de Cabinda.

⁸² Refere-se ao Lar de Estudantes Dom Eduardo André Muaca.

⁸³ Depois dos trabalhos de sondagens, deram início os trabalhos de construção do Porto de Águas Profundas. O investimento necessário estava estimado em 70 milhões de dólares. A primeira pedra foi lançada a 15 de janeiro de 1974 pelo então Governador Geral de Angola, o Engº Santos e Castro. Mas com o 25 de Abril de 1974, os trabalhos ficarão interrompidos até ao dia de hoje, tendo o Governo de Angola canalizado o equipamento para a reparação do Porto de Lobito. Até cá, a construção do novo empreendimento não conhece desenvolvimentos significativos por razões que são inexplicavelmente atribuídas a guerra e as dificuldades económicas do país.

populações de Cabinda, equacionando soluções possíveis de, não só satisfazerem estas, mas ainda de provocarem, reflexamente, efeitos multiplicadores dos benefícios a alcançar.

O estudo será confiado aos SPIED, que, como atrás referi, deve recolher as informações para a elaboração do documento ou Plano que vai de encontro com as propostas apresentadas pela CCR, que deveriam constar do Plano Calabube. Importa sublinhar, o papel de destaque da 5ª Secção – Ação Psicológica do Comando Sector de Cabinda, na pessoa de Elías Jesus Quadros, que delineou as orientações e a estratégia do projeto. Designado por Plano Calabube, o projeto será adotado pelo Governo do Distrito de Cabinda, e apresentado⁸⁴ aos membros do Governo do Distrito e às autoridades tradicionais, no dia 26 de Março de 1972, no Palácio do Governador do Distrito de Cabinda.

Apesar da falta de um diagnóstico participativo, como foi notado no Seminário organizado pelo CISEP, o planeamento de então “teve também alguns aspetos positivos: permitiu a elaboração de diagnósticos aprofundados em muitos sectores, proporcionou a discussão a nível técnico de problemas que o regime tenda escamotear e facilitou a realização de alguns grandes projetos de investimentos” (CISEP, 1984, p.8).

Conclusão

Ao longo deste capítulo, constatamos que o desenvolvimento das colónias, em particular aquela de Cabinda tiveram como pano de fundo a realidade heterogénea angolana dos anos 60 e 70, que, na sequência dos abalos provocados pelos motins de 1961, em Luanda, e de 1971, em Cabinda, se afirmam perspectivas fora das categorias e estruturas coloniais de desenvolvimento. A situação revelará, de certo modo, a amplitude que os acontecimentos atingiam e levanta desafios enormes aos poderes coloniais, criando um clima de incertezas.

Diante desta situação, as autoridades coloniais conceberam planos regionais de desenvolvimento para acalmar as consciências desassossegadas das populações e combater a guerrilha, através de programas regionais suscetíveis de reduzir o desfazamento e reforçar a coesão territorial, tendo em conta as novas orientações do IIIIPF e os contornos geográfico-políticos, étnicos, sociais e nacionalistas dos anos 60 e 70.

No caso de Cabinda, um território com enormes recursos naturais, foi implementado o Plano Caabube, cujo processo de planificação não incentivou uma participação popular que contrariasse os objetivos e as práticas políticas do Estado Novo; e, nas metas de desenvolvimento, a melhoria do bem-estar das populações inseria-se na luta contra as ideologias emancipalistas e os movimentos de libertação.

⁸⁴ Foi neste encontro que o oficial Miliciano Elías Jesus Quadros apresentou o 1º nº do Jornal Muanza às autoridades tradicionais. O primeiro nº do Jornal Muanza foi elaborado no dia 26 de março de 1972. Neste nº estavam os detalhes do Plano CALABUBE.

CAPÍTULO IV: O PLANO CALABUBE E TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS E CULTURAIS DE CABINDA

O presente capítulo analisa o impacto do Plano Calabube na vida das populações de Cabinda e dos ganhos da metrópole, tendo em conta as dificuldades encontradas.

Vamos examinar as transformações operadas pelo plano Calabube partindo da participação popular, objetivos e meios de ação. No segundo ponto, examinaremos as Realizações e Transformações sociais e na vida socio económica de Cabinda. E, por fim, nos interrogaremos sobre a filosofia colonial do Estado, as transformações socioculturais operadas pelo Plano Calabube e os ganhos de Portugal e do território de Cabinda.

4.1 Plano Calabube –Participação Popular, Objetivos e Meios de Ação

4.1.1. As Relações com as Comunidades Locais e a Comissão Consultiva Regional.

A necessidade de participação aparece como imperativo simultaneamente político e técnico. Conforme acima sublinhado, as comunidades locais, em especial os autores nele envolvidos, desempenham um papel vital na gestão do desenvolvimento dos seus territórios. “É, em parte, dessa participação que depende a maior ou menor «aceitação» do projeto por parte de todos os grupos envolvidos” (Schiefer, Ulrich et al, 2017, p.25). Este princípio não escapa mesmo no que diz respeito às populações indígenas devido aos seus conhecimentos e práticas tradicionais.

Porém, conforme temos vindo a constatar ao longo deste nosso estudo, os problemas e perspectivas do desenvolvimento do império colonial português, desde finais da II Guerra Mundial até seu ocaso, se colocam em termos de assentar a dominação da metrópole para garantir crescimento económico e manutenção das colónias. Nos seus desígnios nefastos de afirmar a superioridade da sua visão da sociedade, todas as tentativas de rompimento do nevoeiro envolvente eram esmagadas pela intervenção muito forte da PIDE/DGS. Além disso, a lógica da missão civilizadora, o seu modelo «técnico-racional» acabava geralmente por desvalorizar a experiência das populações autóctones.

Todavia, durante os anos 60 e 70 marcado por grandes efervescências das ideologias da descolonização e pela eclosão da guerra colonial, o que fazia com que a presença portuguesa em África fosse “cada vez mais contestada até por amigos; e isso porque, ao pretendermos certa conceção de «Estado-Nação», não respeitamos a pureza do conceito tal como este é geralmente aceite, criando uma figura que carece de fundamento sólido” (De Spínola, 1974, p.105). Além disso, a intervenção da PID/DGS assente em lógicas de coerção afetava fortemente a estabilidade administrativa do estado colonial e o desempenho económico do território, e isto seria frequentemente de maneira drástica.

Por outro lado, os administradores das colónias vinham tendo dificuldades sérias em impor a administração colonial, sem a colaboração da autoridade tradicional que, de resto, estava mais próxima das populações. E, no caso concreto de Cabinda, a especificidade sublinhada na «Administração e Direito Ultramarino», em conformidade com o artigo 1º, nº 2, da Constituição Portuguesa de 1933 (revista em 1935, 1936, 1937, 1945, 1959 e 1971), e sobretudo que o tratamento dado ao Tratado de Simulambuco vinham criando agitação popular. Neste contexto, era necessária uma atitude relativamente menos

repressiva dos funcionários portugueses, e erguer empreendimentos visando a melhoria do nível de vida das populações locais.

Por esta razão, os Governadores de Cabinda foram instruídos a tratar “com particular cuidado do relacionamento com as autoridades tradicionais” (Tati, o. cit., p.12), e, por conseguinte, o Governo do Distrito de Cabinda adotou, em 1971, o Plano CALABUBE, e entrou na sua concretização, prevendo-se que estivesse concluído em 1975. “Para tanto, há que obter a direta e espontânea colaboração daqueles que virão a ser os seus diretos beneficiários” (Rodrigues, 1973, p.1). Por esta razão, e no sentido de instituir estruturas regionais em Cabinda e de manter a lógica operacional do Plano CALABUBE, as autoridades coloniais constituíram a Comissão Consultiva Regional (CCR).

Dada a importância das autoridades tradicionais, incorporaram nesta Comissão, o Regedor João Barros Hespagnol, do Concelho de Cabinda, e o Regedor Nosso Baquisse de Buco-Zau. Sabemos a importância que assumiram as autoridades tradicionais: os regedores e os sobas eram úteis nas negociações com as populações locais sobre as mais variadas questões da administração colonial e, assim, elaborar estratégia de ação e de “motivação” dos autóctones.

Neste contexto, a CCR acabou por servir muitos propósitos que não apenas a inclusão e a discussão das comunidades e cidadãos sobre as decisões que afetavam as suas vidas.

4.1.2 Principais Objetivos.

A palavra Calabube provém da junção das primeiras sílabas das então quatro principais povoações de Cabinda, a saber Cabinda, Lândana, Buco-Zau e Belize, nos anos 60 e 70.

Então, o plano Calabube estava destinado «a fazer repercutir os seus efeitos por toda a área sobre o qual exercia a sua jurisdição» (id.), isto é, o Distrito de Cabinda, que, como acima referido, estava dividido em 2 Concelhos (Cabinda e Cacongo) e em 2 Circunscrições administrativas (Buco-Zau e Belize).

Melhor dizendo, em 1971, para significar o primeiro objetivo do desenvolvimento de Cabinda, a administração do Distrito de Cabinda sob a Governação do Brigadeiro João António Pinheiro (1971 - 1974) designou o projeto concebido para este efeito por «Plano Calabube».

O objetivo geral definido neste projeto é, primordialmente, contribuir a “elevar o nível social e económico das populações, através do aproveitamento das potencialidades humanas e económicas do distrito” (id.).

Desenvolver os recursos naturais, em especial agrícolas, e humanos e continuar com a política de implementação de infraestruturas de transportes e comunicações por forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de Cabinda. Ensaiou-se uma visão de conjunto sobre as infraestruturas - estruturas da produção agrícola, modernização da agricultura, formação de quadros, transportes e comunicações, urbanização e habitação, artesanato, pescas e turismo, em suma a promoção social da vida das populações.

Trata-se de uma alternativa de desenvolver Cabinda, tendo em conta, entre outros, os seguintes critérios decorrentes das orientações do governo colonial, decisões da reunião do CCR e orientações do IIPF:

- Os objetivos devem permitir um “desenvolvimento das colónias controlado pelo governo, ao ritmo imposto por Lisboa e segundo os interesses da metrópole”. (Pereira, op. cit., p.255);
- O capítulo do ensino e da investigação deve “abranger toda a problemática destes sectores, desde a criação de meios físicos para todos os ramos e graus de ensino – e não apenas para a formação técnica profissional – até ao financiamento de ações de índole essencialmente qualitativa (reforma de estruturas, formação de professores, etc.) e de atividades de investigação fundamental nas universidades” (Da Fonseca, 1984, p.179);
- “Sistemática e continuada coordenação de todas as medidas respeitantes à saúde e bem-estar social das populações; Formação de pessoal em número suficiente e criação de condições necessárias à sua fixação”. (Giraldes, 1984, p.160).
- Fomento das infraestruturas de habitação, abastecimento de água e energia em meios urbanos e rurais – edifícios administrativos, residências administrativas para funcionários, casas para agentes sanitários, cipaios, autoridades tradicionais, TES, professores, populares em polos de atração. (Cf. Acta Nº1 da Sessão da CCR, p.10);
- Elevar a taxa de crescimento do PAB (Produto Agrícola Bruto) e o nível de vida das populações e melhorar a balança comercial agrícola (Da Silva, 1984, p.77);
- Implementação de infraestruturas - rasgar estradas, construir pontes, produzir energia, fornecer água, facilitar comunicações – que permitam ultrapassar as barreiras físicas que impediam o consumo, o comércio e as deslocações (serras, rios, desertos, florestas), baixar o custo dos transportes das matérias primas e, por conseguinte, o custo dos produtos, tornando-os mais competitivos no mercado mundial;

4.1.3 Principais Estruturas de Funcionamento

Coordenação e Serviços do Projeto

À frente do Plano CALABUBE estava o Governador do Distrito, o Brigadeiro João António Pinheiro, coordenador e animador, assegurando também o tratamento interdisciplinar. Dependiam do chefe do projeto os seguintes serviços:

- **Comissão Consultiva Regional (CCR)**

A missão fundamental desta Comissão consistia em “recolher elementos com vista à elaboração, pelos serviços do Planeamento e Integração Económica dos Planos de desenvolvimento regional, dando indicação das potencialidades e necessidades regionais, assim como as prioridades a que convinha atender”⁸⁵, em conformidade com a alínea a, nº 2 do artº 17 do Decreto nº 49 353, de 3 de novembro de 1969. A CCR muda de dois

⁸⁵ Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p. 3.

em dois anos, tendo por competência assegurar a continuidade dos trabalhos, daí a sua responsabilidade em tudo o que respeita o programa de ação.

No seu discurso de abertura da 1ª sessão da CCR, o então Governador do Distrito, Brigadeiro João António Pinheiro⁸⁶, refere à CCR como sendo «Comissão Regional do Planeamento» que, «no seu conjunto, compete assegurar a indispensável continuidade dos trabalhos e daí a sua responsabilidade em tudo o que respeita o estabelecimento do programa de ação».

Tendo por Presidente o Governador do Distrito, o Brigadeiro João António Pinheiro, a CCR tinha 21 Vogais efetivos - representantes dos vários serviços da Administração Pública e organismos corporativos e de coordenação política e económica do Distrito -, 19 vogais eventuais - entre os quais 6 membros dos Conselhos e Circunscrições Administrativas, duas autoridades tradicionais, uma autoridade religiosa proveniente da Igreja Católica, para além de outras instituições da vida social, política e económica. A Igreja Católica estava representada pelo Padre Manuelino de Oliveira.

- **Serviços do Planeamento e Integração Económica do Distrito (SPIED)**

O SPIED é a uma entidade do Distrito associado ao Decreto nº 49 353, de 3 de novembro de 1969, cuja tarefa é preparar o plano de fomento do Distrito, acompanhar a sua realização e despachar para o Serviços de Planeamento e Integração Económica da Província (SPIEP), em Luanda. Deste modo, é a estrutura técnica que, em conformidade com alínea a, nº 2 do artº 17 deste Decreto, o SPIED recolhe as informações para a elaboração do documento ou Plano que vai de encontro com as propostas apresentadas pela CCR, que deveriam constar do Plano Calabube.

Assim sendo, a ligação do SPIED com Direção Provincial dos Serviços de Planeamento e Integração (DPSPI) seria realizada essencialmente no sentido de assegurar os resultados deste nas atividades do planeamento regional – estudos e preparação dos contributos regionais. Portanto, as informações relativas às projeções do plano Calabube constituíam um input, já a nível da preparação dos contributos regionais para o Plano da Província de Angola. É por esta razão que os «Excelentíssimos Senhores Engenheiro Mendes da Ponte e Doutor Victor Pereira, da Direção Provincial dos Serviços de Planeamento e Integração Económica assistiram à 1ª sessão do CCR»⁸⁷

- **Direção dos Serviços de Agricultura e Florestas (DSAF) e o Instituto de Investigação Agronómica (IIA).**

Em estreita colaboração com a Secretaria Provincial de Agricultura, a DSAF e a IIA tinham por missão elaborar estratégias direcionadas no sentido de racionalizar as atividades agrárias de Cabinda. Afim de atingir estes objetivos, o Plano de ação da DSAF e a IIA previa, entre outros, a instalação do “Centro de Formação Profissional Agrário (CFPA), Centro de Introdução de Plantas Úteis (CIPU) e Centro Experimental (CE) dedicado à silvicultura, fruticultura, à forragicultura, floricultura e culturas de interesse económico, em geral, tendo em consideração as peculiares condições mesológicas do

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p. 3.

distrito de Cabinda, praticamente sob o equador”(Da Ponte, op. cit., p.3). Estas instituições formariam CODAP - Centro de Orientação e Desenvolvimento Agropecuário, para o qual “foram desanexados 1 300 há da grande Fazenda Lucola” (id.).

- **Comissão para a Gestão do Crédito Supervisionado**

Engloba o crédito para habitação e para as pequenas iniciativas. As reservas deste crédito se destinam, em princípio, ao financiamento de financiamento de construções populares. De acordo com António Mendes da Ponte (id., p.25), o crédito supervisionado funcionaria dentro da estrutura do Fundo de Fomento Agroflorestal, com uma dependência em Cabinda de apreciável autonomia.

Intervenções dos agentes

Na elaboração do programa dos seus trabalhos, a CODAP teve a ajuda de “três elementos responsáveis respetivamente pelos sectores da floricultura e da cafeicultura, da horticultura e da floricultura” (id, p.4).

Além disso, estava prevista a criação de 4 equipas de extensão rural, uma para cada divisão administrativa, para o ensino e orientação das populações, para o enquadramento técnico dos agricultores. (Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p.7). Também, os militares estavam instruídos para prestar assistência social às populações, proteção e apoio técnico (engenharia militar) aos trabalhos em curso;

Além disso, foram implantados Blocos Culturais, assistidos e amparados em especial na mecanização, fornecimento de sementes e técnicas culturais.

Orçamento

O «Plano Calabube» empreendeu novas dinâmicas coloniais, através do aumento exponencial de investimentos – quer públicos quer de particulares - e do reforço do projeto de colonização intensiva com população branca. Do custo do projeto, Mário Rodrigues (op. cit, p.1) “diz-nos que serão investidos cerca de trezentos mil contos “. De entre os financiadores/apoios, António Mendes da Ponte (1973, p.31) os investimentos públicos incluem os gastos do Estado (150 000 contos), o orçamento privativo da JAEA (40 000,00 contos) (Fonte: Da Ponte, op. cit, p.31), das Câmaras Municipais de Cabinda e de Cacongo, organismos autónomos e instituições de crédito. Como referido, o Crédito para habitação e o Fundo de Fomento Agroflorestal disponibilizaram reservas para financiamento de iniciativas de particulares.

Neste contexto, foi criado um Crédito para a habitação e para as pequenas iniciativas, tendo na primeira fase uma “reserva” de 9 000 conto, dos quais 7 000 se destinariam, em princípio ao financiamento de construções populares. De acordo com António Mendes da Ponte (id., p.25), o crédito supervisionado funcionaria dentro da estrutura do Fundo de Fomento Agroflorestal, com uma dependência em Cabinda de apreciável autonomia.

Todavia, importa sublinhar que algumas atividades, por exemplo agrícolas, foram planificadas para os custos serem suportados pelos beneficiários. Melhor dizendo, a intervenção do Fundo Agropecuário de Reserva Distrital é feita através de financiamentos diretos a projetos de famílias, cujas despesas relacionadas com a implantação os seus Blocos Culturais eram contabilizados e pagos pelos beneficiários. As fontes de

financiamento não foram apresentadas com suficientes detalhes – o que revela a existência de falta de controlo na execução deste programa.

Além disso, as «avultadas verbas dedicadas, ao povoamento» e ao aumento do número de colonos», pelo menos 26 milhões de escudos⁸⁸ não foram contabilizados no Plano Calabube.

Acompanhamento do Projeto

Como já referimos, o acompanhamento do plano Calabube estava ao cargo dos Serviços de Planeamento e Integração Económica da Província (SPIEP) de Angola, em estreita colaboração com o Ministério do Ultramar e do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Por esta razão, no seu despacho de 10/4/73, o então Secretário Provincial de Finanças e Planeamento a provou e autorizou a deslocações periódicas dos SPIEP, em princípio com intervalos não superiores a três meses, aos distritos da Lunda, Moxico, Cuando Cubango, Cunene e Cabinda, para acompanhar, tecnicamente, a execução dos esquemas de Planeamento Regional ali em curso, determinando a elaboração de relatórios regulares de situação.

4.2 Realizações e Transformações Sociais e da Vida Socio económico

Segundo António Mendes da Ponte (id., p.31),” a execução prática do Plano Calabube – 72 teve início apenas em meados do ano (1972), dado que após a sua aprovação em abril, houve que cumprir determinações legais relativamente à elaboração de projetos, abertura de concursos vários, etc.

O período que vai de 1972 a 25 de Abril de 1974 assistiu a obras desenvolvimento socioeconómico acelerado em Cabinda. No seu documento “Relatório de Uma Deslocação ao Distrito de Cabinda”, António Mendes Da Ponte (id., pp.22-31) faz referência a um vasto conjunto de realizações muito díspares. Neste relatório, e em outros documentos consultados, encontramos as seguintes execuções:

4.2.1 Instrução

No período em consideração, Cabinda assiste a um aumento significativo de “escolas (ciclo primário praticamente em todas as aldeias; ciclo preparatório nas sedes dos concelhos; ensino secundário – liceal e comercial – na capital do território, Tshiowa)” (Luemba, 2008, p.152); e foi “criada uma secção agrícola na Escola Industrial e Comercial” (Muanza – Jornal dos Povos de Cabinda, Nº 23, Setembro de 1972, p. 1). Além disso, até 1974, estavam em funcionamento 4 escolas de artes e ofícios (em Cabinda, no Buco-Zau, Necuto e Beira-Nova) e uma escola de Formação de Professores de Posto João Tiroa.

Logo no início do Plano Calabube, em 1972, foram construídos os Blocos A e C da Escola Preparatória “Barão de Puna” – 3ª fase, na cidade de Cabinda. E, em Buco-Zau, construiu-

⁸⁸ Os 26 milhões foram referidos por São Vicente (op.cit, p.223), sem, no entanto, referir-se ao Plano Calabube, tudo dando a entender tratar-se do IIIPF. São valores relacionados com 36 edifício construídos em Cabinda no quadro da urbanização, tendo por objetivo a instalação de colonos em Cabinda.

se a Escola de Ciclo Preparatório. Também, construíram-se 40 Postos Escolares Rurais⁸⁹ repartidos como segue:

Tabela Nº 1 – Postos Escolares Construídos em 1972.

Concelho	Nº de Escolas	Nº de Salas	Observação
Cabinda	11	20	mais 7 escolas do que previsto
Cacongo	10	11	mais 7 escolas do que previsto
Buco-Zau	11	12	mais 8 escolas do que previsto
Belize	7	7	mais 3 escolas do que previsto
Total	39		

Fonte: Da Ponte, 1973, p.22

Em 1973, foram criadas mais de 70 salas de aulas e construído o edifício para a Repartição Escolar e Inspeção Escolar⁹⁰.

Em consequência da criação da escola de professor de posto, do ciclo preparatório nas sedes dos concelhos e na circunscrição de Buco-Zau e do ensino secundário – liceal e comercial, houve uma verdadeira explosão do número de professores e dos alunos; e a qualidade do ensino melhorou substancialmente. Em termos estatísticos, o total dos alunos matriculados em 1972/73 é de 24 033, dos quais 15 622 alunos (seja 65% do total da massa escolarizada)⁹¹ no ensino Primário, tendo uma assistência pedagógica de 590 agentes de ensino, dispondo de 263 salas de aulas, repartidas em 188 estabelecimentos de ensino (3 escolas, 6 missões e 169 postos escolares).

A partir de 1972, a inspeção escolar foi apetrechada com uma viatura adquirida pelo plano. Nesta senda, a inspeção escolar foi reforçada com um elemento destacado entre os professores. Além disso, o Governo do Distrito avançou com a formação de professores de posto para fazer face às deficiências dos agentes de ensino

Além disso, o Plano Calabube procurou adaptar o ensino ao meio com a inclusão nos programas de ensino a difusão de um sistema de alimentação adequada e a criação de “Clubes juvenis junto das escolas primárias, voltadas para as atividades agrárias, nos meios rurais, e para os artesanatos e as indústrias nos meios urbanos. Na verdade, os clubes juvenis não passavam de Mocidade Portuguesa, que era um dos meios ao alcance do regime para reprimir as tentativas de transição para um Estado de direito democrático e de emancipação dos povos africanos. Também, encorajou-se a formação profissional das camadas jovens.

⁸⁹ Fonte: Da Ponte, op. cit., p.22

⁹⁰ Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p.8.

⁹¹ Fonte: Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p. 8

Ademais, o desporto tornou-se prioridade nas escolas⁹²; e foi incrementado «nas aldeias» e nos «clubes para a conservação dos seus parques desportivos».

No período em apreço, concomitantemente à diminuição da população com apenas o ensino Primário, assistiu-se ao aumento significativo de indivíduos com o ensino Secundário. De acordo com Elias Jesus Quadros (op. cit, p.15), “o ensino primário e secundário atinge cifras semelhantes, senão superiores, às dos distritos rurais metropolitanos”.

4.2.2 Saúde e Assistência

As realizações do Plano Calabube se enquadram na política de saúde dos Planos de Fomento que se propunha “combater as doenças tropicais e tornar algumas terras férteis para permitir a instalação de colonos brancos” (Pereira, op. cit., p.272). Assim, na vigência do IIIPF, a criação de centros de saúde referia-se como objetivo a «extensão efetiva à periferia de serviços de saúde adequados através da criação de uma rede de uma de centros de saúde» (Giraldes, 1984, p.139).

Neste sentido, de 1972 a 1974, o território de Cabinda acusou um notável crescimento das infraestruturas de saúde e uma melhoria substancial dos serviços sanitários, com as obras de ampliação e construção de dispensários e postos sanitários e o aumento dos agentes de saúde.

Com efeito, em 1972, foi ampliado o Hospital de Cabinda – 2ª fase; e as estatísticas dos dispensários, postos sanitários e enfermarias construídos se apresentam como segue:

Tabela Nº 2 – Dispensários, Postos Sanitários e Enfermarias Construídos em 1972.

Concelho	Nº de Dispensários	Nº de Postos Sanitários	Nº de Enfermaria
Cabinda	4	2	
Cacongo	5	1	
Buco-Zau	6	1	
Belize	3		1
Total	18	4	1

Fonte: Da Ponte, 1973, p.23.

Nos anos seguintes, foram erguidos mais 6 dispensários de assistência rural, um abrigo no Hospital de Vila Guilherme Capelo. Além disso, o Plano Calabube forneceu equipamentos para os 4 Postos Sanitários. Também, foi adquirido equipamento, mobiliário, 3 ambulâncias e 3 Land Rover Station adaptadas a ambulância.

Por outro lado, devida às dificuldades no apetrechamento humano dos Postos de Saúde, foram requisitados provisoriamente, em 1972, enfermeiros militares para trabalhar nos

⁹² Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p.13

Postos de Saúde. Entretanto, funcionou em Cabinda um curso de agentes de saúde; e, em 1973, conclui-se a construção da Escola de Agentes Sanitários em Buco-Zau.

Com estas realizações, em 1972-1974, os acessos aos serviços de saúde foram facilitados, tanto pelo alargamento e distribuição geográfica das infraestruturas de saúde, como pelo número crescente de quadros de saúde. Somente, em 1972, a cobertura do Distrito em Postos Sanitários ficou com um posto de assistência para 1600-1800 pessoas (Fonte: Da Ponte, op. cit., p.24). Os desenvolvimentos levaram Elias Jesus Quadros (op. cit, p.15) a afirmar, já em 1972, que “a assistência médica e medicamentosa alcança um nível que coloca à cabeça de todas as regiões africanas”.

4.2.3 Edifícios Administrativos, Urbanização e Habitações

No período em apreço, o Plano Calabube organizou e construiu edifícios administrativos, habitações populares; e empreendeu um esforço considerável na melhoria da vida urbana das povoações. A prioridade da construção de casas populares foi planeada “em centros de interesse (pólos de atração), pois numa localidade pequena (de 15 a 20 casas) não seria em princípio justificável”⁹³.

Com efeito, foram construídas a Secretaria do Posto Administrativo de Dinge, a Secretaria do Posto Administrativo de Tando Zinze e os Paços do Concelho da Vila Guilherme Capelo. Também, foram erguidas residências para funcionários em Sanga Planície e no Luali (Circunscrição do Belize).

A nível das habitações populares, a prioridade de construção foi planificada nos centros de interesse (polos de atração). Nesta perspetiva, em 1972, foram construídas 10 habitações populares: 2 em Necuto e Malembo; 4 em Buco-Zau e Belize; e 4 no Bairro Mendonça Frazão, na cidade de Cabinda. Ficaram por concluir 2 moradias na circunscrição do Belize, a que se deu concretização em 1973 (Da Ponte, op. cit., p.24). Além disso, construíram-se 27 moradias para as autoridades tradicionais, 8 no Concelho de Cabinda, 7 no Concelho de Cacongo, 7 na Circunscrição de Buco-Zau, e 5 na Circunscrição de Belize. (Fonte: id., p.25).

No tocante à vida urbana, as realizações dos Plano de urbanização foram notórias em Vila Guilherme Capelo, Buco-Zau, Belize, Dinge, Malembo, etc., relativos abastecimento de águas, energia elétrica, saneamento, lancilagem de ruas e pavimentações.

Neste contexto, foram contruídas muitas “habitações sociais através do crédito à habitação” (Luemba, op. cit., p. 152).

Como bem o afirmou Victor Pereira (op. cit., p.272), «avultadas verbas são dedicadas, direta ou indiretamente, ao povoamento», para «tornar as colónias atrativas e aumentar o número de colonos». Quando Angola se tornou independente, em Cabinda, “a construção civil estava em crescimento, com 36 edifícios construídos no valor de 26 milhões de escudos. Da superfície coberta de 11 529 m², apenas cerca de 19 por cento eram para habitação no valor de 4 milhões de escudos (15% do total)” (Vicente, op. cit., p.223).

⁹³ Cf Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p.10

4.2.4 Abastecimento em Águas e Eletrificação

A natureza dos setores – em especial, habitação, povoamento, agricultura e indústria - e o seu papel estratégico ocasionou importantes investimentos para «oferecer energia elétrica barata» e «permitir o abastecimento de águas à cidade e às povoações». Além disso, o Governo do Distrito tinha grande interesse implementar «culturas de regadio» (Acta, p. 6) no seio das populações.

Abastecimento de Água

Em 1972, beneficiaram de fornecimento de água 8 povoações, tendo ultimado o abastecimento a núcleos populacionais periféricos da cidade de Cabinda e da Vila Guilherme Capelo. Nesta senda, foram construídos 11 “blocos de água”: no Concelho de Cabinda, 1; no Concelho de Cacongo, 2; na Circunscrição de Buco-Zau, 5; e na circunscrição do Belize, 3, faltando ainda por concluir 1. Estava previsto o abastecimento de outras povoações, que aguardam a necessária eletrificação.

Fora da cidade de Cabinda, é só no Belize que existia estação de tratamento de água. Portanto não se fazia o tratamento das águas, admitindo que muitas das utilizadas nos abastecimentos fossem menos próprias para o consumo humano. Por esta razão, as captações eram feitas nos locais onde normalmente se abasteciam as populações, e procurando, sempre que possível, que tais abastecimentos fossem feitos a partir de nascentes e por gravidade. Deste modo se justifique que, ao recorrer a bombas, estas deviam ser manuais, já que as acionadas por motores acarretavam sérias complicações.

Eletrificações

Em 1972, beneficiaram de trabalhos de eletrificação as povoações rurais de Buco-Mazi, Fútila, Simulambuco, Vala, Chiaze, Chinga e Caio; e, em 1973, foram eletrificadas as povoações de Tando Zinze, e Quissamano (Circunscrição de Buco-Zau).

Por outro lado, em 1972, foi adjudicada a instalação da linha de alta tensão entre Malembo e Vila Guilherme Capelo, cujos trabalhos foram concluídos em setembro de 1973.

4.2.5 Atividades e Apoios Agropecuários

O Plano Calabube consagrou ao sector agrícola um tratamento especial, tendo em conta o facto de que “a grande maioria da população de Cabinda exercia a sua atividade na agricultura” (Rodrigues, 1973, p.1).

Para o efeito, “o projeto adquiriu 2 tratores Massey Ferguson equipados com charrua reversível, grade e semeador, um trator de esteiras HD 11 e 2 Land Rover Station Wagon 88/D” (Da Ponte, op. cit., p.27). Além disso, “as criações, baseadas em raças Dahomey e Dama e ainda em gado “nativo” oriundo de Angola foram estabelecidas na zona da savana com menos arbustos, desde o nível do mar até aos 200 metros de altitude” (id., p.44).

Também, criaram-se equipas de extensão agrícola, as quais desenvolveram as suas atividades em zonas antecipadamente consideradas como mais vantajosas para virem a ser verdadeiros polos de atração (Rodrigues, op. cit., p.1). Outro aspeto parece digno de nota, até por ser impacto na educação dos jovens: criação do Centro de Fomento Agrícola na região de São Vicente de Manzala, a oito quilómetros de Cabinda, no vale do rio Lucola, e para o qual estavam já destinados cerca de 1.000 hectares de terreno. Estava

previsto passar a funcionar, neste centro, a Escola do Práticas Agrícolas, que, naquele momento, estavam a funcionar como Secção da Escola Comercial e Industrial Silvério Marques.

E podemos sublinhar três atividades fundamentais levadas a cabo pelo projeto em termos de apoio técnico:

- Prestou-se apoio técnico aos agricultores dos blocos culturais do Iabe e à fábrica de descasque de café no Bonde Grande (em construção) (Da Ponte, op. cit., p.27);
- Concederam-se facilidades na aquisição de sementes seleccionadas e adubos a alguns agricultores mais progressivos (id.);
- Atuação de uma equipa de extensão rural fornecida pela DAF, desde Julho de 1973, os custos estando avaliados em 800 contos (Fonte: id., p.28.)

António Mendes da Ponte (id.) sublinha que “os resultados obtidos no “bloco” do Iabi não foram muito brilhantes porque das sementes enviadas de Luanda (feijão, gergelim e amendoim) algumas delas perderam, entretanto, o seu poder germinativo”. Também, o autor salientou a necessidade de um Eng^o agrónomo com boa experiência de campo para ocupação de exclusiva na extensão rural.

4.2.6 Transportes e Comunicações

Estradas, Caminhos Rurais e Pontes

Deram-se grandes melhoramentos na modernização das vias de comunicação: abriram-se picadas; foram executados trabalhos diversos de construção, ampliação ou reparação de estradas; se multiplicaram as estradas alcatroadas; e construiu-se a ponte sobre o rio Chiloango, no Sócoto.

Observe-se, as estradas, em especial as picadas abertas em Cabinda, no quadro do Plano Calabube, asseguravam às tropas portuguesas comunicações rápidas e fáceis. É o caso, por exemplo, em 1972, da abertura da estrada do Buco-Zau/Sangamongo, que beneficiou do apoio da engenharia militar e da proteção prestada pelas tropas portuguesas ao homens e máquinas, foi sobretudo para facilitar a movimentação das tropas portuguesas numa área em que se registavam frequentemente emboscadas dos guerrilheiros do MPLA.

Até 1974, Cabinda possuía 235 km de rodovia de boa qualidade (Fonte: São Vicente, op.cit., p.207), tendo desenvolvido uma rede de comunicação asfaltada que liga Cabinda a Lândana, a Massabi, a Dinge, a Necuto, a Buco-Zau e a Miconge. Além disso, começou-se mesmo trabalhos nas picas de Buco-Zau/Sangamongo, passando por Chimbete, e aquela de Necuto/Ganda-Cango, passando por Viede, para uma eventual asfaltagem; mas com o movimento do 25 de Abril de 1974, estes trabalhos ficarão paralisados até hoje.

Ponte-Cais e Ampliação do Aeroporto

Houve obras de melhorias das pontes Cais de Cabinda e da Vila Guilherme Capelo e de ampliação do aeroporto de Cabinda.

Por outro lado, foram efetuadas melhorias de alguns aeródromos existentes e construídas pistas para helicópteros em Bucu-Zau, Necuto, Sanga Planície, Bitina, Luáli e Sanda-Massala.

Imprensa local, Radiodifusão e Comunicações

O interesse em vulgarizar as ações desenvolvidas no âmbito do Plano Calabube fez surgir, no dia 26 de março de 1972, o semanário “Jornal – Muanza Jornal dos Povos de Cabinda”. Este jornal era anónimo, em virtude do contexto de Guerra. Na verdade, Elías Jesus Quadros da Secção Psicológica do Comando Sector de Cabinda foi o grande impulsionador deste semanário.

Além disso, foram construídos dois postos de retransmissão da Rádio, em Vila Guilherme Capelo e na Serra do Muabi (Belize), com vista à uma eficiente cobertura radiofónica no território de Cabinda.

4.2.7 Pesca, Artesanato e Turismo, Comércio e outros Empreendimentos

A pesca, o artesanato e o turismo não conheceram grandes desenvolvimentos, apesar de as autoridades coloniais terem mostrado interesse em desenvolver estes sectores. A Ata Nº 1 da Sessão da CCR (p.13) fala de alguns empreendimentos previstos no Plano Calabube. Para incentivar o turismo e o artesanato, se previa-se: a construção de um «Parque de Campismo nas imediações da cidade»; efetuar arranjos na «Baía do Malembo», que possam atrair turistas; criar “uma zona de proteção à natureza, por forma a puderem ser apreciadas algumas espécies, devidamente identificados, incluindo arvores, que pela sua dimensão, sejam dignas de apreço; e instalar

A nível das pescas, estava previsto: organizar a formação profissional de pescadores⁹⁴, em 1974, curso esse que seria administrada pelo Instituto de Pescas; «aumentar a frota de barcos»; e a instalação de «fábricas de transformação de peixe»; organizar um sistema de «conservação e de distribuição de peixe no interior do território de Cabinda».

Até 25 de Abril de 1975, não foram registados muitos empreendimentos na área das pescas, do turismo e do artesanato, devido a constrangimentos ligados às opções estratégicas do Governo Distrito de Cabinda e do Governo Provincial, em Luanda. No tocante ao sector das pescas, devemos referir, sobretudo, a falta de apoio industrial. A este respeito, sublinha António Mendes da Ponte (op. cit, p.30): “A pesca artesanal não podia progredir enquanto não existir o apoio industrial que garante a conservação ou a transformação das quantidades que excedem o consumo local”.

De acordo com o autor (id.):

“O apoio industrial permitiria o fácil abastecimento das populações do interior que já dispõem ou vão dispor, de uma eficiente rede de estradas, sendo de admitir que até mesmo os territórios vizinhos pudessem vir a ser abastecidos. O Instituto das Indústrias de Pesca já terá encarado a instalação de câmaras frigoríficas e de instalações para secagem artificial do pescado. Havia duas firmas interessadas em instalar a indústria de pesca em Cabinda, mas de momento parecem desinteressadas.”

⁹⁴ O curso se destinava a dar conhecimentos sólidos de navegação e da técnica de pesca, com a duração de seis meses.

De entre as poucas realizações turísticas e artísticas do Plano Calabube, temos alguns arranjos na praia do Malembo, nomeadamente no que respeita aos acessos e a arrumamentos do lugar, graças aos trabalhos da Câmara Municipal de Cabinda, que disponibilizou «máquinas, pessoal, etc.» (Acta Nº 1 da Sessão da CCR, p.13). Também, o Instituto do Trabalho criou o bairro do artesanato, junto ao caminho para o aeroporto.

No atinente ao desenvolvimento das atividades comerciais, registou-se sobretudo o impacto criado pelo fluxo de colonos e o desenvolvimento das vias de comunicação.

Na verdade, o fluxo de colonos, que se fixavam, sobretudo, no eixo do poder de Cabinda e Vila Guilherme Capelo, resultou em incremento de obras de infraestruturas – «rasgar estradas, produzir energia, facilitar comunicações, fomentar mercados» (Pereira, o. cit., p.274) -, para favorecer a sua instalação, e fomentou mercados, em especial o mercado de emprego, pelas oportunidades que ofereciam as potencialidades de Cabinda – agricultura, pesca, exploração de madeira, comércio, etc.

Neste contexto, o desenvolvimento da atividade industrial, de comércio e de serviços, surge paralelamente à atividade agrícola como forma de melhorar substancialmente o nível de vida das pessoas. António Mendes da Ponta (op. cit, p.12) sublinha que, em 1973, na Fazenda de Sassa-Zau, os trabalhadores do Zaire “ganham 25\$00 na agricultura e desde 37\$50 até 60\$00 diários”; e, em julho de 1974, - mês da comemoração de 70º aniversário da Companhia de Cabinda – “a maioria dos colaboradores da empresa viu os seus salários melhorados e centenas de trabalhadores rurais passaram a receber 10 por cento mais que o salário mínimo determinado por lei”⁹⁵. Esta situação revela que nas fazendas da Companhia de Cabinda se assiste a um aumento significativo do salário, tendo em conta o facto de que, nos finais dos anos 50 e primórdios dos anos 60, o salário mensal nos trabalhos na fazenda era 2\$50. Trata-se de melhorias sociais que, de alguma forma refletem o impacto das novas ideologias sociais do pós-II Guerra sobre as opções coloniais do Estado Novo, na sequência da eclosão da Guerra colonial.

Por outro lado, na sequência do desenvolvimento das vias de comunicação e da fase de crescimento do liberalismo nas colónias⁹⁶, há cada vez mais autóctones com iniciativas comerciais e meios de transporte próprios; e passou-se a viajar mais rápido. A circulação de pessoas, de mercadorias passou a fazer-se de modo mais rápido, barato e seguro. Desenvolvem-se atividades comerciais com os dois Congos, em especial nas fronteiras do Yema, do Zenze do Lucula, do Massabi e do Necuto. A este respeito, António Mendes da Ponte (id., p.19) “, refere às atividades comerciais na fronteira do Necuto como sendo um mercado que “estendia-se pela estrada asfaltada, e distribuía-se inclusivamente pelas lojas um pouco mais isoladas, onde não deixava de chegar o homem do fisco, para cobrar 1\$00 de terrado”.

Observe-se, o Plano Calabube, assim como todos Planos de Fomento, “mesmo se não tinham metas quantitativas como os planos quinquenais soviéticos e asseguravam respeitar a liberdade de empreendimento do setor privado, apresentavam-se como guias da atividade económica no caminho do crescimento económico” (Pereira, op. cit., p.251).

⁹⁵ Cf Boletim Oficial de Angola, Segunda-feira de 1974, III Série – Número 151, p.2071.

⁹⁶ Com a aplicação do Decreto-lei nº 44 016, que consagra a integração económica antes do 1 de janeiro de 1972, uma zona escudo é constituída. Inicia-se assim uma fase de crescimento do liberalismo nas trocas comerciais e monetárias entre as colónias e a metrópole. Esta fase acabou por criar aberturas com os dois Congos.

É assim que deixa de haver comerciantes do mato, e aparece uma pequena burguesia autóctone emergente, em várias partes do território, que desenvolve timidamente atividades comerciais atrás dos comerciantes coloniais portugueses. De entre esta burguesia, temos vários autóctones a quem as autoridades coloniais concederam o alvará comercial⁹⁷.

4.2.8. Despesas

A ventilação dos custos calculados a partir de informações recolhidas no artigo de Mário Rodrigues (op. cit., p. 1) e nas informações facultadas por António Mendes da Ponte (1973) se apresentam como segue:

Tabela Nº 3 - Ventilação dos Custos do Plano Calabube

Rúbricas	Valores em Contos
Instrução e Educação	5 656
Saúde e Assistência	6 070
Edifícios Administrativos, Urbanização e Habitações	3 920
Abastecimento em Águas e Eletrificação	6 294
Apoio Agropecuário	4 210
Estradas, Caminhos e Pontes	81 464
Imprensa Local, Radiodifusão, Comunicação	3 000
Outras Despesas	189 386
Total	300 000

Fonte: António Mendes da Ponte (1973, p.31) e

Estas despesas incluem 40 contos do orçamento privativo da JAEA e cerca de 260 000 gastos pelo Estado. Portanto, não inclui os gastos das Câmaras Municipais de Cabinda e Cacongo, nem tão pouco os valores do crédito para habitação e para a agricultura. Além disso, como acima sublinhado, o Estado investiu cerca menos 26 milhões de escudos⁹⁸ relacionados com a construção de 36 edifícios que não foram contabilizados no Plano Calabube.

Todavia, o Plano Calabube não foi implementado sem dificuldades.

⁹⁷ De ente os autóctones de renome a quem as autoridade coloniais cederam Alvarás Comerciais, temos: o sr. Grilo, no Ganda-Cango; os srs. António Carvalho, no Mongo-Macongo (Necuto); António Tchicala, no Buco-Chivava (Necuto); Ruben, no Buco-Cango (Necuto); os srs André Luís Muanda “Tsikanzama”, Carlos Pezo e Alberto Capita Nionje, no Zenze-do Luculo (Tando Zinze); os Srs Manuel Bunvu e Joaquim Daniel, no Chiobo (Tando – Zinze); e o sr António Nuema, no Cácata (Tando-Zinze).

⁹⁸ Estes valores foram referidos por São Vicente, sem especificar o projeto, tudo dando a entender tratar-se do III PF.

4.2.9. Dificuldades, Constrangimentos

Desde 1972, o Plano Calabube evoluiu ao critério de numerosas dificuldades relacionadas com: os constrangimentos dos recursos naturais – pobreza dos solos, situação pluviométrica e estrutura dos cursos de água; o processo de planeamento; o estado das infraestruturas materiais.

Com efeito, a pobreza dos solos não permitiu aos agricultores operar com eficiências as suas atividades. Na verdade, Cabinda tem os “solos com baixo nível de fertilidade em toda a zona de savana e com exagerada acidez em praticamente todo o território” (Da Ponte, op. cit., p.46). A este respeito, António Mendes Da Ponte (id.) sublinha a “necessidade da restauração da sua fertilidade e da dificuldade da manutenção desta desde que a utilização do solo não seja feita através de floresta, ou de espécies arbóreas e arbustivas permanentes que asseguram o seu sombreamento e reduzam a rápida decomposição da matéria orgânica”.

A estrutura latifundiária é defeituosa, revelando a existência simultânea de latifúndios não razoavelmente aproveitados e a existência do minifúndio fragmentado a impedir a mecanização agrícola.

Quanto à situação pluviométrica, há chuvas intermitentes ao longo do ano e ao longo dos anos, com alternância de períodos de excesso de humidade com período de carência hídrica no solo, nomeadamente na zona litoral e em especial para as culturas anuais.

O aproveitamento dos regadios, que «revestiu de particular interesse» para a Repartição Distrital de Agricultura e Florestas, não chegou a ser implementado, “uma vez que a maioria dos cursos de água do Distrito correm em zonas alagadiças com pequenos declives, raras quedas de água e, por vezes, em cotas muito inferiores aos terrenos suscetíveis de serem regados”⁹⁹.

O então chefe da Repartição Distrital de Agricultura e Florestas, o Eng^o Fernando Marçal Cameira citou, no entanto, alguns “rápidos com interesse, tais como: o de Talibeca para as regiões de Talibeca e Talicumbo; e as quedas do Wzanze, Lucucuto e Lufumbissa, no rio Lubinda”. Porém, não tendo chegado a um consenso se a população local estava interessada com a cultura de regadio, a CCR acabou por não adotar a implementação da cultura de regadio em Cabinda.

A nível do processo de planificação, teve dois casos em que, em termos de recursos humanos, algumas atividades foram planificadas sem horizonte temporal, como se fossem ocorrências não surgidas no processo de planificação, mas antes enxertadas nele. Em primeiro lugar, o apoio técnico agropecuário não esteve à altura de assegurar todas as suas funções. Por esta razão, tornou-se necessário um Eng.^o agrónomo com boa experiência de campo para ocupação exclusiva na extensão rural. Outro caso aspeto digno de nota: temos os afogos surgidos na construção de estradas, devido a falta de pessoal técnico.

Em seguida, os equipamentos pesados da JAEA se arruinaram e não tinham sido previstas requisições para a sua substituição. Por esta razão, o Plano Calabube teve

⁹⁹ Cf Acta N^o 1 da Sessão da CCR, p.6

estrangulamentos, que comprometeram a asfaltagem de algumas estradas, entre as quais a estrada Buco-Zau/Sangamongo, passando por Chimbete, e aquela de Necuto/Ganda-Cango, passando por Viede. Admitiu-se que os estrangulamentos surgidos na asfaltagem destas estradas foram também ocasionados pela falta de pessoal técnico.

Finalmente, de 1972 a 25 de abril de 1974, pouca vida teve o «Plano Calabube» em Cabinda; e acabará por ser interrompido brusca e precocemente pela Revolução do 25 de abril, sem poder realizar muitos empreendimentos planificados.

4.3.A Filosofia Colonial do Estado e as Transformações Socioculturais do Plano Calabube.

A implementação do Plano Calabube sofreu constrangimentos ocasionados por dois factos fundamentais já evocados. Em primeiro lugar, temos a problemática do desenvolvimento que se coloca em termos de assentar a dominação da metrópole para garantir o crescimento económico e a manutenção das colónias, o que acabou por condicionar o Plano CALBUBE aos interesses da Metrópole. Em segundo, lugar, temos a questão da hegemonia cultural, uma estrutura de relações sociais e culturais de domínio e de exploração – «a subalternização das colónias em relação à Metrópole».

Deste modo, o aspeto negativo mais marcante do plano de Calabube foi a perda da soberania (autoridade) e independência política e económica dos autóctones. Estes perderam o direito a traçar planos de desenvolvimento para os seus países, bem como a tomada de decisões, porque é apenas o governo colonial que ditava as regras de governação. Portanto, os autóctones africanos foram impedidos de exercer a sua cidadania nos seus próprios países.

Esta situação acabou por afetar o desenvolvimento das infraestruturas locais e operar transformações socioculturais.

4.3.1. A Dominação da Metrópole e o Desenvolvimento das Infraestruturas Locais

Assim como todos os projetos regionais dos territórios então sob a soberania portuguesa, o «Plano Calabube» estava integrado no processo global, porque o Governo português encarava os processos do desenvolvimento socioeconómico das colónias ultramarinas em conjunto, isto é, “tanto sectorialmente como geograficamente” (Pereira, 2013, p.252).

Nesta ordem de ideias, as propostas para o Plano Calabube eram condicionadas pela autocensura incorporada pelos técnicos do SPIED, em Cabinda, e pela censura exercida pelo SPIEP, em Luanda, e pelo Governo Metropolitano, em Lisboa. A censura era, sobretudo, por não ter “substituído uma política económica caracterizada pelo «primado do político» e por ser opaca, ineficiente, bloqueadora da inovação, do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida da população, privilegiando interesses privados, por vezes arcaicos, em detrimento do que lhes parecia constituir o interesse da maioria dos portugueses”, como notou Victor Pereira (Pereira, 2013, p.253), a propósito dos Planos de Fomento.

Pode dizer-se, na meta da censura está a problemática do desenvolvimento das colónias que se coloca em termos de assentar a dominação da metrópole e a manutenção das colónias, face às exigências ideológicas do II Pós-Guerra e à eclosão da Guerra Colonial. Nesta senda, “o que era considerado como um «desvio» gravoso devia ser corrigido com a retificação de alguns aspetos repulsivos das colónias africanas” (Pereira, 2013, p.272).

A estratégia da censura encontrou a sua mais vigorosa expressão no «envio maciço de colonos», que é o «estímulo impulsionador da civilização», e na política do «condicionamento industrial» com que as autoridades colónias protegiam os seus setores mais modernos em detrimento do desenvolvimento industrial das colónias.

Com efeito, uma das mezinhas das elites do Estado Novo para fortalecer a soberania portuguesa em territórios ultramarinos de África era o envio maciço de colonos. Os objetivos visados eram equacionar e, por conseguinte, resolver os problemas regionais; e, assim, as colónias começariam a emergir do seu entreamento secular e aproximariam em muitos aspetos, dos padrões europeus. «Sem o aumento da população portuguesa, sobretudo metropolitana – irradiante de poder assimilador, que há-de aglutinar à sua volta os restantes elementos, cada vez mais os identificando com o padrão original lusitano – não se pode contar com o verdadeiro progresso, incluindo nele a defesa eficiente e permanente dos territórios e sua perfeita nacionalização», dizia Manuel Sarmiento Rodrigues (1953, p.91) na sua apresentação do IPF.

E, a partir de 1961, com o começo das guerras coloniais, “as indústrias são incentivadas no Ultramar” (id.). Algumas autoridades provinciais, entre as quais, o Almirante Sarmiento Rodrigues¹⁰⁰, governador-geral de Moçambique na altura, procuraram ativamente empresários para investir na industrialização das colónias. E, o IIPF “prevê investimentos privados de 5 372 000 contos em Moçambique e 3 360 600 em Angola” (id., p.278).

Consequentemente, a riqueza nacional das colónias cresceu de volume em termos absolutos. No período 1960 - 1973, a taxa de crescimento do PIB de Angola) foi de 7% ao ano¹⁰¹. E como nota Victor Pereira (op. cit., p.278), “o crescimento industrial em Angola e Moçambique é muito importante nos anos 60 e acentua-se ainda mais depois de 1971, quando a liberalização das trocas iniciada em 1961 é posta em causa”. Porém, a filosofia colonial que impregnava o Estado Novo deu origem a que desse crescimento resultasse o agravamento dos desequilíbrios entre o litoral e o interior de Cabinda e a que neste território não se erguessem grandes infraestruturas industriais.

Quanto ao agravamento dos desequilíbrios, este está estreitamente ligada a uma tendência secular dos colonos brancos em se fixar em meios urbanos. «Os colonos europeus preferiam largamente viver nas cidades e pouco interesse tinham por colónias agrícolas cujas terras não eram sempre bem escolhidas (como foi o caso do colonato de Cela)», sublinha o relatório do Conselho Superior de Fomento Ultramarino¹⁰². E, no caso de Cabinda, a grande maioria da classe popular portuguesa tinha sempre preferido procurar uma vida melhor no litoral, sobretudo, na cidade de Cabinda e na Vila Guilherme Capelo. Favorecida pelo especial regime alfandegário, a cidade de Cabinda é fundamentalmente

¹⁰⁰ Consta que o Almirante Sarmiento Rodrigues se teria deslocado a Portugal para pedir por todos os santos que se soubessem de gente que estivesse interessado na indústria o governo cedia-lhes os alvarás.

¹⁰¹ Fonte: Maria Jardim, ver site: <https://tudosobreangola.blogspot.com/2010/04/breve-historia-de-angola-1900-1960.html>

¹⁰² Ver relatório nº 3/62 do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, Arquivo do Instituto de Cooperação Portuguesa.

um grande centro comercial; e as pequenas indústrias, as explorações florestais têm a administração na cidade de Cabinda.

Assim, pelo «envio maciço de colonos» para «cimentar a soberania portuguesa» em Cabinda, o grosso dos investimentos privilegiaram os centros urbanos, que seriam zonas de referência na expansão dos estilos de vida urbana muito largamente inspirados dos modos ocidentais, em detrimento das áreas suburbanas. Melhor dizendo, o governo português apostou na construção de vários edifícios públicos e bairros residenciais que formaram a parte central da cidade, situação essa compreensível sobretudo pelos “rótulos ideológicos” que privilegiavam os centros urbanos em detrimento das áreas suburbanas.

Entretanto, há crescimento acelerado da cidade de Cabinda, com o incremento das atividades administrativas e comerciais e da atração de população, nomeadamente de rurais do território; e a cobrança dos impostos no campo e a procura de melhores condições de vida levaram um número elevado da população camponesa a emigrar para a cidade de Cabinda e Vila Guilherme Capelo, culminando com maior crescimento destas.

Por conseguinte, foi reforçada a nova configuração geográfica do espaço territorial cabindense que, desde 14 de Julho de 1887, conferiu Cabinda e Vila Guilherme Capelo o estatuto de «grande metrópole cabindense», em detrimento da aldeia (buala), que, na tradição de Cabinda das populações do interior, era o lugar adequado para a produção de bens de subsistência. Além disso, com a população campesina que acorre à cidade, e vai viver na imensa favela, a agricultura de subsistência perde o lugar tradicional na economia de Cabinda, para ceder lugar à economia do petróleo; a idade do ouro negro começava assim a substituir a era da agricultura (café, cacau, palmeira de dendém) e da exploração florestal (madeiras ditas exóticas).

Em 1972, Elias Jesus Quadros (op. cit., p.19) descreve a cidade de Cabinda «com uma população de nove milhares e meio de habitantes, acrescida de mais doze mil almas que vivem na faixa suburbana», como «sendo considerada entre as cidades que mais crescem, anualmente, em toda a Angola». Trata-se de uma cidade cercada de bairros sem um nível coerente de planificação, com uma estrutura suburbana que forma o mundo dos deserdados – “um amontoado de casas feitas em condições precárias, em locais sem vias de acesso, à mercê das erosões, sem água canalizada, sem eletricidade nem redes de esgotos, sem escolas nem centros médicos, sem espaços verdes nem campos desportivos; seja, sem a mais insipiente e longínqua perspectiva de urbanização, de conforto e de dignidade humana: um mundo da promiscuidade, degradação, decadência e irreversível pauperização (Luemba, op. cit, p.162).

No atinente à falta de grandes infraestruturas industriais em Cabinda, esta situação é devida ao «condicionamento industrial» a que estavam submetidas as colónias. Com efeito, desde 1936, o «condicionamento industrial» “impediu que as colónias pudessem fazer concorrência à indústria portuguesa, que, no entanto, via-se obrigada a comprar matérias primas das colónias, cujos preços e qualidade nem sempre eram melhores” (Pereira, op. cit., p.276). Certo, até aos anos 60, algumas indústrias foram autorizadas, mas “as autorizações foram concedidas a conta-gotas” (id., p.277). E a liberalização, criada em 1961, não alterou a assimetria das trocas comerciais entre a metrópole e as colónias; pois “a metrópole podia comprar matérias-primas noutros mercados, enquanto

as províncias ultramarinas eram compelidas a comprar no mercado português os bens de equipamentos e os produtos manufaturados que necessitavam” (id., p.278).

Nesta senda, a metrópole portuguesa conservou para si os setores da produção mais atualizados, aqueles que lhe permitiam participar nas transações comerciais com a Europa; e “deixa às colónias as indústrias menos modernas, que necessitam de uma mão de obra menos qualificada, como parte da indústria têxtil e a pequena metalurgia” (ibidem). E, em 1972, o governo português protege as suas exportações nos mercados europeus, assinando um acordo comercial com a CEE. Os dados do período 1960-1974 são bem ilustrativos das dinâmicas das transações comerciais entre Portugal e os países europeus: “em 1960, a CEE representava 39% das importações e 21% das exportações, a EFTA, 20% das importações e 20% das exportações e a África portuguesa, 14% das importações e 25% das exportações; em 1973, a CEE representava 45% das importações e 48% das exportações e as colónias portuguesas apenas 10% das importações e 15% das exportações” (Pereira, op. cit, p.269)¹⁰³.

Entretanto, nos anos 60 e princípios dos anos 70, os então governantes de Cabinda estavam vivamente interessados nas possibilidades que ofereciam as potencialidades de Cabinda - agricultura, pesca, fosfato, petróleo, exploração de madeira, etc. Porém, na sequência dos Planos de fomento, o objetivo marcante do Plano Calabube, é manter a colónia de Cabinda sob dependência da colónia angolana por via de um desenvolvimento não endógeno e de uma melhoria das condições sanitárias e socioeconómicas das populações, ações que se tornaram uma nova forma de legitimação do poder colonial. Para tanto, se engajaram a preparar os nativos para o cultivo dos produtos de exportação, incentivando o trabalho livre, mas sem ter em conta as potencialidades e necessidades locais.

Nesta senda, as opções estratégicas da metrópole e das autoridades do Governo da província ultramarina de Angola iam apenas no sentido de «condicionamento industrial» e de especializar este território na produção das suas ricas e numerosas matérias-primas. Ou seja, a economia tradicional comunitária ou de subsistência foi totalmente desarticulada quando do ingresso de cultivos eram destinados exclusivamente para o sustento e bem-estar das carências das metrópoles. Por esta razão, como podemos observar nas realizações acima apresentadas, o Plano Calabube não fez qualquer investimento nas indústrias transformadoras; e as verbas concedidas às eletrificações foram sobretudo no sentido de permitir a instalação do colonato de Cabinda e de melhorar as condições de vida das populações locais.

É assim que o sistema dos transportes da cidade de Cabinda e da Vila Guilherme Capelo foi concebido para atender às demandas da metrópole lusitana, por serem duas localidades com potencial portuário para o escoamento da produção local. Por isso, a política agrícola e florestal estava subentendida uma política dos transportes. Pode dizer-se, a melhoria dos sistemas agropecuário e florestal ocasionariam o incremento dos produtos de base, que atenderiam as necessidades do mercado da metrópole. A rede viária asfaltada, as estradas e as picadas, as ponte-cais de Cabinda e da Vila Guilherme Capelo, as empresas

¹⁰³ Dados recolhidos por Victor Pereira em António José Telo, «As relações Internacionais da transição», in José Maria Brandão de Brito (ed), *Do Marcelismo ao fim do império* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1999), pp. 225-267.

como Companhia de Cabinda e Manuel Joaquim Antunes Garcia¹⁰⁴ asseguram a ação da força onde ela por qualquer circunstância se torne necessária e dão assim segurança ao comércio com a metrópole.

Deste modo, e na sequência do «condicionamento industrial», seria desencorajada a indústria local, e, por conseguinte, a produção industrial da metrópole inundaria o mercado local. Por esta razão, não foi construída qualquer via férrea em Cabinda; e a rede viária foi delineada para escoar produtos exportáveis e para fins político-militares. Além disso, no 15 de janeiro de 1974, o Eng.º Santos e Castro, governador-geral de Angola na altura, lançou a primeira pedra do que deveria ser o porto de longo curso de Cabinda. Apenas iniciada, a obra conheceria grandes dificuldades com o 25 de Abril de 1974, e ficará paralisada logo.

Em suma, agravaram-se as assimetrias regionais, ao contrário do que se passou com a educação e a agricultura, não se tendo verificado qualquer inovação em relação à situação anterior podendo até dizer-se que houve um certo empobrecimento metodológico. E as infraestruturas de comunicação não servem integralmente a produção para o mercado interno, estando concebidos para o escoamento de produtos exportáveis e com objetivos militaristas. As vias no interior dos postos administrativos são, na sua maioria, caminhos e picadas, que não permitem uma rápida circulação de pessoas e bens.

Importa, apesar de tudo, interrogarmo-nos se a hegemonia cultural subjacente ao Plano Calabube teve algum impacto na cultura cabindense.

4.3.2. A Hegemonia Cultural e a Experiência Cultural Local

Do que precede, ressaí que o colonialismo como discurso de poder está estreitamente ligado à missão civilizadora como retórica eufemística de uma prática de dominação: tudo, porém, sob o auspício da conjectura salvífica de investimentos e do trabalho redentor. Enquadrado por um conjunto de preceitos e disposições legais que justificavam as modalidades da sua atuação nas colónias (alegadamente legítima, coerciva, necessária, opressora e artificialmente indutora), a noção de desenvolvimento e os discursos sobre os indicadores supostamente salvíficas e redentoras para o indígena africano, foram mobilizados em benefício de um sistema discursivo que sacralizava a suposta autoridade da própria ideia de missão civilizadora.

Nesta senda, a expressão «missão civilizadora dos autóctones» – uma dinâmica muito expressiva, que se impôs às circunstâncias e que, por essa via, se aproxima de “estruturas de relações sociais de domínio e exploração entre grupos de diferentes identidades -, tem o mesmo valor semântico que transformação do «africano» e para o reestruturar à semelhança do europeu, dito disciplinado, organizado, manifestando e regendo-se por velhos e novos hábitos de consumo, em suma, detentor de uma «racionalidade» económica e cultural”.

Assim, a intervenção portuguesa repousou sobre um certo número de crenças e mitos que, se bem que fundadas sobre análises ingénuos e erróneas, se desenvolveram em uma verdadeira ideologia: por submeter as experiências e as diversidades locais à norma

¹⁰⁴ Manuel Joaquim Antunes Garcia era o proprietário da frota de autocarros de todo o território de Cabinda.

epistemológica colonial. Destarte, as doutrinas coloniais, ao justificarem os investimentos nas colónias e a exploração da mão dos autóctones, faziam-no em simultâneo com a construção de representações discursivas tendentes a instaurar a crença na inferioridade do africano: uma inferioridade que seria supostamente corrigida, em parte, pelo estímulo impulsionador da racionalidade e civilização ocidental.

Na verdade, tratava-se de um tipo de discurso que, ao tentar justificar as realizações a favor de uma economia colonial especializada em produtos de base, fazia-a com recorrência à produção de representações coloniais degradantes e à compilação de estereótipos inferiorizantes do nato como ser portador de uma natureza (indolente, ociosa, preguiçosa,...) que era necessário depurar e corrigir pela via dos modelos de trabalho e de vida inspirados dos modos ocidentais. A respeito dos aspetos culturais, económicos e sociais da vida dos natos do Distrito de Cabinda, António Mendes da Ponte (op. cit, 1973) fala do «conceito generalizado de que os “cabindas” não são amantes do trabalho» (p.5), e sublinha a necessidade de «alicerçar racionalmente» (p.3) as «atividades agrárias» (p.3); e Eng^o Fernando Marçal Cameira estima que «a população de Cabinda não está mentalizada para a agricultura» (Acta N^o 1 da Sessão da CCR, p.4).

Para a condução do trabalho colonial, foram delineadas: propostas legais e estudos da identidade cultural dos autóctones, na sequência de pressões internacionais; e propostas pretensamente instrutivas e educativas, que, também se apoiavam sobre a crença na inferioridade natural do autóctone na assimilação de um tipo de conhecimento mais literário e humanista.

A nível das disposições legais e normativas, foi notória um desfile de leis e decretos, tal como sublinhado nas páginas precedentes, tendo por objetivo adequar e legitimar cosmeticamente a prática colonial arcaica de que Portugal era constantemente acusada. Na sequência desta legislação, foi concebida a ideia do Plano Calabube e criada em Cabinda a CCR, que pretensamente se destinava a inclusão e a discussão das comunidades e cidadãos sobre as decisões que afetavam as suas vidas, mas orientada para uma estratégia de ação e de “motivação” dos autóctones. Por esta razão, as autoridades tradicionais foram representadas apenas por João Barros Hespagnol, do Concelho de Cabinda, e pelo Regedor Nosso Baquisse¹⁰⁵, da Circunscrição de Buco-Zau. Na verdade, em todos os serviços administrativos públicos e organismos corporativos do Distrito de Cabinda estavam exclusas as elites autóctones a exercer funções de responsabilidade, o que fez com os homens de cor não integrassem o CCR, à exceção destas duas autoridades tradicionais, que gozavam da confiança das autoridades tradicionais.

A nível do ensino, afigurava-se necessário educar os espíritos e tornar as populações autóctones dóceis através de uma educação manual, profissional, operária e técnica, virada exclusivamente para a rentabilidade capitalista da exploração imperial, o que repercutia, conseqüentemente, na perpetuação das relações de poder e de dominação

¹⁰⁵ O Regedor Nosso Baquisse nasceu em 1905, na aldeia do Sinde, na Circunscrição de Buco-Zau (Alto-Maiombe), em Cabinda. Em 1936, é convidado pela população local para ser soba do Sinde. Em eleições realizadas no ano seguinte, é nomeado soba do Sinde e Muanza. No ano de 1941 foi eleito Regedor de Batamamã, função que exerceu até a implementação do Plano CALABUBE, provavelmente até a morte. Visitou Luanda, por duas vezes e foi à Metrópole em 1970, como prémio dos serviços prestados ao Governo Português.

colonial. É assim, que as obras do Plano Calabube permitiram levar a educação a mais cidadãos, através do alargamento da rede do ensino.

Certo, as condições físicas de operacionalidade do ensino melhoraram substancialmente, na sequência das Conferências de Haia e de Washington, cujos trabalhos frutuosos foram desenvolvido pela OCDE, como já foi referido no 1º capítulo; e o progresso contribuiu de alguma forma para esbater as deficiências humanas em Cabinda.

Porém, o grande objetivo geral da política de educação colonial estava traçado: a escola deve participar da «missão civilizadora», cujo objetivo era conduzir o autóctone à uma assimilação cultural - perda, de maneira gradativa, suas características étnicas, assumindo cada vez mais traços da cultura do espaço luso, em que estava inserido. Na senda da retórica e da praxis colonial, São Vicente (op. cit., p.322), sublinha que “a assimilação cultural foi concebida como um processo faseado em três etapas: a destruição das sociedades tradicionais, seguida da inculcação da cultura portuguesa e, por fim, da integração dos «destribilizados» e «lusitanizados» na sociedade portuguesa.

Como era óbvio, para consumir a destruição da sociedade tradicional cabindense, os poderes coloniais apostaram no derrube dos poderes e tradições ancestrais: desvalorização das estruturas linhageiras e das produções tradicionais do fiote, que simboliza a identidade local; o fiote, a língua dos natos de Cabinda, há muito tinha sido proibido nas escolas, incorrendo em violência corporal todo aquele que ousasse comunicar-se neste dialeto; e o homem de Cabinda perdeu os direitos patrimoniais ancestrais, e o seu corpo fragmentado passou a estar ao serviço da revolução de mentalidades coloniais.

É assim que, em Cabinda, a educação ministrada para as populações autóctones contribuiu bastante para implantar a educação ocidental e retardar o pensamento intelectual das elites, ensinando-os apenas a saber fazer para servir os interesses económicos da metrópole.

Na sequência deste processo, surgiu, uma, elite, que, pelo facto de partilhar a cidade moderna com expatriados, adotou um estilo de vida tecido pela “mistura de culturas”, muitas vezes artificial, o que a levou a adotar requinte de vida material muito largamente inspirados dos modos ocidentais de consumo. Além disso, a presença dos missionários nas escolas desde 1873¹⁰⁶ e os objetivos do sistema escolar colonial – entre os quais «colonizar o intelecto colonial» (Carnoy) e estimular a racionalidade ocidental nos autóctones - acabaram por criar uma classe de pequenos burgueses cabindenses (catequistas, professores, enfermeiros, homens de negócios e empregados de escritório), que, como foi o caso em todo o processo de colonização africana, “reconheciam a pretensa inferioridade cultural dos africanos, aceitando a colonização branca como facto consumado, e que admiravam os brancos por seu poderio, riqueza e técnica” (Manuel, 2016).

¹⁰⁶ Com a fundação da Missão de Lândana (Vila Guilherme Capelo), em 1873, pelo Padre Hipolite Carrie, os missionários ficaram envolvidos no ensino, tendo ficado à frente das escolas missionárias.

Porém, diante desta constatação, o Plano Calabube remete a questão que foi colocada pelos historiadores dos impérios coloniais: foram as colónias um investimento benévolo as metrópoles ou foram elas, pelo contrário, uma carga?

Esta questão foi colocada, com larga ressonância na opinião pública francesa nos anos 50, pelo jornalista Raymond Cartier¹⁰⁷ (Girardet, 2005), que sustentava «os investimentos nas colónias» fazerem-se «em detrimento da própria metrópole» e a «prosperidade dos países europeus» não depender «da expansão ultramarina como provavam a Suécia e a Suíça». O raciocínio do autor será retomado posteriormente nos trabalhos dos historiadores franceses Jacques Marseille (2005) e Daniel Lefeuvre (2005). Para estes autores, as colónias francesas custaram mais caro à economia da metrópole, desencaminhando capitais, forçando a França a comprar matérias-primas nas colónias por vezes mais dispendiosas que nos mercados internacionais, propiciando a sobrevivência de indústrias antiquadas. Examinando o processo da industrialização da Argélia, desde os anos 30 a 50, Lefeuvre argumenta que manter a Argélia francesa custava muito caro aos contribuintes franceses e dava pouco proveito. De acordo com o autor, esta industrialização foi muito custosa e pouco eficiente, porque os capitais não afluíam pelo facto de as indústrias serem pouco competitivas.

Já no século XVII, Severim de Faria sustentava que a expansão ultramarina era a razão da falta de gente em Portugal. De acordo com o autor, esta falta de gente se inscreve” numa perspectiva mercantilista, segundo a qual a riqueza decorre da quantidade de homens, significava a fraqueza do reino” (Pereira, op.cit., p.259). E, no século XIX, Joaquim Oliveira Martins sublinhava que “as colónias custavam mais caro a Portugal do que elas rendiam” (id., p.259). Neste caso, ele sustenta que “o governo devia vender as colónias que tinham impedido o fomento das riquezas portuguesas” (id.). Estas ideias serão retomadas anos mais tarde por António Sérgio (1972), que opõem as «políticas de fixação» às «políticas de transportes».

Por todas estas razões, Victor Pereira (op. cit., p.259) dirá que o comércio ultramarino e as suas riquezas fáceis travaram uma eficiente exploração do território português. Nas conceções dos historiadores que acabamos de examinar, encontramos ideias a contrastar com a visão do Estado Novo que camuflava a dimensão económica do império colonial, destacando a missão espiritual e moral do Ultramar português. Ora, o Artigo 2 do Ato Colonial estipula que era de «essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar às populações que nelas se compreendam»¹⁰⁸.

Neste caso, a governação colonial tencionava superar qualquer lógica utilitarista, apresentando-se como um «imperialismo não-económico», de acordo com o princípio de Richard Hammond (1966), com um «espírito de desinteresse material», como anota Sarmiento Rodrigues (1953), contrariamente aos outros impérios coloniais. Trata-se de uma maneira encobrir os efeitos perversos do «condicionamento industrial» no

¹⁰⁷ Sobre Raymond Cartier, ver Raoul Girardet (2005). *L'idée coloniale en France de 1871 à 1962* (Paris: Hachette, 2005), pp.326-328

¹⁰⁸ Artigo 2 do Ato Colonial, Diário do governo de 8 de julho de 1930, la série, n° 156.

desenvolvimento das colónias, conferindo-lhes estruturas económicas e sociais, extravertidas, de dimensão insuficiente e dependente do exterior.

E, no caso do Plano Calabube, é, pois, clara, a intenção de camuflar a vulnerabilidade e a fragilidade de um projeto de desenvolvimento, em que se visava acalmar consciências desassossegadas das populações, através do desenvolvimento das comunicações e de pequenas infraestruturas sociais e económicas.

Em todo o caso, porém, se é que podemos concluir o não benefício das colónias em termos macroeconómicos, devemos reconhecer que, pelo decreto 19 773, o Governo da metrópole concentrava «divisas estrangeiras obtidas pelas exportações das colónias» (Telo, 1994b, pp 239-240). Por esta razão, Pedro Lains (1998, p.467) estima que «o papel das colónias na economia portuguesa, enquanto fonte de divisas estrangeiras, pode ter sido a contribuição mais significativa das colónias para a economia portuguesa».

Todavia, as análises precedentes, não nos autorizam a reduzir as atividades económicas coloniais a meros dados macroeconómicas, isto é, que ação dos autores coloniais era apenas orientada para o lucro. Mais que o lucro, temos também os autores sociais motivados pela defesa da propriedade, do status a ele ligado e de ideais humanitários de proteção especial dos não evoluídos.

Conclusão

Sintetizando, com sua a implementação do Plano Calabube, assistiu-se a um desenvolvimento das vias de comunicação (estradas, pontes, abertura de picadas, cobertura radiofónica territorial) e da agricultura e silvicultura. Além disso, Cabinda foi dotada de outras pequenas infraestruturas - “escolas (ciclo primário praticamente em todas as aldeias; ciclo preparatório nas sedes dos concelhos; ensino secundário (liceal e comercial) – na capital do território, Cabinda); dispensários, postos de Saúde; residências para funcionários, habitações sociais através do crédito à habitação; fontenários, eletrificações das povoações rurais.

Porém, a filosofia colonial que impregnava o Estado deu origem a que desse desenvolvimento resultasse o agravamento dos desequilíbrios entre o interior e o litoral e o reforço da extravertida das infraestruturas económicas, tendo em conta o facto de que não se podia tomar iniciativas que contrariassem os objetivos económicos e as práticas políticas do Estado Novo.

Todavia, os investimentos nas colónias – humanos, financeiros e proteção de indústrias arcaicas - foram muito custosos e pouco eficientes para a metrópole. Por todas estas razões, podemos concluir com a maioria dos historiadores que o custo económico das colónias foi superior ao benefício¹⁰⁹ e que no período 1950-1974 as colónias não foram decisivas no processo de importante crescimento económico que a metrópole conheceu¹¹⁰, apesar dos ganhos financeiros em divisas, ao abrigo do decreto 19 773.

¹⁰⁹ António José Telo(1994b). Economia e Império no Portugal Contemporâneo. Cosmos. Lisboa, p. 223 e Pedro Lains, «Causas do colonialismo em Africa, 1922-1975», *Análise Social*, nº 146-147 (1998), pp.463-496

¹¹⁰ Edgar Rocha, «Portugal anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias, *Análise Social*, nº 51, 1977, pp.593-617; Adelino Torres, *Mecanismos de la Zone escudo (annees 60-70). La zone Escudo et l’ “ Espace Economique Portugais” ont-ils favorisé le development du Portugal et de ses*

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Chegamos ao fim deste nosso estudo sobre as experiências regionais de desenvolvimento na vigência dos Planos de Fomento, em especial do IIIPF, tendo por caso de estudo o Plano Calabube (1972-1974), projeto implementado em Cabinda; experiências estas que, de resto, constituem um dos factos determinantes da atual situação dos nossos estados pós-coloniais.

Neste período, o Governo português edificou, codificou e produziu uma experiência imperial/colonial de planificação e de intervenção política económica e social e cultural, irradiando opções ideológicas e estratégicas, que ainda continuam a marcar os nossos estados.

Estabelecer tipologias capazes de captar estas experiências do passado marcada por uma imensa diversidade é uma das missões mais importantes da experiência contemporânea. A fim de contribuirmos para esta missão e conscientes da amplitude deste trabalho, procurámos, ao longo do mesmo, responder à seguinte questão: quais as implicações socioeconómicas e culturais dos Planos de Fomento nas colónias, e da experiência regional do Plano Calabube no desenvolvimento do território em estudo? Para tal, aplicou-se um perfil de investigação interdisciplinar de natureza quantitativa e qualitativa, desenvolvida de forma interativa entre teoria e prática e integrando perspetivas objetivistas e subjetivistas da investigação.

Com suporte numa extensa revisão bibliográfica, incluímos, na investigação, dados estatísticos sobre o território em estudo, técnicas documentais e de pesquisa. A combinação de diferentes processos de recolha e tratamento da informação investigada conduziu à concretização dos objetivos pré-definidos. E, na impossibilidade de obtenção de dados estatísticos para certos casos, nos valem das investigações/opiniões de autores, como Elias Jesus Quadros (1972), que já tinham abordado o assunto ou testemunhado o evento.

Tal como referido na introdução, atestamos que a presente investigação versa sobre um espaço regional, nunca abordado sobre a temática em questão, e que carece de estudos sobre intervenção/promoção numa perspetiva de desenvolvimento, mas também porque contribui para a compreensão das atuais infraestruturas de desenvolvimento herdadas da colonização. Cabinda é um espaço geográfico cultural, cujos recursos naturais constituem uma ferramenta estratégica de alto valor no desenvolvimento deste território, em especial no combate à pobreza.

Estas facetas podem ser reconhecidas nos quatro capítulos que compõem o nosso estudo. O primeiro, que examina o enquadramento histórico e cultural dos planos de fomento, destacou que os Planos de Fomento, em especial os Planos Calabube foram concebidos num quadro político ideológico ditatorial e na contradição das ideias humanistas (OIT) e da descolonização do Pós-II Guerra Mundial (ONU).

colonies d'Afrique, in *La France et l'outre-mer. Un siècle de relations monétaires et financières* (Paris: Ministère de l'Economie, des Finances et de l'Industrie/Comité pour l'histoire économique et financière, 1998, pp.615-643

Neste contexto, os Planos de Fomento foram verdadeiras cartas orientadoras do território português com o fim de promover o crescimento económico e de elevar o bem-estar social, de acordo com o ritmo imposto pelo Governo de Lisboa e tendo em consideração os interesses da Metrópole. Tais objetivos seriam alcançados através de duas fontes de financiamento: público e privado.

Trata-se de remessas/instrumentos de planificação para racionalizar as ações, que, na sequência da eclosão do que viria a ser reconhecido como começo das guerras coloniais, apostarão na experiência regional, para trazer estabilidade e desenvolvimento a continentes, cujas populações eram incapazes de dominar o ambiente em que viviam, como se dá conta no capítulo II.

Todavia, era impensável um diagnóstico participativo no período em estudo, já que a discussão de problemas e soluções não podia exceder o âmbito da margem de discussão que o regime permitia ao grande público, o que levou a referir-se às orientações do IIIPF e a «trabalhos de pesquisa e estudo» (Rodrigues, op. cit., p.2) e a confiar o planeamento ao SPIED.

No caso em estudo, o Plano de desenvolvimento Calabube, examinado no III Capítulo, terá como pano de fundo a realidade da eclosão da guerra colonial, cujo impacto em Cabinda será notório sobretudo nos tumultos de 1971. Este projeto constituía, assim, panaceia para os problemas sociais, económicos e políticos de Cabinda de então, um período marcado, de um lado, pela fragilidade das infraestruturas sociais, culturais e económicas, e do outro lado, pelas reivindicações emancipalistas dos Cabindas e pelas ações armadas de dois movimentos angolanos de libertação – UPA/FNLA e MPLA.

Nos anos de implementação do Plano Calabube, examinados no Capítulo IV, é notória uma significativa evolução social e económica positiva deste empreendimento que servia para o Estado Novo provar à opinião pública internacional a sua vontade em ficar por muitos anos em África e estreitar os seus laços com as colónias, em particular as populações de Cabinda.

Na verdade, as obras do Plano Calabube permitiram o progresso da urbanização e das pequenas infraestruturas económicas; provocaram importantes transformações sociais, em especial na cidade de Cabinda e na Vila Guilherme Capelo; e levaram a educação e a saúde a mais cidadãos, através do alargamento da rede do ensino e da saúde, tendo reduzido as deficiências humanas e das infraestruturas sanitárias. As condições físicas de operacionalidade das comunicações e de acesso aos serviços de saúde melhoraram substancialmente; e, por conseguinte, abriram promissoras perspectivas das atividades mercantis.

Em suma, apesar dos constrangimentos/condicionalismos coloniais, houve nos últimos três anos da colonização portuguesa (1972-1974) esforços louváveis tendentes a dotar Cabinda de algumas infraestruturas sociais e económicas importantes. Cabinda estava a registar o início de uma nova época.

Porém, o estudo deste processo histórico revelou constrangimentos que acabaram por marcar a vida das colónias, em especial das populações de Cabinda.

Em primeiro lugar, a ideia de conceber os processos do desenvolvimento socioeconómico das colónias ultramarinas como um intervencionismo restritivo, que fixa limites à planificação e à racionalidade dos agentes económico. Assim sendo, as potencialidades das colónias já na têm relevância, nem no plano da política do desenvolvimento, nem tão pouco a nível das iniciativas privadas. Na prática, o desenvolvimento das colónias é «um condicionalismo» que se coloca em termos de assentar a dominação da metrópole para garantir o crescimento económico e a manutenção das colónias, condicionando assim o Plano Calabube aos interesses da Metrópole.

Em segundo lugar, o facto flagrante de que a «missão civilizadora dos autóctones» seria uma expressão para descrever a exportação maciça da cultura ocidental ou simplesmente a cultura lusitana, em detrimento da cultura cabindense. Por conseguinte, a administração colonial empenhou-se ao máximo para destruição das instituições da sociedade tradicional cabindense. Nesta senda, como nota Francisco Luemba (2008, p.151), «a cultura foi reduzida a um simples folclore: o Cabinda devia renegar-se a si mesmo, rejeitar a sua personalidade e encarnar a mentalidade e cultura portuguesa, adotar o modelo de vida português: pele cabinda, máscara portuguesa»¹¹¹.

É-se, assim, levado a admitir que o planeamento, tal como foi praticado em Cabinda, não permitiu equacionar e muito menos resolver os grandes problemas de desenvolvimento orientado à melhoria das condições de vida com redução dos desequilíbrios entre o litoral e o interior, a conferir racionalidade administrativa e equilíbrio ao espaço urbano e a, pelo menos, abrir perspectivas para industrializar Cabinda, tendo em conta as suas potencialidades.

Nesta senda, o planeamento até 25 de Abril de 1974 se destinava mais a servir como referência da solidez do regime do que como verdadeiro orientador de política económica, mesmo se, como nota Manuela Silva (1984, p.8) “permitiu a elaboração de diagnósticos aprofundados em muitos sectores, proporcionou a discussão a nível técnico de problemas que o regime tenda escamotear e facilitou a realização de alguns grandes projetos de investimentos ”.

Por todas estas razões, apesar deste balanço positivo, no dia 11 de novembro de 1975, o território não detinha símbolos de modernismo (fábricas siderúrgicas) e as estruturas económicas e sociais eram extravertidas, de dimensão insuficiente e dependentes, sem base de apoio duradoira e sustentável. A este respeito, diz-nos Francisco Luemba (p.150):

“Cabinda não teve sequer as infra- estruturas económicas mínimas de que foram dotadas as mais modestas e por vezes insignificantes colónias: portos, estradas, pontes, barragens e centrais hidroelétricos, e indústrias necessárias ao aproveitamento do território. Os Portugueses exploraram Cabinda sem perder tempo com investimentos que pudessem tornar essa operação mais fácil, mais segura e mais racional.”

Como todos os estudos, esta investigação apresenta algumas limitações. Desde logo, nos deparamos com a complexidade da realidade social, cujo tempo disponível para esta investigação não poderia permitir-nos abordar todos os aspetos que a caracterizam, e isto sobretudo pelas dificuldades em obter dados estatísticos, em especial aqueles do último ano em estudo por causa das convulsões ocasionadas pela revolução do 25 de Abril.

¹¹¹ Para parafrasearmos Frantz Fanon – peaux noires, masques blancs

Por outro lado, as opções metodológicas, assumidas acarretaram tanto potencialidades quanto riscos, não nos parecendo, contudo, ter prejudicado a pertinência e importância dos objetivos principais. Apesar da validade dos resultados alcançados e relacionados, acima de tudo, com a robustez dos princípios teóricos produzidos e com a lógica e coerência internas, a aplicabilidade deste trabalho a outras regiões está condicionada à presença de um conjunto de circunstâncias idênticas ao contexto aqui estudado.

Em todo o caso, porém, visto como experiência, no quadro do estado colonial, foi-nos dado ver ao longo desta nossa análise que existe ainda grande espaço para um estudo mais aprofundado das relações entre a potência colonizadora e as colónias, tendo em conta as reflexões atuais sobre herança colonial e os modelos ideais de cooperação para o desenvolvimento entre os países mais ricos (potências colonizadoras) e os mais pobres (antigas colónias).

Aliás, o período coberto por este estudo termina no ano 1974. Porém, terá de ser estudado, nomeadamente quanto às realidades de desenvolvimento em contexto pós-colonial, examinar a gestão da herança colonial pelos governantes pós-coloniais. Só assim será possível aferir da transformação real das práticas intervencionistas que as mudanças do Plano Calabube impulsionaram (ou não), bem como avaliar as consequências das ideologias do pós- II Guerra Mundial e das intervenções da OIT sobre o desenvolvimento social de Cabinda.

Por outro lado, como se deu conta no capítulo IV, a colonização não foi assim tão benéfica a Portugal, tendo em conta o custo económico das colónias ser superior ao benefício. Pelo facto de a maioria dos estudos levados a cabo sobre esta problemática ter sido elaborado por historiadores, cumpre-nos o dever de sugerir o aprofundamento dos ganhos e perdas tidas com esta situação em outras áreas do saber, para conferir ao assunto uma visão interdisciplinar.

Porém, um estudo sério, tanto no plano da linguagem como no plano da doutrina, tomaria os projetos de desenvolvimento das colónias, em especial do Plano Calabube como uma oportunidade de nomeação no concerto das Nações para dar e receber, o que abriria perspectivas de enriquecimento mútuo, tanto da metrópole como das colónias, tendo em conta as riquezas humanas e culturais de ambas as partes e o facto de que todos os povos do mundo têm a vocação de viver em estrutura social universal. Esta estrutura serve como incentivo para a construção de uma voz coletiva, com peso que lhe advém da força de representar um vasto grupo de países, ou seja uma região.

Por esta razão, mesmo se hoje o fenómeno “colonização” revela mais uma ideia assimilacionista do que independentista, a verdade é que gerou a possibilidade da lusofonia, e acabou por forçar os povos portugueses e os povos ultramarinos a atuar em novo contexto global e geopolítico, marcado por dois elementos: um linguístico e o outro sociopolítico.

E, neste contexto, a missão civilizadora e universalista para Portugal constitui um caldo cultural que pode germinar uma salutar utopia lusófona, na conjuntura atual de crise em que a problemática de uma cooperação eficiente entre os países ricos e pobres constitui um dos desafios fundamentais do nosso tempo.

Urge, pois, promover estudos que possam aprofundar as potencialidades e riquezas do espaço lusófono, e traçar caminhos de ganho mútuo. Isto permitiria delinear uma cooperação capaz, não só de sarar as feridas de 500 anos da experiência do passado colonial, mas possibilitaria também de encontrar na própria cooperação o sentido da própria existência do espaço cultural lusófono.

Deste modo, teremos formado uma zona fechada e protegida com o seu império lusófono, que representaria uma alternativa estratégica à absorção dos estados membros por realidades políticas e económicas mais vastas, não controladas a partir da metrópole, mas pela justiça, fraternidade e cultura linguística lusófona, pela qual todos renasceriam e se reencontraria a verdadeira grandeza que deve unir os povos.

Trata-se de uma alternativa estratégica, que já não seria controlada por um dos membros, mas pela justiça e fraternidade que uniria todos os membros. E isto, sobretudo que a necessidade de relações fundadas no ganho mútuo entre as potências colonizadoras e as antigas colónias continua a se impor como uma necessidade no concerto das nações.

Assim, o espírito lusófono seria uma força para sair de si mesmo, renovar, impelir a comunidade internacional numa decidida saída para fora de si mesma afim de humanizar as relações entre os povos, tornando assim possível o nascimento de um mundo novo.

BIBLIOGRAFIA

ACL e FCG. (2001). **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. Uma realização da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Caloust Gulbenkian. II Vol. G-Z. Editorial Verbo. Lisboa.

ACEMOGLU, D. (2009), “**Introduction to Modern Economic Growth**”, Princeton, University Press.

ALVARES, C. (1994). **Science, Development and Violence: The Revolt Against Modernity**. Oxford and New Delhi. Oxford University Press.1994.

ALLEN, T. e THOMAS, A. (2000). **Poverty and Development into 21 st century**. Oxford e New York. Oxford University Press.

AMIN, Samir (1973). **Le Développement Inégal: Essai Sur Les Formations Sociales Du Capitalisme Périphérique**, Les Éditions de Minuit, Paris.

AYDALOT, P. (1985), “**Economie Regionale et Urbaine**”, Economica, Paris.

BARRO, R. J.; SALA-i-MARTIN, X. (2004), “**Economic Growth**,” Second Edition, MIT Press. Cambridge. 2004.

BIRO, Andras. (1981).- «The Local Space: a privileged instance of development» , in *Development Dialogue*, 11:1 (Upsala: Dag Hammarskold).

Boletim Oficial de Angola, Segunda-feira de 1974, III Série – Número 151. BRUHAT, Jean. (1993). «Colonisation». in *Encyclopaedia Universalis. Corpus 6: Climatologie-Cytologie*. Editor Encyclopaedia Universalis France SA. Paris. 1993. pp 120-124.

BRUHAT, Jean. (1993). «Colonisation». in *Encyclopaedia Universalis. Corpus 6: Climatologie-Cytologie*. Editor Encyclopaedia Universalis France SA. Paris. 1993. pp 120-124.

CALDAS, Eugénio Queirós de Castro. (1956). «Problema de Modernização da Agricultura». in *Portugal como Problema. A Economia como Solução 1821-1974. Da Revolução Liberal à Revolução Democrática. Vol.VI*. Organização e Editorial de José Luís Cardoso. (2006). Fundação Luso-Americana.

CALDAS, Eugénio de Castro. (1960). **Modernização da Agricultura**. Livraria Sá da Costa. Lisboa. (ver tese, p. 13)

CALDAS, Eugénio de Castro Caldas. (1978). **A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária**. Instituto Gulbenkian da Ciência. Oeiras. (ver tese, p.13)

CAMPOS, Ana Maria Ferreira. (2011). **Novos Rumos da Educação no Estado Novo: Influência da Abertura da Economia Portuguesa no Pós-II Guerra Mundial no Sistema de Ensino Português**. Encontro APHES Coimbra 2011.

CARDÃO, Marcos. (2007). **Cláudia Castelo, Passagens para África. O de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)**. Col. *Ler História*. Edições Afrontamento. Porto. pp.290-294.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. (2002). «Colonialismo Interno (Uma Redefinição)». in BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A Teoria Marxista Hoje. Problemas e Perspetivas*. CLACSO. Buenos Aires.

CISEP (1984). **O Planeamento Económico em Portugal: Lições da Experiência**. Seminário Organizado pelo Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa (CISEP), Nov82/Jan.83. Col. Nova Universidade. 1ª Edição. Livraria Sá da Costa. Lisboa.

CLINGTON, Mário de Souza. (1975). **Angola Livre?**. Paris: Gallimard.

DA FONSECA, José Manuel Protes (1984). «A Experiência Portuguesa no Domínio do Planeamento da Educação». in CISEP (1984). **O Planeamento Económico em Portugal: Lições da Experiência**. Organizado pelo Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa (CISEP), Nov82/jan.83. Col. Nova Universidade. 1ª Edição. Livraria Sá da Costa. Lisboa. pp.171-183.

DA PONTE, António Mendes. (1973). **Relatório de Uma Deslocação ao Distrito de Cabinda**. Secretaria Provincial de Finanças e Planeamento. DSEPA. Luanda.

DA ROCHA, Manuel José Alves. (2010). **Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola - Os fatores de Competitividade Territorial**. Prefácio de Fernando Pacheco. CEIC/Universidade Católica de Angola. Luanda.

DA SILVA, Gomes (1984). «O Planeamento da Agricultura». in CISEP (1984). **O Planeamento Económico em Portugal: Lições da Experiência**. Organizado pelo Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa (CISEP), Nov82/Jan.83. Col. Nova Universidade. 1ª Edição. Livraria Sá da Costa. Lisboa. pp.76 - 80.

DE FREITAS, Gustavo. (1982). **Vocabulário de História. Política, Social, Económica, Cultural, Geral**. Plátano Editora. Lisboa.

DE MOURA, Francisco Pereira (1973). **Por Onde Vai a Economia Portuguesa**. 1ª Edição. Col. Que País. Seara Nova. Lisboa.

DE SENARCLENS, Pierre, «How the United Nations Promotes Development Through Technical Assistance» in RAHNEMA, Majid, BAWTREE, Victoria (Edit.), *The Post Development Reader*, Zed Books, London, [1997] 2005, pp. 191-2001.

DE SOUSA, Valdemiro (1976). **Angola - A Guerra e o Crime**. 2ª Edição. Editorial Formação. Lisboa.

DE SPÍNOLA, António. (1974). **Portugal e o Futuro. Análise da Conjuntura Nacional**. 3ª Edição. Editora Arcádia. 243p

DSAF – **Relatório de uma Diligência Efetuada ao Distrito de Cabinda. para uma Primeira Análise do seu Desenvolvimento Agrário**. (dactl). DSAF. Luanda. Jan. 1973.

DSEPA – **Notas Sobre a Economia de Angola**. NEA. Luanda, 1969.

ESCOBAR, Arturo. (2005). «The Making and Unmaking of the Third World through Development». in RAHNEMA, Majid, BAWTREE, Victoria (Edit.), *The Post-Development Reader*, Zed Books. London [1997] 2005, pp.85-93.

ESTEVA, Gustavo. (1992). «Development», in SACHS, Wolfgang (edit.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books Ltd., London and New Jersey, 1992. p.6-24.

FERRAZ, Ricardo (2016). **Os Planos de Fomento do Estado Novo**. Lisboa ISEG. 22sfs.

FIDALGO, M. (1967). «A Evolução Sócio Laboral do Distrito de Cabinda após 1885, Portugal e Cabinda (1484-1885)» in *TRABALHO. Boletim do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola*, no 20.

FIGUEIREDO, António Manuel e COSTA, Carlos S., **Do Sub-desenvolvimento – Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito**, Roteiro Crítico e Analogia, Vol.1 e 2, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1982.

FRANK, André Gunder.(1982). **Do Sub-desenvolvimento Capitalista, Chaves da Economia**, Edições 70.

FREIRE, Gilberto. (1960). «Integração portuguesa nos trópicos». in *Freire, G. Uma Política Transnacional de Cultura para o Brasil de Hoje. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960b, pp.65-117.*

FREIRE, Gilberto. (1961). **O Luso e o Trópico. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.**

FURTADO, Celso. (1976). **Teoria e Política do Desenvolvimento Económico**. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

GÉLÉDAN, Alain e BRÉMOND, Janine. (1988). **Dicionário Económico e Social**. Tradução de Henrique de Barros. Col. Estudos Horizonte. Livros Horizonte, LDA. Lisboa.

GIRALDES, Maria do Rosário (1984). «Contributos a Análise da Experiência de Planeamento do Sector da Saúde». in CISEP (1984). **O Planeamento Económico em Portugal: Lições da Experiência**. Seminário Organizado pelo Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa (CISEP), Nov82/Jan.83.

GONÇALVES, A. (2011). **O conceito de governança**. XX Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Vitória, ES, Brasil, 16.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. (2009). **Migrações e Desenvolvimento**. 1ª Edição. Col. Portugueses do Mundo. Fronteira do Caos Editores Lda. Porto.

GRAMSCI, António. (1964). «A Formação dos Intelectuais», in *Os Intelectuais e a Política*. Introdução, Organização dos Textos e Notas por Romeu de Melo. Editorial Presença. Lisboa – 1964, pp.248-274

GUERRA, Isabel. (2000). **Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção. O Planeamento em Ciências Sociais**. Principia. Cascais.

GUERRA, Isabel. (2006). **Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos**. Principia. Cascais.

HAGEN, Everett E. (1970). **Structures Sociale et Croissance Économique**. Éditions Inter-nationales. France.

HOBBS, Thomas. (1985[1651]). **Leviathan**. Edited with an Introduction by C.B. Macpherson. Penguin Books.

HAMMOND, Richard. (1966). **Portugal and Africa. A Study in Uneconomic Imperialism**. Stanford University Press. Stanford. 1966.

HENRIQUES, José Manuel (1990). **Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis**. Escher. Lisboa.

JAMES, Lawrence. (2018). **Império ao Sol: a Luta pelo Domínio de África**. 1ª Edição. Tradução de Suzana Sousa e Silva. Col. Desassossego. Edições Saída de Emergência. Porto Salvo.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). (2013). **O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições**. Col. História e Sociedade. Edições 70. Lisboa, Abril de 2013.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira e DORES, Hugo Gonçalves. (2013). «Missões do Império: Política e Religião no Império Colonial Português». in JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.). (2013). **O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições**. Col. História e Sociedade. 1ª Edição. Edições 70. Lisboa. pp. 119-156.

KEESE, Alexander. (2013). «Bloqueio no Sistema: Elites Africanas, o Fenómeno do Trabalho Forçado e os Limites no Estado Colonial Português, 1945-1974». in Miguel Bandeira JERÓNIMO (Org.). (2013). **O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições**. Edições 70. Lisboa. pp.223-249.

KUZNETS, Simon (1966),” **Modern Economic growth,” Rate, Structure and Spread**, New Haven, Yale University Press, 1966 (nova edição de 1987).

LAINS, Pedro. (1998). «Causas do colonialismo em Africa, 1922-1975», in *Análise Social*, nº 146-147 (1998), pp.463-496

LAINS, Pedro. (2003). **OS Progressos do Atraso: Uma Nova História Económica de Portugal**. ICS. Lisboa.

LEFEUVRE, Daniel. (2005). **Chère Algérie. La France et Ses Colonies (1930-1962)**. Flammarion, 2005. Paris.

LOCKE, John. (1946 [1690]). **The Second Treatise of Civil Government and A Letter Concerning Toleration**. Blackwell. Oxford.

LOPES, António Simões e Do AMARAL, João Ferreira. (2005). **Parecer de Iniciativa sobre Grandes Opções do Plano e Estratégia de Desenvolvimento e Parecer sobre Grandes Opções do Plano para 2005-2009**. (Aprovado no Plenário de 24 de Maio de 2005). CES. Lisboa.

- LEWIS, William Arthur. (1960). **Os Princípios do Planeamento Económico**. Editora: Fundo de Cultura.
- LUEMBA, Francisco. (2008). **O Problema de Cabinda Exposto e Assumido à Luz da Verdade e da Justiça. Edição Original**. Col. Papiro Editora. Porto.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. (2001). «La Question de Cabinda: Séparatismes Éclatés, Habiletés Luandaïses et Conflits en Afrique Centra», in *Lusotopie*, 2001, pp. 49- 62
- MAIA, Catherine e KOLB, Robert. (2016). **O Estatuto Internacional da Província Angolana de Cabinda à Luz do Direito Internacional**. 1ª Edição. Edições Almedina, SA. Coimbra.
- MAIA, Leandro (Coord.) (2002). **Dicionário de Sociologia**. Dicionários temáticos. Porto Editora Lda, Porto.
- MARCUM, John. (1969). **The Angolan Revolution.I: The Anatomy of Exlosion, 1950 – 1962** MIT Press. Cambridge. 1969.
- MARQUES, Silvino Silvério. (1970). **Estratégia Estrutural Portuguesa**. Lisboa.
- MENEZES, Maria Paula (2007). «Os Espaços Criados pelas Palavras-Racismos, Etnicidades e o Encontro Colonial». in Nilma Gomes (org.), *Formação de Professores e Questão Racial*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 55-75.
- MIAA – **Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola – 1970-1971**. Luanda 1972.
- MILANDO, João. (2013a). **Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda-Angola**. 1ª Edição. Col. Kunyonga. Mayamba Editora/Imprensa Nacional-EP. Luanda.
- MILANDO, João. (2013b). **Cooperação Sem Desenvolvimento**. 1ª Edição. Col. Kunyonga. Mayamba Editora/Imprensa Nacional-EP. Luanda.
- MONTEIRO, José Pedro. (2018). **Portugal e a Questão do Trabalho Forçado. Um Império sob Escrutínio (1944-1962)**. 1ª Edição. Edições 70. Lisboa. Novembro de 2018.
- MOREIRA, Joacine Katar. (2009). **A Lógica e o Potencial Operativo Dos Projetos de Desenvolvimento e de Intervenção Social na Indução de Mudança**. (Tese de Mestrado em «Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais: Análise e Gestão»). ISCTE-IUL. Lisboa.
- MORGADO, Nunes Alves. (1967). **O Planeamento Económico-Social em Portugal**. Planeamento e Integração de Economia, XVII/XVIII.
- Muanza (1972). «Cabinda de Ontem.... Cabinda de Hoje: Progressos da Cidade de Cabinda» in MUANZA – *Jornal dos Povos de Cabinda*, Nº 23, setembro de 1972.pp1-2.
- NGULUNGO, Muana (2011). **A Muanza com a Palha Defraldada**. Lisboa.
- MYRDAL, Gunnar (1957). **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. Duckworth, London, 1957.

- MYRDAL, Gunnar.(1960). **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. ISEB (MEC). Rio de Janeiro.
- OCDE. (1992). **Manual da Ajuda ao Desenvolvimento – Princípios do CAD Para uma Ajuda Eficaz**. Tradução do texto em francês pela Head of Publication Service, OECD. Head of Publications Service, OECD. Paris.
- OPOKU, Kofi Asare (2010). «A Religião na África Durante a Época Colonial». in, BOAHEN, A. Adu (coord.) **História Geral da África, A África sob Dominação Colonial - 1800 – 1935**, vol. VII, Brasília/UNESCO, 2010
- PETER, Oakley, et al. (1991). **Project with People: the Practice of Participaton in Rural Development**, International Labour Office, Geneva.
- PÉLISSIER, René (1978). **La Colonie du Miniature: Nationalisme et Révolts en Angola. 1926-1961**. Éditions Péliissier. Orgeval.
- PEREIRA, Victor (2013). «A Economia do Império e Os Planos de Fomento». in JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.). (2013). **O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições**. 1ª Edição. Col. História e Sociedade. Edições 70. Lisboa.pp.251-285.
- PERROUX, François. (1967). **A Economia do Século XX**. Herder. Porto.
- PERROUX, François. (1977). «Nota sobre a Noção de Pólo de Crescimento». in: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR. p. 145-55.
- PIMENTA, Fernando Tavares. (2013). «O Nacionalismo no Império: Angola e Moçambique». in Miguel Bandeira Jerónimo (2013). **O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX) – Poderes, Saberes e Instituições**. Edições 70, LDA. Lisboa.
- PINTO, José Filipe (2011). **Segredos do Império da Ilusitânia: A Censura na Metrópole e em Angola**. Almedina. Coimbra.
- PINTO, Alberto Oliveira (2006). **Cabinda e as Construções da sua História 1783-1887**.Dinalivro/Chá de Caxinde. Lisboa/Luanda.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO. (1972b). **Relatório de Execução do III Plano de Fomento, Ultramar - 1969**. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PUNA, Miguel Maria N´zau. (2019). **Mal Me Querem. A História de Angola Na Voz de Quem a Fez. Um Testemunho Sem Meias Palavras**. ed. rev. Col. Memória e Testamentos. Guerra e Paz. Lisboa.
- QUADROS, Elias de Jesus (1972). **Cabinda: As Terras e As Gentes**. Publicação do Com. Sec. Cab, Publicações para Militares. Cabinda..
- QUIJANO, Aníbal (2009). «Colonialidade do Poder e Classificação Social». in Santos, Boaventura de Sousa; Menezes, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 1ª Edição. Col. Série Conhecimento e Instituições. Edições Almedina SA. Coimbra, Janeiro 2009. PP. 73-117.

- RAHENDA, Majid.(1992).«Participation», in SACHS, Wolfgang (edit.) . **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**, Zed Books Ltd. London and New Jersey. pp.116 -130
- RAHENEMA, M. (1992). «Towards Pos-Development: Searching for Signposts, a New Language and New Paradigms». in M. RAHNEMA & V. BAWTREE. **The Post Development Reader**. Zed Books. London. 1997 (pp 377-430).
- ROCHA, Edgar. (1977). «**Portugal anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias**», *Análise Social*, nº 51, 1977, pp.593-617
- RODRIGUES, Manuel Sarmiento. (1953). «O Plano de Fomento no Ultramar. Aproveitamento de Recursos e Povoamento». in *Secretaria Nacional da Informação, O Plano de Fomento*. Conferências Ministeriais inauguradas pelo presidente do Conselho em 28 de maio (Lisboa: SNI, 1953), pp.81-106.
- RODRIGUES, Mário. (1973). «O Plano CALABUBE Para o Progresso de Cabinda». in *Jornal Regeneração Nº 1297, de 1 de Fevereiro de 1973*.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão. (1996). **Dicionário de História do Estado Novo**. Vol II – M-Z. Livraria Arco-Íris.Lisboa.
- ROXBOROUGH, Ian. (1979). *Theories of Underdevelopment*, Macmillan.
- ROSTOW, W.W. (1964). **Etapas do Desenvolvimento Económico (um manifesto não -comunista)**. 2ª Edição ampliada. Editora: Zahar. Rio de Janeiro.
- RUTTEN, R.; Boekema, F. (2007). “**Capital Regional: Immersion, Innovation Networks and Regional Economic Development,**” *Technological Forecasting and Social Change*, 74 (2007) 1834–1846, Elsevier
- SACHS, Wolfgang. (ed.). (1992). **The Development Dictionary: a Guide to Knowledge as Power**. Zed Books. London. 1992.
- SALAZAR, António Oliveira. (1953). «O Plano de Fomento. Princípios e Pressupostos» in *Secretariado Nacional de Informação, O Plano de Fomento*. Conferências Ministeriais Inauguradas pelo Presidente do Conselho em 28 de Maio (Lisboa: SNI, 1953), pp.9-31.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (2009), «Introdução». in B. S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. (2ª ed.) (pp. 9-19). Almedina/CES. Coimbra.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2009). «Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes». in B. S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), **Epistemologias do Sul**. (2ª ed.) (pp. 23 -71). Almedina/CES. Coimbra.
- SCHIEFER, Ulrich et all. (2017). **MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos**. ed.rev. Principia Editora, LDA. Cascais. Fevereiro 2017.

SCHWEFEL, D. (1978). – **Grundbedürfnisse und Entwicklungspolitik** (Baden-Baden: Nomos).

SEN, Amartya.(2003). **O Desenvolvimento como Liberdade**, Editora Gradiva.

SÉRGIO, António. (1972). Obras completas. Breve Interpretação da História de Portugal. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa.

SHAPIRO, J. M. (2006).” Smart cities: quality of life, productivity, and the growth effects of human capital”, *The Review of Economics and Statistics*, 88 (2) (2006), pp. 324– 335.

SILVA, Manuela (1984). «O Planeamento em Portugal: Lições da Experiência e Perspectivas de Futuro». in CISEP (1984). **O Planeamento Económico em Portugal: Lições da Experiência**. Seminário Organizado pelo Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa (CISEP), Nov82/Jan.83.

SMYTH, Rosaleen (2004). «The Roots of Community Development in Colonial Office Policy and Practice» in Africa”. in **Social Policy & Administration ISSN 0144 5596. Vol.38. Nº 4. Blackwell Publishing Ltd. Oxford. August 2004**, pp. 418-436.

SUNKEL, Osvaldo. (1975). **O Marco Histórico do Processo Desenvolvimento-Subdesenvolvimento**, 3ª edição, Difel, 1975.

TATI, Raúl. (2013). **Cabinda – Percorso Histórico de Uma Igreja Entre Deus e César**. (1975 – 2012). 1ª Edição. Principia Editora. Cascais. Setembro de 2013.

TATI, Raúl. (2017). **Cabinda - Órfão da Descolonização do Ultramar Português**. 1ª Edição. Principia Editora, Lda. Cascais. Julho de 2017.

TELO, António José. (1994a). «A Obra Financeira de Salazar: “a Ditadura Financeira” Como Caminho para a Unidade Política». 1928-1932”. in **Análise Social**. Vol. XXIX. nº 128. pp. 779-800.

TELO, António José. (1994b). **Economia e Império no Portugal Contemporâneo**. Cosmos. Lisboa.

THEIS, Joachin e Grady, Heather M. (1991). EParticipatory Rapid Appraisal for Community Development: A Training Manual Based on Experiences in **Te Middle East and North Africa**, International Institute for Environment and Development , and Save the Children, London.

TORRES, Adelino (1983). «Pacto Colonial e Industrialização de Angola (anos 60 -70)» in **Análise Social**. Vol.XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º .5.º, 1101-1119

TORRES, Adelino. (1998). «Mecanismos de la Zone escudo (annees 60-70). La zone Escudo et l’ “ Espace Economique Portugais” ont-ils favorisé le development du Portugal et de ses colonies d’Afrique», in *La France et l outre-mer. Un siècle de relations monétaires et financières* Ministère de l Economie, des Finances et de l Industrie/Comité pour l ’histoire économique et financière. Paris. pp.615-643.

UNWCED - **United Nations World Commission on Environment and Development**, 1978

VALLASANTE, Tomas. (1984).- «Comunidades Locales - Analisis, Movimentos Sociales y Alternativas» (Madrid: Instituto de Estudios de Administration Local).

VAZ, Joaquim Martins (1972). **Cabindas – História, Crenças, Usos e Costumes**. Col. CTCMC. Rios e Irmão, Lda. Santa Maria de Lamas.

VICENTE, São. (1996). **O Problema de Cabinda**. Coleção Estudos e Documentos 8. 1ª edição. INALD. Luanda.

WHITEHEAD, Clive (2007). «The Concept of British Education Policy in the Colonies 1850-1960». in *Journal of Educational Administration and History*. Vol. 39, No. 2. Routled. London. August 2007, pp. 161-173

DOCUMENTOS ONLINE

AMARO, Rogério Roque. (2003). «Desenvolvimento – um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria». in *Desenvolvimento e Saúde em África*. Nº 4, Janeiro/Junho 2003. Centro de Estudos Africanos. Lisboa.35 - 70.

Disponível no site:

<https://journals.openedition.org/cea/1573> (acedido em Abril de 2019)

ALVES, José Lopes. (1988). **O Espaço das Nações – Panorama do Pós-Segunda Guerra Mundial**. Nação e Defesa. (Palestra)

Disponível no site:

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2721/1/NeD47_JoseLopesAlves.pdf (acedido em Abril de 2019)

CORIOLANO, Luzia Neide e Sampaio, Carlos Alberto Cioce. (2012). «Discursos e Concepções Teóricas do Desenvolvimento e Perspectivas do Turismo Como Indução» in Brasileiro, MDS, Medina, JCC, and Coriolano, LN. (orgs.) Turismo, cultura e desenvolvimento (online). Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp.49-73.

Disponível no sítio: <http://books.scielo.org>. (acedido em Março de 2019)

DOS SANTOS, Ana Cléa Souza. (2014). O Discurso de Desenvolvimento: Trajetória, Renovação e Questionamentos, in *Anais do XIX Encontro Regional de História. Profissão: Formação e Mercado de Trabalho*. Juiz de Fora – 28 a 31 de Julho de 2014.

Disponível no site:

www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402966473_ARQUIVO_Odiscursododesenvolvimentotrajectoria.renovacoesequestionamentos.pdf (acedido em Janeiro de 2019).

KEESE, Alexander. (2017). «Equilíbrios no Terror: Trabalho forçado, fuga e Continuidades clandestinas no Congo-Brazzaville, 1918-1968». in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 33 /2017, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE, Lisboa, 2017, p.183 - 203

Disponível no Site:

<https://journals.openedition.org/cea/2233> (acedido em Fevereiro de 2019)

MANUEL, Vieira. Miguel. (2016). **África na Era do Tráfico de Escravos**, Maio de 2016.

Disponível no site:

<https://vieiramiguelmanuel.blogspot.com/2016/05/africa-na-era-do-traffic-de-escravos-by.html> (acedido em Janeiro de 2019)

PEREIRA, Rui M. (2006). «Uma Visão Colonial do Racismo». in *Caderno de Estudos Africanos*, Nº (s.n), Outubro de 2006, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE, Lisboa, 2006. 9/10/2006.

Disponível no site:

<https://journals.openedition.org/cea/1228> (acedido em Dezembro de 2018)

ROLLO, Fernanda. (1994). **Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Norte-Americana (1947-1952)**. Editorial Estampa. Lisboa.

Disponível no site:

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/12804/1/João%20Paulo%20Avelãs%20Nunes%2029.pdf> (acedido em Janeiro 2019)

SUAMI, Joaquim. (2019). «Fosfato de Cabinda é Riqueza Estratégica em Potência». in *Jornal Economia e Finanças. 09 de agosto de 2019. Luanda. 09 de agosto de 2019.*

<http://jornaldeeconomia.sapo.ao/capa/fosfato-de-cabinda-e-riqueza-estrategica-em-potencia> (acedido em agosto de 2019)

SITES CONSULTADOS:

- www.oneworld.net
- www.devjob.org
- www.ocde.org
- www.worldbank.org/files/1425wps2564.pdf
- <https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>

ANEXOS

Anexo 1 – O Reino do Congo

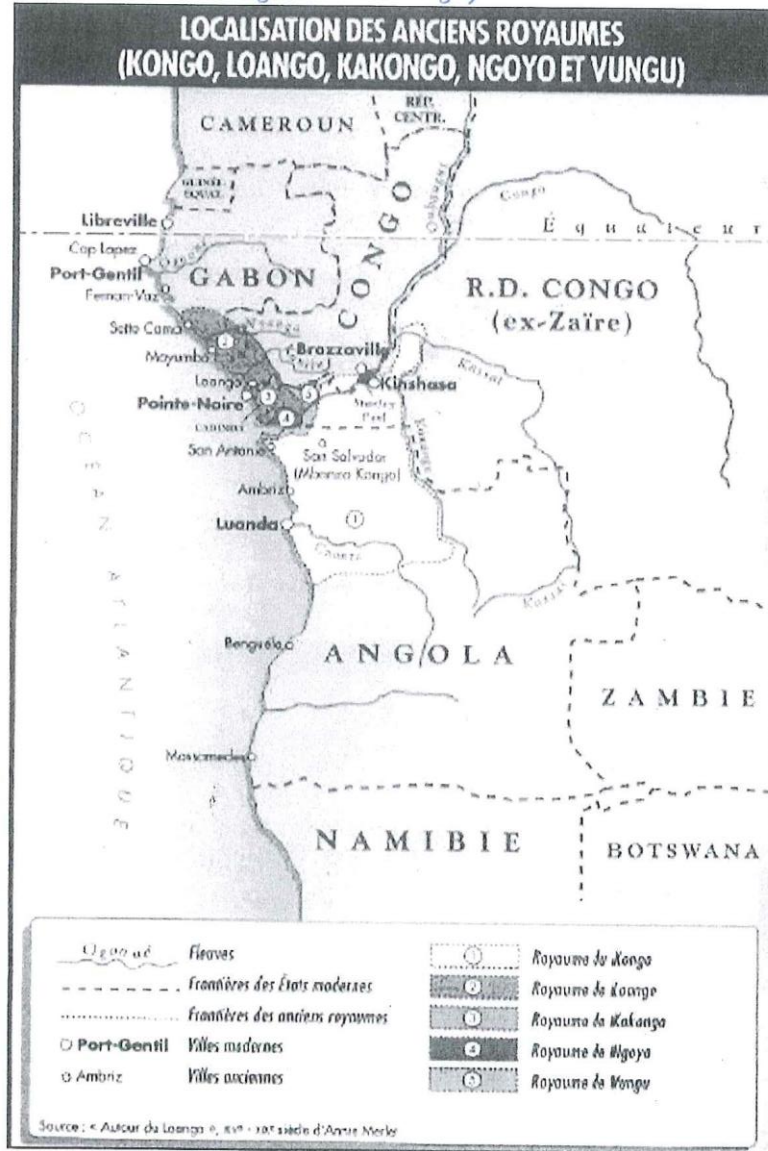
Anexo 1 - O Reino do Congo



116

Anexo 2 – Localização dos antigos Reinos (Kongo, Loango, Kakongo, Ngoyo e Vungo)

anexo 2 - Localização dos antigos Reinos de Babiná (Kongo, Loango, Kakongo, Ngoyo e Vungo)



117

Anexo 3 - Tratado de Simulambuco

Anexo 3 - O Tratado de Simulambuco Tratado de Simulambuco

1. Petição

Nós, abaixo assinados, príncipes e governadores de Cabinda, sabendo que na Europa se trata de resolver, em conferência de embaixadores de diferentes potências, questões que directamente dizem respeito aos territórios da Costa Ocidental de África, e por conseguinte aos destinos de seus povos, aproveitamos a estada neste porto da corveta portuguesa *Rainha de Portugal*, a fim de, em nosso nome e no dos povos que governamos, pedirmos ao seu comandante, como delegado do Governo de Sua Majestade Fidelíssima, para fazermos e concordarmos num tratado pelo qual fiquemos sob o protectorado de Portugal, tornando-nos, de facto, súbditos da coroa portuguesa, como já o éramos por costumes, hábitos e relações de amizade. E, portanto, sendo de nossa inteira, plena e livre vontade, que de futuro entremos nos domínios da Coroa portuguesa, pedimos ao Ex.mo Sr. Comandante da corveta portuguesa para acceder aos nossos desejos e dos povos que governamos, determinando o dia onde, em sessão solene, se há-de assinar o tratado que nos coloque sob a protecção da bandeira de Portugal.

Escrito em reunião dos príncipes abaixo assinados, no lugar de Simulambuco, a 22 de Janeiro de 1885.

2. Tratado de Simulambuco

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armada, comandante da corveta *Rainha de Portugal*, comendador de Avis e cavaleiro de várias ordens, autorizado pelo governo de Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal, satisfazendo aos desejos manifestados pelos príncipes de Cabinda em petição, devidamente por eles assinada em grande *fundação*, concluiu com os referidos Príncipes, Governadores e Chefes abaixo assinados, seus sucessores e herdeiros o seguinte:

118

TRATADO

Artigo 1º – Os príncipes e mais chefes do país, e seus sucessores, declaram voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protectorado desta nação todos os territórios por eles governados.

Artigo 2º – Portugal reconhece os actuais chefes, e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos povos, segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e protecção.

Artigo 3º – Portugal obriga-se a manter a integridade dos territórios colocados sob o seu protectorado.

Artigo 4º – Aos chefes do país e seus habitantes será conservado o senhorio directo das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para o estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando-se de maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portuguesa ou pela autoridade em que o Governo de Sua Majestade delegar os seus poderes.

Artigo 5º – A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o Governo português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.

Artigo 6º – Os príncipes e mais chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4º.

Artigo 7º – Igualmente se obrigam a proteger o comércio, quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior, e a fazer uso da sua

118

autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas e científicas que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim como o desenvolvimento da agricultura.

único – Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.

Artigo 8º – Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas, será resolvida com assistência do comandante do navio português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra, ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalizados.

Artigo 9º – Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do país.

Artigo 10º – Os príncipes e governadores cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terreno mediante o pagamento dos respectivos valores, a fim de neles o Governo português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares.

Artigo 11º – O presente tratado assinado pelos príncipes e chefes do país, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta *Rainha de Portugal* começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo Governo de Sua Majestade.

Simulambuco, em Cabinda, 1 de Fevereiro de 1885.

Este tratado foi lido e explicado em língua do país, ficando todos inteirados do seu conteúdo antes de assinarem e fazerem o sinal (cruz) na minha presença, comigo António Nunes de Sousa e Moura, aspirante do corpo de oficiais de fazenda, servindo de secretário a este acto.//

Afirmamos e juramos, sendo preciso, que as assinaturas e sinais são dos indivíduos acima identificados por os conhecermos pessoalmente e os termos visto assinar neste acto.

120

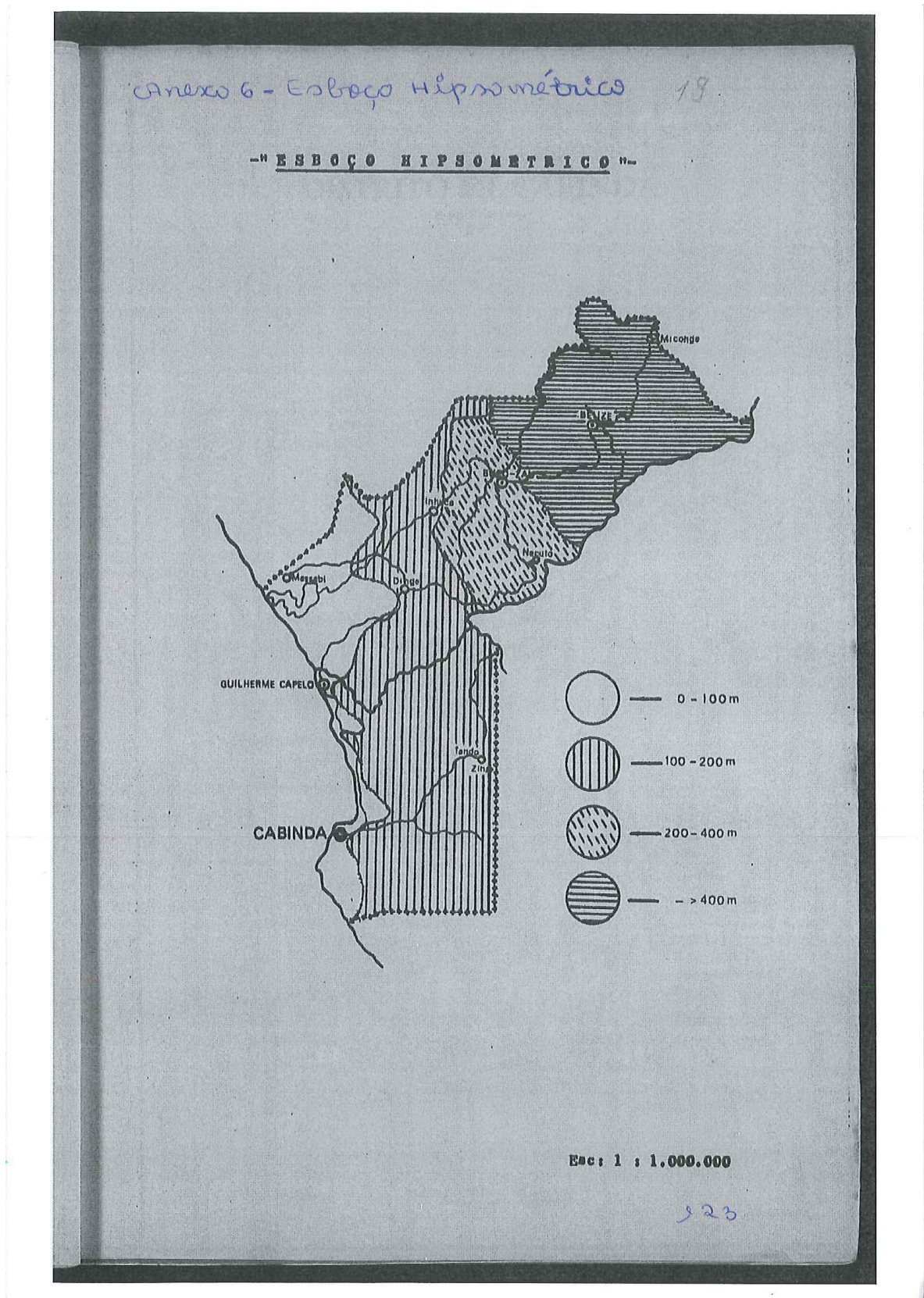
Anexo 4 – Mapa de Cabinda

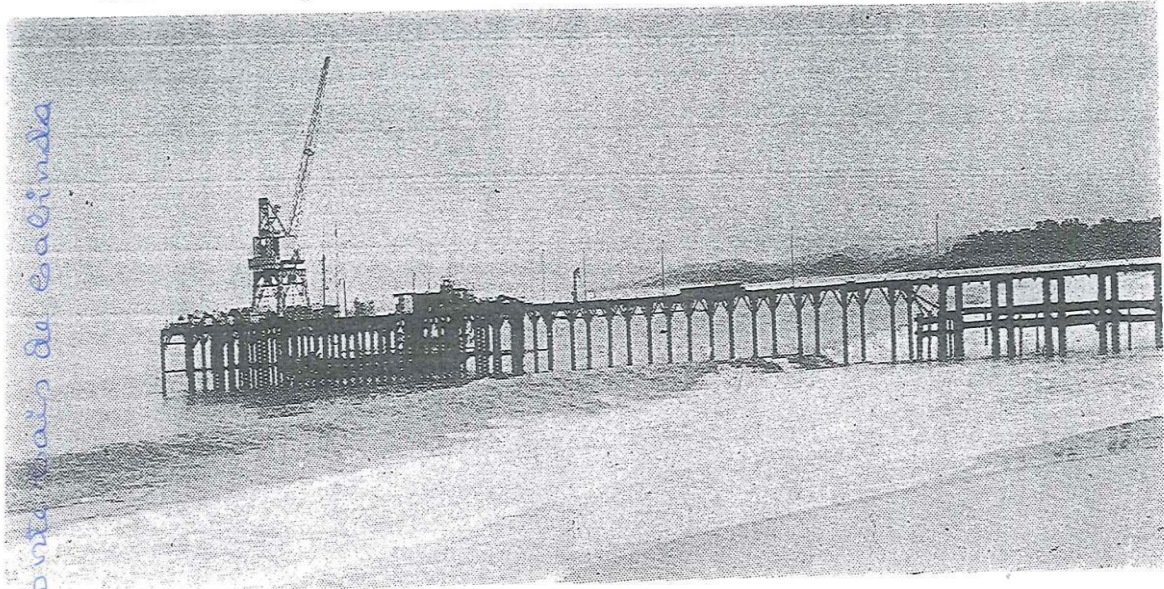
Anexo 4 -
Mapa de Cabinda



321

Anexo 6 – Esboço Hipsométrico





Anexo 7 - A ponte cais de Cabinda

A PONTE-CAIS DE CABINDA POR ONDE SE MOVIMENTA PARTE DA IMPORTAÇÃO E A EXPORTAÇÃO

Anexo 8 – Mata do Maiombe

Anexo 8 - Mata do Maiombe

JAS



A PON